UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

RESOLUÇÃO Nº 327, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2018, Seção 2, pág. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa; em conformidade com os autos do Processo nº 23204.014672/2019-20, proveniente da Coordenação do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e, em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, tomada na 4ª reunião ordinária, realizada em 9 de setembro de 2020, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, de acordo com o Anexo que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Signatário digital:AC Certisign RFB G5
DN:CN=HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ:03768098761, OU=Autenticado por AR Instituto Fenacon, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Data:2020.09.21

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ
Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

ANEXO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SANTARÉM, PARÁ
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Reitor

Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz

Vice-Reitora

Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS)

Prof. Dr. Jarsen Luiz Castro Guimarães

Coordenadora do Curso

Profa. Ma. Évani Larisse dos Santos

Vice-coordenadora do Curso

Profa. Dra. Giselle Alves Silva

Núcleo Docente Estruturante[1]

I. Évani Larisse dos Santos (Coordenadora do curso);

11. Giselle Alves Silva (Vice-Coordenadora do curso);

III. Ana Beatriz Oliveira Reis;

IV. Antônia do Socorro Pena da Gama;

V. Edair Canuto da Rocha;

VI. Francic1ei Burlamaque Maciel;

VII. Izaura Cristina Nunes Pereira;

VIII. Márcio Junior Benassuly Barros;

IX. Rogério Henrique Almeida.

---

[1] Docentes que participaram da elaboração Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação do curso: Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Título conferido: **Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional**

Coordenador(a): Évani Larisse dos Santos

Carga horária total: 3.000 horas

Número de vagas: 40 vagas por ano

Modalidade: Presencial

Regime de matrícula: Semestral

Duração do curso: Mínimo de 08 semestres e máximo de 10 semestres

Portaria de criação: Nº 144, de 19 de fevereiro 2013

SUMÁRIO

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS 7
1 A MANTENEDORA 7
1.1 Dados da Mantenedora 7
2 DA MANTIDA 7
2.1 Identificação 7
2.2. Atos Legais de Constituição 7
2.3. Dirigente Principal da Mantida 7
2.4 Dirigentes Atuais 7
2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará 8
2.6 Missão Institucional 10
2.7 Visão Institucional 10
PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO 10
1 DADOS GERAIS DO CURSO 10
2 JUSTIFICATIVA 11
3 CONCEPÇÃO DO CURSO 14
3.1 Número de Vagas 15
4 OBJETIVOS DO CURSO 15
4.1 Objetivo Geral: 15
4.2 Objetivos Específicos 15
5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO 15
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 18
6.1 Competências e Habilidades 18
7 METODOLOGIA DO CURSO 19
7.1 Atividades Interdisciplinares 19
7.2 Atividades de Extensão/Atividades Integradoras de Formação. 20
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 21
8.1 Estrutura Curricular 22
8.2 Conteúdos Curriculares 23
8.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação 25
8.4 Ementário e Bibliografias 27
8.5 Atividades Complementares 27
8.6 Estágio Curricular Supervisionado 27
8.7 Trabalho de Conclusão de Curso 29

9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 30
10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 31
10.1 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem 32
11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO 34
11.1 Avaliação do Curso 34
11.2 Gestão do Curso 35
12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 35
12.1 Organização dos Projetos Integrados (PRIT) 39
13 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE 41
14 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS 44
15 APOIO AO DISCENTE 45
15.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro (Bolsas) 45
15.2 Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento, Atendimento Psicopedagógico) . 46
16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 48
16.1 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica 50
16.2 Programas de Iniciação Científica 50
PARTE III: RECURSOS HUMANOS 51
1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO 51
1.1 Direção do Instituto 51
1.2 Coordenação de Curso 51
1.2.1 Atuação da coordenação do curso 51
1.2.2 Regime de trabalho da coordenação do curso 51
1.3 Técnicos Administrativos Em Educação: 52
1.4 Secretaria Executiva 52
2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA 52
2.1 Secretaria Acadêmica dos Cursos de Graduação do Instituto de Ciências da Sociedade .. 52
2.2 Secretaria do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional 52
2.3 Acompanhamento de Egressos 53
2.4 Órgãos Colegiados 53
2.4.1 Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional 53
2.4.2 Órgãos Colegiados: Núcleo Docente Estruturante 54
3 CORPO DOCENTE 55
3.1 Titulação 56

3.2 Quadro de Professor por Disciplina 57
3.3 Percentual de Doutores e Mestres 59
3.4 Política e Plano de Carreira 59
3.5 Critérios de Admissão 59
3.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada 60
3.7 Apoio à Participação em Eventos 61
3.8 Incentivo à Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes 61
3.9 Experiência Profissional Docente 62
3.10 Experiência no Exercício da Docência Superior 64
3.11 Produção Científica 67
PARTE IV: INFRAESTRUTURA 77
1. INSTALAÇÕES GERAIS 77
2 SALAS DE AULA 77
3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 77
4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO 78
5 AUDITÓRIOS E VIDEO-CONFERÊNCIAS 78
6 BIBLIOTECA 78
6.1 Bibliografia Básica por Unidade Curricular 79
6.2 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular 80
7 LABORATÓRIOS 80
7.1 Política de Atualização dos Laboratórios 80
7.2 Dados dos Laboratórios 80
7.2.1 Laboratórios didáticos de formação básica 80
7.2.2 Laboratórios didáticos em formação específica 81
8 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 81
9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 82
9.1 Núcleo de Acessibilidade da Ufopa 83
10. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA 84
PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS 85
1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO 85
2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA 85
3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 87
4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO

AUTISTA 87
5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE 87
6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) 88
7 CARGA HORÁRIA MÍNIMA, EM HORAS – PARA BACHARELADOS E LICENCIATURAS 88
8 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO 88
9 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PLENA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA 88
10 DISCIPLINA DE LIBRAS 89
11 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS 89
12 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 89
ANEXO I - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS 92
ANEXO II - LISTA DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS 162
ANEXO III - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO 164
ANEXO IV - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NDE 165
ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 166
DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL 166
ANEXO VI - REGULAMENTO PARA ENSINO TUTORIAL 169
ANEXO VII - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL 170
ANEXO VIII - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO NDE 174
ANEXO IX - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO 175

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1 A MANTENEDORA

1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L			**Nº**	s/nº		
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	**Cidade:**	Brasília	**CEP:**	70.047-900	**UF:**	DF
Fone:	(61) 2022-7828/7822/7823/7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

2 DA MANTIDA

2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/00159						
End.:	Rua Vera Paz			**Nº**	s/nº		
Bairro:	Salé	**Cidade:**	Santarém	**CEP:**	68035-110	**UF:**	PA
Telefone:	(93)2101-4910/4914						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

2.2. Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento:	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

2.3. Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitor						
Nome:	Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz						
CPF:	037.680.987-61						
Bairro:	Salé	**Cidade:**	Santarém	**CEP:**	68035-110	**UF**	PA
Telefone:	(93) 2101-4910						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						

2.4 Dirigentes Atuais

Reitor: Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz
Vice-Reitora: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier
Presidente do Conselho Superior: Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha
Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Prof. Rogerio Favacho da Cruz

Pró-Reitora de Administração: Sofia Campos e Silva Rabelo
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Profª. Dra. Lenise Vargas Flores da Silva
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Profª. Ma. Fabriciana Vieira Guimarães
Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof. Dr. Marcos Prado Lima
Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Profª. Dra. Lidiane Nascimento Leão
Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS): Prof. Dr. Jarsen Luiz Castro Guimarães
Coordenadora do Curso: Profª. Ma. Évani Larisse dos Santos

2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior - Ifes com sede no interior da Amazônia brasileira, no Oeste Paraense, na cidade de Santarém. Uma universidade multicampi, que atua também nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, conforme Parecer CNE/CES nº 204/2010. Em Santarém, a Ufopa mantém suas atividades em três unidades: Unidade Rondon, localizada no bairro Caranazal; Unidade Tapajós, no bairro Salé; Unidade Amazônia, no bairro Fátima. Sua área de abrangência regional é composta por 20 municípios do estado do Pará, cuja extensão territorial é de 512.616 Km², o que corresponde a 41% do território de Estado com uma população de 912.006 habitantes (Ufopa, 2015, p.22).

A Ufopa foi criada pela lei nº 12.085 de 05 de novembro de 2009, por desmembramento e integração dos Campi da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia, como parte do programa de Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto Nº 6.096/2007) e objeto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Pará - UFPA, instituição tutora da nova universidade.

A universidade nasceu em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior com as diretrizes internacionais ditadas pela Unesco (1998) e contidas na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, dentre as quais estava o REUNI que tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência do maior número de estudantes na educação superior, primando pela qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos já disponíveis.

A criação da nova universidade instalada no interior da Amazônia foi motivada por vários fatores, dentre eles a relevância do acesso ao ensino superior, a inclusão social e o aumento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovações. Fatores necessários para garantir a formação de recursos humanos de alto nível e profissionais qualificados e capazes de contribuir na solução dos grandes desafios colocados ao país em relação à Amazônia, em defesa da diversidade étnico-racial e dos seus recursos naturais.

O primeiro processo seletivo para ingresso de estudantes nos cursos de graduação, ocorreu ainda em 2010, sob a responsabilidade da UFPA, ofertou 340 vagas distribuídas em 8

(oito) cursos de graduação (Direito, Ciências Biológicas, Pedagogia, Letras – Língua Portuguesa, Física Ambiental, Matemática, Geografia e Sistemas de Informação), e mais 30 (trinta) vagas ofertadas pela UFRA no curso de Engenharia Florestal. Neste mesmo ano a Ufopa adere ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) ofertando cursos de licenciaturas em Santarém, nos municípios onde seriam instalados os campi e no município de Almeirim, que faz parte da área de abrangência da instituição.

Em 2011, foi realizado o seu primeiro processo seletivo para os cursos de graduação utilizando as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), trazendo uma proposta acadêmica estruturada em um sistema inovador pautado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade curricular, da formação continuada e da mobilidade acadêmica, numa formação em ciclos. Organizada em institutos temáticos as diversas unidades acadêmicas que compõe a universidade estão dedicadas a produzir ensino, pesquisa e extensão, com forte apelo amazônico.

Nos primeiros anos de funcionamento, a Ufopa já tinha 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação com alunos vinculados, sendo 19 (dezenove) bacharelados específicos, 4 (quatro) licenciaturas integradas, 10 (dez) licenciaturas, 6 (seis) bacharelados interdisciplinares e 5 (cinco) licenciaturas do PARFOR. Além destes, estão em funcionamento na Ufopa 6 (seis) cursos de mestrado, 2 (dois) de especialização e 2 (dois) doutorado.

Em 2012, a Ufopa obteve a aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para ofertar o primeiro curso de doutorado interdisciplinar da instituição, na área de Sociedade, Natureza e Desenvolvimento e para realizar, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, um Doutorado Interinstitucional (DINTER) em educação, para qualificar 18 (dezoito) dos seus professores.

A instituição promoveu a aula inaugural do seu primeiro curso de doutorado, em 2013, quando também apresentou à comunidade o seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2012 – 2016), aprovou no Consun o Estatuto Geral da Universidade, criou o Instituto de Saúde Coletiva - Isco e realizou a primeira consulta à comunidade acadêmica para a escolha de reitor e vice.

A primeira reitora, Raimunda Nonata Monteiro, foi escolhida pela comunidade universitária em 2014, e neste ano, foi realizada a reestruturação administrativa e didático-pedagógica da universidade, que ajustou o percurso acadêmico dos estudantes, sem, no entanto, alterar o princípio pedagógico da interdisciplinaridade, o ingresso dos estudantes nos cursos de graduação passava a ser de forma direta no curso e não mais sob a responsabilidade do Centro de Formação Interdisciplinar - CFI. Nesse ano foi realizada eleição para escolha dos membros dos Conselhos Superiores e para a direção dos institutos e foi iniciado o processo de recredenciamento da instituição.

Em 2015, foram ofertadas vagas para cursos de graduação fora de sede, nos campi de Oriximiná e Óbidos. Nos campi de Alenquer, Juruti, Itaituba e Monte Alegre essa oferta de vagas nos cursos de graduação só ocorreu, em 2017. Ano em que foi realizada a segunda consulta para o cargo dos atuais reitor e vice-reitora, eleitos em um processo democrático como

chapa vencedora da consulta para cumprir um mandato de 4 (quatro) anos (2018-2021).

Em 2016, a instituição recebia a visita de uma Comissão/MEC de avaliação externa, como parte do seu processo de recredenciamento. No dia 14 de outubro de 2016, foi publicado o relatório de avaliação com conceito 4, obtido na Avaliação de Recredenciamento Institucional do Inep. Em 12 de julho de 2018, foi publicada no Diário Oficial a Portaria nº 666/2018, que recredenciava a Ufopa, por mais 8 anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017. Essa avaliação foi um importante passo para o crescimento institucional e para serem pensadas as limitações que precisam de atenção especial, visando um conceito ainda melhor nas próximas avaliações.

Em 2018, a Ufopa deu importantes passos para melhoria de sua infraestrutura física. Foram retomadas as obras do Restaurante Universitário - RU, com previsão de inauguração para este ano de 2019; foi entregue à comunidade acadêmica em 3 de maio de 2019 o Bloco Modular da Unidade Tapajós - BMT, destinado tanto para atividades acadêmicas quanto administrativas. Além da retomada dessas obras, outras de relevada importância foram licitadas, como a construção dos Campi de Alenquer, Juruti e Itaituba.

Desde a sua criação, a Ufopa tem contribuído para a região na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento de pesquisas, na realização de atividades de extensão, no desenvolvimento tecnológico e na produção de inovações, em diversos níveis. A busca pela consolidação de sua infraestrutura física tem produzido investimentos que contribuem para dinamizar a economia local. Além disso, seus processos seletivos têm possibilitado a inclusão de grupos populacionais tradicionalmente marginalizados, o que possibilita justiça social.

2.6 Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

2.7 Visão Institucional

Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.

PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO

1 DADOS GERAIS DO CURSO

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO					
NOMINAÇÃO DO CURSO:	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional				
MODALIDADE:	Presencial				
TURNO:	**Integral**	**Matutino**	**Vespertino**	**Noturno**	**Totais**
Nº DE VAGAS ANUAIS:				44	44

REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral		
DURAÇÃO DO CURSO	**C. Horária**	**Tempo Mínimo**	**Tempo Máximo**
	3.000 h	8 semestres letivos	12 semestres letivos

2 JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Oeste do Pará, instância de produção de conhecimento, de cultura e de tecnologia, tem um papel fundamental como formadora de profissionais, participando na solução dos diferentes problemas apresentados pela sociedade que a sustenta, uma vez que não se pode imaginar uma universidade isolada da comunicação política, dos seus problemas e necessidades, pois trabalhar na solução dos mesmos constitui sua razão de ser.

Desse modo, tomando como referência a importância central do papel da universidade na sociedade, procurando atender os anseios da comunidade acadêmica e externa da Ufopa, concebeu-se a proposta de um curso cujo foco principal é Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

A proposta do curso está alicerçada na ideia do modelo de universidade que busca na pesquisa, no ensino e na extensão sua legitimidade. Nesse sentido, as atividades de pesquisa e extensão deverão estar presentes como mediadoras durante a formação: a pesquisa como possibilidade de acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos, seus modos de produção, bem como instância de reflexão crítica da realidade; e a extensão considerada como possibilidade de interlocução e troca nas perspectivas de intervenção e da investigação da realidade.

O curso vem atender um compromisso da universidade pública para com a comunidade na qual está inserida. Tem como finalidade aprofundar e complementar os conhecimentos na área da gestão pública e do desenvolvimento regional e formar recursos humanos que atendam às exigências de expansão do mercado de trabalho em plena transformação.

Nesta proposta, toma-se por base a ideia de que o aluno deverá ser estimulado para o desenvolvimento de suas potencialidades e do espírito científico-reflexivo, tendo um currículo flexível que possa privilegiar esses aspectos, acreditando que a universidade deve formar pessoas, cidadãos e profissionais para influir sobre a realidade onde vão atuar numa perspectiva de mudança, a partir de uma visão crítica da sociedade.

O desenvolvimento humano é determinante para a eficácia profissional. Na composição de uma nação justa e igualitária se requer uma gestão pública capaz de alinhar os recursos disponíveis às prioridades, minimizar os problemas gerenciais e implementar medidas que promovam a eficiência, a eficácia e a efetividade da administração pública, aprimorar e simplificar o atendimento aos cidadãos.

A qualificação profissional é uma ação importante para que haja aumento na qualidade dos serviços prestados junto à comunidade, gerando um aprimoramento nos diversos níveis de atividade, com repercussões no melhor cumprimento da missão, além de fornecer recursos para aperfeiçoar suas capacidades e competências.

A gestão pública passa por um processo de quebra de paradigmas, consequência da

necessidade de reformulação das práticas de trabalho e da introdução de estruturas mais flexíveis e descentralizadas, em virtude da necessidade de implantação de modelos de gestão que tentam romper o modelo burocrático clássico e tradicional e adotar princípios de gestão mais flexíveis sem transgredir os parâmetros legais que regem a estrutura e o funcionamento das organizações públicas.

Nesse processo de mudança, o Estado deixa de ser provedor de bens e serviços, e passa a atuar como o promotor de desenvolvimento econômico, social e regional. Isso implica na adoção de práticas gerenciais mais comuns do setor privado, o que provoca mudanças no papel dos gestores públicos, que são os agentes responsáveis pela elaboração e implantação de estratégias voltadas para o desenvolvimento pensado de uma forma ampla.

Ao tratarmos do aspecto desenvolvimentista na Amazônia, temos um cenário marcado por uma paisagem natural e artificial. De uma região de população rural, a Amazônia tornou-se, na atualidade, "uma verdadeira floresta urbanizada". Este processo de urbanização do território e da sociedade amazônica tem provocado profundas transformações na região. Uma mudança de comportamento da economia da região, a partir dos anos 1960, preponderantemente, corresponde às dinâmicas macroeconômicas nacionais. O deslocamento de atividades extensivas da pecuária, da exploração mineral e florestal estendeu a infraestrutura de acesso rodoviário a toda à região, abrindo caminhos para a ocupação econômica e novos fluxos de urbanização. A produção de energia hidroelétrica para o abastecimento das novas regiões produtivas ainda contribuiria para acelerar o crescimento econômico da Amazônia.

A Amazônia Legal mostra-se com 33,5% do território em áreas protegidas, abrigando terras indígenas, unidades de conservação, ou áreas militares pelo ordenamento territorial em curso, componentes territoriais, que muitas vezes, necessitam de uma gestão efetiva em prol da sociedade.

A Amazônia, no ano 2000, já registrava 792 municípios com uma população de 20 milhões de habitantes, evidenciando a intensificação do processo de urbanização. O crescimento demográfico apresenta vetores econômicos e dinâmicos sub-regionais, comandadas pela oferta de matérias-primas de seus diversificados recursos naturais.

Dinâmicas relacionadas à mineração e a indústria madeireira têm apresentado crescimentos populacionais e transfiguração de ambientes naturais em períodos históricos relativamente curtos. O impacto sócio espacial desses ciclos econômicos tem contribuído para transformações estruturais em toda a grande Amazônia Brasileira.

Este é o contexto do Oeste Paraense, onde cidades médias como Santarém, Itaituba e Oriximiná apresentam crescimento populacional concentrando com a maior parte da população nas áreas urbanas. Em contraponto, o crescimento econômico e o incremento demográfico não têm apresentado resultados compatíveis em termos de desenvolvimento social. Toda esta dinâmica econômica-populacional do oeste paraense está ligada a ação de políticas públicas federais que estão em curso na região.

No que se refere aos índices educacionais de saúde e de saneamento, a região oeste do Pará apresenta índices que estão entre os piores do país. De certa forma, esta situação é agravada

pela baixa capacidade técnica de recursos humanos qualificados dos municípios da região em formular projetos, captar recursos, executar políticas públicas e reduzir o desperdício de recursos públicos federais, estaduais e municipais. Esta realidade só será modificada com a existência de cursos de nível superior que possam sanar esta lacuna, onde os fundamentos da gestão pública aliados às especificidades da realidade regional possam ser contemplados.

Os municípios brasileiros receberam através da Constituição de 1988 a prerrogativa legal da descentralização e municipalização da prestação de serviços públicos. No entanto, os estudos que avaliam o processo de descentralização e municipalização de serviços públicos na Amazônia constatam que as estruturas de poder no nível local, muitas vezes, impedem a participação plena da população nos processos decisórios e a baixa qualidade dos recursos humanos que atuam nas administrações municipais é um fator de impedimento para uma política efetiva.

A descentralização dos serviços públicos para a escala municipal só será atendida se houver o aumento da capacidade técnica de gestores locais, que conheçam a realidade local onde estes serviços serão prestados. Este é certamente um dos maiores problemas a ser enfrentado na região do oeste paraense: a falta de recursos humanos capacitados nas prefeituras municipais.

A capacidade administrativa da maioria dos municípios apresenta deficiências estruturais básicas. Grande número dos municípios da região padece da baixa qualificação institucional para planejar e executar políticas públicas em seus territórios. Somente a minoria destes municípios detém capacidade técnica local de elaboração de projetos de capitação de recursos, assim como, condições para avaliar eficiência e eficácia de recursos públicos no âmbito de sua competência institucional.

De tal forma, havendo assim carência de suporte técnico-gerencial para suprir as necessidades de órgãos públicos, com atuação nas esferas de governos (federal, estadual e municipal), as universidades públicas da Amazônia podem contribuir bastante na geração de conhecimentos para a formação de gestores públicos na região.

Os níveis dos déficits orçamentários dos governos, as severas e frequentes críticas ao desperdício na área governamental, reforçados pela demanda de maiores e melhores serviços de utilidade pública, têm centralizado a atenção dos profissionais na necessidade de maior eficiência, sensatez e efetividade na administração pública.

Diante de tal contexto, justifica-se um curso de nível superior de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, com formação específica dos profissionais e interessados no campo da gestão, que sejam capazes de lidar com primazia no ambiente institucional atual em que, de um lado, a sociedade cobra do poder público maior probidade administrativa e uma prestação de serviços mais ágil, assim como espera que os gestores exerçam o seu papel com comprometimento, ética, responsabilidade e conhecimento da realidade regional.

Desta forma, o bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional tem um papel determinante na formação de gestores públicos e privados, planejadores, pesquisadores e formuladores de políticas e projetos para o setor público, privado e o terceiro setor, orientados

para o desenvolvimento regional sustentável.

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é o único da região e apresenta como diferencial formar egressos com habilidades específicas para o planejamento territorial, abordagens de desenvolvimento em multi-escalas, com uma formação mais densa em conhecimentos sobre as realidades regionais e municipais, análises situacionais da região amazônica e de conhecimentos que lhes permitem atuação profissional em todas as áreas de gestão de políticas públicas, bem como capacidades para atuar no setor privado com os conhecimentos em Administração. O curso é presencial e permite metodologias de ensino e aprendizagem, em condições mais favoráveis que os demais cursos em Administração Pública em EAD que são ofertados na região.

Com este curso, o ICS oferecerá uma formação voltada para a compreensão dos problemas amazônicos em escala local, regional e nacional. Além de contribuir para formar profissionais capazes de intervir e influenciar uma nova configuração das economias e do bem-estar das sociedades locais, diante dos novos desafios nacionais e internacionais de vias sustentáveis de desenvolvimento, de modo, a tornar-se um agente transformador da gestão pública, que é uma questão crucial para promover a modernização do Estado brasileiro.

Este curso permitirá à Ufopa que se habilite como indutor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR instituída pela Lei 6.047/2007, a possibilitar a captação de recursos para atividades de Extensão e para o financiamento das Pós-graduações *lato sensu* e *strictu sensu*, considerando o papel que as políticas de desenvolvimento regional ainda representam no Brasil e na América Latina.

O egresso do Curso de Bacharelado em Gestão Pública dispõe de um campo de atuação profissional amplo e em expansão. Por exemplo, o estudo do IPEA (2009) Emprego público no Brasil: Comparação internacional e evolução recente revelou que o emprego público encontra-se em expansão no Brasil.2 De acordo com o mencionado estudo, entre os anos 2003 e 2007, o setor público brasileiro (nos três poderes e nas três esferas de governo) gerou 1.352.870 novos empregos públicos. Ressalta-se que as vagas nos processos seletivos da Ufopa no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional tem tido a ocupação de 100% das vagas disponíveis, demonstrando que a procura por essa área tem sido muito demandada pela sociedade.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa têm como concepção a formação de profissionais de nível superior aptos a atuar proativamente no processo de desenvolvimento em suas múltiplas escalas, na esfera pública, privada e no terceiro setor, com uma base sólida de conhecimentos fundamentados na interdisciplinaridade e na sustentabilidade.

Desta forma este curso visa contribuir com uma formação ampla nos assuntos ligados a gestão de políticas públicas de desenvolvimento regional, urbano, rural, ambiental e territorial com ênfase na região Amazônica.

A Ufopa está localizada no oeste paraense, um território de carência em recursos humanos especializados na área de gestão pública. Tendo em vista esta realidade, este curso apresenta-se como uma oportunidade para a capacitação de profissionais capazes de atender diferentes instituições públicas municipais, estaduais e federais além do setor privado e terceiro setor.

3.1 Número de Vagas

40 vagas – Processo Seletivo Regular (PSR)
2 vagas – Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI)
2 vagas – Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ)

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral:

- Formar profissionais de nível superior habilitados para suprir as necessidades de gestores, planejadores, e elaboradores de políticas e projetos para o desenvolvimento regional e local.

4.2 Objetivos Específicos

- Contribuir para elevar a governança das instituições e a adequação de políticas nacionais às realidades regionais e locais;
- Possibilitar a inovação nas políticas de desenvolvimento com a consequente melhoria das condições de equidade social, cultural, ambiental, territorial, tecnológica e econômica entre as regiões brasileiras.

5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

São previstas as seguintes formas de ingresso nos cursos de graduação, segundo o Regimento Interno de Graduação da Ufopa: Processo Seletivo Regular; Processo Seletivo Especial; Progressão Acadêmica; Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin); Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex); Transferência *ex-officio* e Programas Governamentais Específicos. Com exceção da transferência ex officio, as demais modalidades de ingresso serão regulamentadas por edital específico.

Processo Seletivo Regular (PSR)

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado pela Resolução nº 55/2014/Consun, de 22 de julho de 2014, uma das formas de admissão aos cursos de graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo regular - PSR, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e nas normas do Consepe.

Os processos seletivos para ingresso em cursos de graduação, segundo o art. 142 do Regimento Geral, serão organizados e aplicados por uma Comissão Própria Permanente, cuja atribuição será definida pelo Consun e seu Regulamento Interno, aprovado pelo mesmo

Conselho; e realizados pelo órgão central encarregado da função, sob a supervisão e a orientação de uma Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS), vinculada à Pró-reitora de Ensino de Graduação (Proen), consoante o disposto no artigo 144 do Regimento Geral (RG) da Ufopa.

O candidato precisa ter realizado e ter sido aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingressar nos cursos da Ufopa. Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio), em especial ao disposto nos artigos 1º, 3º e 8º daquela Lei. O acesso ao ensino de graduação da Ufopa, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, ocorre via Enem, mobilidade externa e processos seletivos especiais (indígena e quilombola) e cumpre a política de reserva de vagas via sistema de ingresso por cotas sociais, atendendo ao disposto na Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, e na Portaria nº 8/2012/MEC.

A Lei de Cotas é um instrumento que foi criado pelo Governo Federal para contemplar os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas (PPI) e pessoas com deficiência (PcD) para auxiliar o ingresso desses indivíduos no Ensino Superior.

Publicada em 29 de agosto de 2012, a Lei de Cotas (Lei Nº 12.711) decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas. Dentro desta porcentagem, metade das vagas deve ser destinada aos estudantes de famílias com renda mensal igual ou menor que 1,5 salário mínimo per capita (por/para cada indivíduo). Em cada faixa de renda, entre os candidatos cotistas, são separadas vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, proporcionalmente ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estado da instituição.

Processo Seletivo Especial (PSE)

O PSE é uma modalidade de seleção diferenciada por meio do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos indígenas e quilombolas, de acordo com os percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012. Utiliza, como metodologia, seminários descentralizados, ouvindo as lideranças indígenas e quilombolas.

A seleção é realizada por meio de provas escritas e entrevistas para os candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, conforme edital específico divulgado pela Proen no sítio da Instituição. O PSE está dividido nas seguintes categorias:

a) Processo Seletivo Especial Indígena - PSEI: destinado à seleção diferenciada de candidatos **indígenas**, para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

b) Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ: destinado à seleção diferenciada de candidatos quilombolas, para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Progressão Acadêmica

A progressão acadêmica é o ingresso no Bacharelado Profissional (BP) pelo discente que integralizar o Bacharelado Interdisciplinar (BI) que habilita àquele, devendo a progressão acadêmica realizar-se por meio de processo seletivo interno no âmbito de cada Unidade Acadêmica e Campi, considerando as opções dos discentes. Pode concorrer ao processo seletivo de progressão acadêmica o discente vinculado à Unidade Acadêmica e Campi que tenha integralizado o BI.

A Progressão Acadêmica é a forma de ingresso acessível exclusivamente aos egressos dos cursos de BI, para se vincularem a um curso de BP, mediante realização de processo seletivo próprio para ocupação de vagas específicas.

Programa de Mobilidade Interna - MOBIN

O Mobin é destinado a discentes já matriculados que pretendem mudar para outro curso de graduação ofertado pela instituição. No ato da inscrição o discente deve indicar a modalidade em que deseja concorrer, podendo escolher até duas opções de cursos. A Mobilidade no Âmbito das Unidades Acadêmicas é destinada à troca para outro curso na mesma unidade acadêmica do discente; a Mobilidade no Âmbito Geral da Universidade, para curso de unidade acadêmica distinta à do curso de origem. É preciso que o discente tenha integralizado de 20 a 50% do curso de origem, não tenha trancado o curso nem tenha sido reprovado em disciplina no primeiro ano letivo, ou ainda não tenha ingressado no curso via mobilidade interna ou externa.

Programa de Mobilidade Externa - MOBEX

No caso de não preenchimento das vagas nas Subunidades Acadêmicas por Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin), a Pró-reitoria de Ensino de Graduação poderá oferecer processo seletivo de mobilidade acadêmica externa (Mobex) para preenchimento das vagas remanescentes. Os critérios de seleção serão definidos em edital específico. Poderá participar da Mobex o candidato que preencher pelo menos um dos seguintes requisitos:

I. ser portador de diploma de curso de graduação de instituição de ensino superior autorizado e reconhecido pelo MEC ou do exterior, desde que devidamente revalidado por instituição de ensino superior autorizada no Brasil;

II. estar vinculado a curso de graduação de outra instituição de ensino superior autorizado e reconhecido pelo MEC, desde que tenha integralizado no mínimo seis meses;

III. ser discente de curso de graduação no exterior, devidamente regularizado no país de origem, desde que tenha integralizado no mínimo um ano letivo.

Transferência *ex-officio*

Transferência ex-officio é efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

Programas Governamentais Específicos.

Os programas governamentais específicos são programas desenvolvidos pelo Governo (Federal, Estadual, Distrital ou Municipal), nas mais diversas áreas, que objetivam a melhoria das condições de vida da população.

Processos Interinstitucionais

O ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de graduação da Ufopa destina-se a atender alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições, amparados por legislação específica.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Os egressos da Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional serão capazes de discernir em torno das principais interpretações teóricas sobre os processos de desenvolvimento considerando os atores sociais e suas diferentes conformações territoriais, sociais, ambientais, econômicas, tecnológicas, políticas e culturais. Formado com uma base teórica das Ciências Sociais Aplicadas, pretende-se que o bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional desenvolva senso crítico e capacidade de:

a) Compreender sistemicamente a perspectiva de desenvolvimento a partir da contextualização territorial, o que inclui a dinâmica econômica, política e ambiental

b) Assessorar órgãos e entidades no âmbito de Gestão em diversas modalidades;

c) Captar e aplicar recursos no âmbito de programas, planos e projetos institucionais;

d) Diagnosticar e identificar os problemas que afetam o desenvolvimento nas escalas local e regional;

e) Elaborar e implementar estratégias de planejamento e gestão em curto, médio e longo prazo por meio de ações concretas e sustentáveis;

f) Gerenciar programas e projetos considerando a diversidade regional;

g) Atuar como coordenador de equipes multidisciplinares e formador de lideranças profissionais;

h) Promover ações interativas e participativas entre o poder público e a sociedade local.

6.1 Competências e Habilidades

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional se propõe a formar profissionais de nível superior com as competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, Resolução Nº 1/2014 – CNE:

I - Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II - Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV -Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo

de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII - Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

7 METODOLOGIA DO CURSO

De forma singular, os métodos de um curso são a forma como se pretende ensinar, mas ao contrário do que possa parecer não se limita às técnicas, estratégias e recursos utilizados. Para propor as bases metodológicas do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional levou-se em consideração suas especificidades, as diretrizes curriculares nacionais do curso, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além dos objetivos e o perfil do egresso, tal como foram traçados neste projeto pedagógico.

Os métodos de ensino adotados pelos docentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional consistem fundamentalmente em ensino de teorias e práticas. As teorias são ministradas, geralmente, por meio de aulas expositivas e as práticas através de desenvolvimento de atividades no campo e nos laboratórios. Os conteúdos das disciplinas são ainda complementados por visitas técnicas à organizações públicas, privadas e do terceiro setor que possuam atividades relacionadas ao curso, bem como às comunidades da região oeste do Pará.

Com o intuito de integralizar o ensino, a pesquisa e a extensão e atendendo as orientações advindas das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PDI e da Resolução nº 27/2013-Ufopa, são executadas no curso atividades complementares visando garantir o aproveitamento e maior oportunidade de estudo, de modo a contribuir para melhor qualificação do discente, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional.

7.1 Atividades Interdisciplinares

A interdisciplinaridade compreendida como a articulação entre disciplinas distintas, como uma indagação entre teoria e prática, conduz a produção de uma nova atitude em relação ao conhecimento e propõe a abertura ao diálogo e ao próprio conhecimento por parte de alunos e professores (FERREIRA, 2011). Quando duas ou mais disciplinas confrontam seus conteúdos, pode-se afirmar que há saber interdisciplinar, seja pela identificação de conhecimentos que se identificam, quanto a classificação das ideias que se opõem.

Por meio das atividades interdisciplinares, que no curso de Gestão Pública e

Desenvolvimento Regional são denominadas **Atividades Integradoras**, os estudantes do curso terão acesso a um repertório de informações que possibilitarão o desenvolvimento de habilidades compostas por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, essenciais para o exercício da profissão e que esteja fundamentado em princípios de interdisciplinaridade e contextualização regional.

As Atividades Integradoras são planejadas durante Semana Pedagógica do curso e se propõem a pensar ações, que integrem, prioritariamente, todas as disciplinas do período em torno de uma atividade, podendo esta, compor ou não, nota para as disciplinas envolvidas. Seu objetivo é proporcionar ao aluno oportunidade de aprender a interagir, ser ativo, comprometido, assumir responsabilidades e o desenvolver competências para elaborar projetos e ações possibilitando o melhor desenvolvimento do ensino-aprendizagem (FAVARÃO et al,2004). Para além disso intenta-se por meio destas atividades integrar saberes, estimular um olhar crítico, reflexivo e propositivo sobre o contexto regional do oeste do Pará, e estimular a produção científica.

7.2 Atividades de Extensão/Atividades Integradoras de Formação.

As atividades de Extensão são regidas pela Política Nacional de Extensão Universitária e pela Política Institucional de Extensão da Ufopa. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Ufopa por meio da Resolução nº 301/2019, que regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da universidade, considerando a realidade institucional e os preceitos da Política Nacional de Extensão Universitária e das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Nas Diretrizes Gerais da Resolução nº 301/2019-Ufopa é reafirmada a obrigatoriedade da destinação de 10% da carga horária dos cursos de graduação às atividades de extensão universitária, já definida no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. A Resolução consigna que somente intervenções direcionadas às comunidades externas à Ufopa com a participação ativa do graduando serão consideradas ações de extensão. Um destaque do primeiro capítulo é o estabelecimento de linhas de atuação de grande pertinência social que devem direcionar as ações de extensão da Ufopa.

A Resolução nº 301/2019-Ufopa define as modalidades de atividades de extensão que serão consideradas para fins de creditação: Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços. Ressalta-se que as atividades de extensão, independente da modalidade, devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a Programas ou Projetos de Extensão vigentes, previamente cadastrados na Procce e coordenados por um docente ou técnico administrativo da instituição com nível superior. O cadastro das ações deve seguir a Resolução nº 254/2018, do Consepe. Para fins de creditação, será considerada apenas a participação ativa dos estudantes, ou seja, devem atuar como ministrantes, palestrantes, facilitadores, mediadores, prestadores de serviço ou membros da comissão organizadora das ações de extensão.

As atividades de extensão serão cadastradas no histórico dos alunos como “Atividades Integradoras de Formação", que são as ações de extensão por meio de programas, projetos,

cursos e eventos com foco em atuações comunitárias, capazes de promover a integração entre universidade e sociedade para a troca de experiências, técnicas e metodologias, contribuindo para melhor formação profissional dos discentes da Ufopa. As Atividades Integradoras de Formação constarão no currículo do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional de duas formas:

1. Práticas Integradoras de Extensão: é um componente curricular ofertado do primeiro ao sexto semestre, com carga horária semestral de 30horas, totalizando 180 horas. Será coordenado por um docente que será responsável por elaborar e conduzir as ações de extensão dentro de um Plano de Trabalho previamente cadastrado.

2. Atividades de Extensão: Essas atividades possuem carga horária de 180 horas e possibilita a creditação da carga horária de ações realizadas durante todo o período do curso e/ou coordenadas por outras unidades acadêmicas (e outras instituições de educação superior).

Outra obrigatoriedade importante para fins de creditação da extensão é apresentação, pelos discentes, de **certificados emitidos pela Procce**, os quais serão apresentados a **Comissões de Acompanhamento e Avaliação da Extensão,** que serão constituídas pelos *Campi* Regionais, Unidades e/ou Subunidades Acadêmicas. As comissões também terão a missão de acompanhar e avaliar periodicamente as ações de extensão desenvolvidas pelos cursos.

No curso de GPDR haverá um coordenador de Atividades de Extensão e se necessário, um vice coordenador. As ações de extensão poderão ser de iniciativa individual ou coletiva, a partir de unidades, subunidades, ou Empresas Junior da Ufopa ou demandadas de setores da sociedade, podendo envolver mais de uma unidade ou subunidade da Ufopa ou de outras instituições.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Em termos de organização pedagógica e em conformidade com os objetivos da Ufopa e da DCN do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, Resolução n º1/2014 – CNE, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional estrutura-se da seguinte forma:

a) **Conteúdo de Formação Básica:** Neste grupo estão dispostas as disciplinas relacionadas à característica multidisciplinar da área de pública e do desenvolvimento regional, articulando conteúdos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia e Direito. Além dos conteúdos relacionados às tecnologias das comunicação e informação; à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade, da Amazônia e do Estado brasileiro.

b) **Conteúdo de Formação Profissional:** Neste grupo estão dispostas as disciplinas sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Ressalta-se que os ciclos acima expostos são ofertados simultaneamente por meio das

diferentes disciplinas que compõe o curso.

A oferta de **Disciplinas Optativas** se apresenta enquanto uma possibilidade de flexibilização curricular no âmbito do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa. O conjunto de disciplinas optativas, articulado entre si, pretende assegurar maior autonomia discente uma vez que este poderá escolher aquelas disciplinas que tenham maior afinidade com seus interesses acadêmicos e/ou profissionais.

O discente de GPDR deverá cursar 03(três) disciplinas optativas durante o seu percurso acadêmico, que na grade curricular estão dispostas no último período, entretanto podem ser cursadas em qualquer um dos períodos do curso – 1º ao 8º. A lista das 29 (vinte e nove) disciplinas optativas, ofertadas nos variados institutos da universidade, possíveis de serem creditadas como optativas estão dispostas no Anexo II desde documento.

Portanto, percebe-se que a organização curricular do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional se mantem na proposta e objetivos da Ufopa que é a construção de um conhecimento interdisciplinar e voltado para a Amazônia, sem deixar de consolidar conhecimentos universais que fortalecerão o profissional para atuar não só na Amazônia, mas no Brasil e no mundo.

8.1 Estrutura Curricular

1º PERÍODO		**2º PERÍODO**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Gestão Pública e Política Social	60	Economia II	60
Métodos de Pesquisa e Extensão	60	Estado e Políticas Públicas	60
Fundamentos da Administração	60	Fundamentos de Contabilidade	60
Economia I	60	Instrumentos de Gestão e Ordenamento Territorial	60
Matemática aplicada à Gestão Pública	60	Instituições de Direito	60
Atividade Integradora de Extensão	30	Atividade Integradora de Extensão	30
Total carga horária	**330**	**Total carga horária**	**330**
3º PERÍODO		**4º PERÍODO**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Teorias do Desenvolvimento	60	Economia Brasileira	60
Gestão do Espaço Urbano	60	Geotecnologias aplicadas à Gestão Pública	60
Organização, Processos e Tomada de Decisão	60	Teoria e prática de Planejamento na Gestão Pública	60
Direito Constitucional	60	Sociedade e disputas territoriais na Amazônia	60
Estatística Aplicada à Gestão Pública	60	Direito Administrativo	60
Total carga horária	**300**	**Total carga horária**	**300**
5º PERÍODO		**6º PERÍODO**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**

Sócioeconomia da Amazônia	60	Planejamento e Gestão Ambiental	60
Elaboração de diagnósticos e cenários	60	Elaboração e Gerenciamento de Projetos na Gestão Pública	60
Direito Urbanístico	60	Contabilidade do setor público	60
Políticas Públicas e Dinâmicas Populacionais	60	Tecnologia da Informação no Setor Público	60
Orçamento Público	60	Políticas Territoriais na Amazônia	60
Total carga horária	**300**	**Total carga horária**	**300**
7º PERÍODO		**8º PERÍODO**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
TCC I	60	TCC II	60
Mediação de conflitos na G. Pública	60	Optativa I	60
Políticas Públicas e Des. Regional	60	Optativa II	60
Gestão de Pessoas	60	Optativa III	60
Empreendedorismo e Economia Criativa	60		
Total carga horária	**300**	**Total carga horária**	**240**

Carga Horária Total do Curso	CH
Disciplinas Totais	2.340
Atividades Integradoras de Extensão	180
Atividades Complementares	120
Estágio Obrigatório	180
Atividades de Extensão	180
Total carga horária	**3.000**

8.2 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares dos componentes da Matriz Curricular do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional estão pautados nas diretrizes curriculares do curso de Administração Pública- DCN estabelecidos na Resolução Nº 1 de 13 de janeiro de 2015, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas, tendo como diretrizes: I) o ethos republicano e democrático que preza pela ética profissional, pela responsabilidade "res publica" (coisa pública) e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado; II) a flexibilidade que permite ajustar ao seu contexto e vocação regional; III) interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Estes devem promover as bases teóricas e práticas para o desenvolvimento do perfil profissional dos que serão capazes de discernir em torno das principais interpretações teóricas sobre os processos de desenvolvimento considerando os atores sociais e suas diferentes

conformações territoriais, sociais, ambientais, econômicas, tecnológicas, políticas e culturais (item 6- Perfil do egresso, Parte II- Informações do curso).

Os componentes curriculares consideram temas e conteúdos atuais no campo das Ciências Sociais Aplicadas e das dinâmicas regionais do contexto amazônico seguindo uma bibliografia atualizada e de relevância científica obedecendo aos conteúdos de formação básica e profissional exigidos nas diretrizes curriculares do curso (organização curricular item 8, Parte II- Informações do curso). Além dos conteúdos exigidos pela DCN, o curso segue as exigências normativas quanto a conteúdos obrigatórios em disciplinas de forma transversal ou em disciplinas optativas como educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A carga horária segue a regulamentação da DCN- Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução Nº 1, de 13 de Janeiro de 2014, dos cursos de graduação, bacharelado, em Administração Pública, que instituiu a carga horária mínima de 3000 (três mil horas\aula) nos termos da Resolução CNE/CS Nº 02/2007 .

8.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
Gestão Pública e Política Social	Economia II	Teorias do Desenvolvimento	Economia Brasileira	Sócioeconomia da Amazônia	Planejamento e Gestão Ambiental	TCC I	TCC II
60	60	60	60	60	60	60	60
Métodos de Pesquisa e Extensão	Estado e Políticas Públicas	Gestão do Espaço Urbano	Geotecnologias aplicadas à Gestão Pública	Elaboração de diagnósticos e cenários	Elaboração e Gerenciamento de Projetos na Gestão Pública	Mediação de conflitos na Gestão Pública	Optativa I
60	60	60	60	60	60	60	60
Fundamentos da Administração	Fundamentos de Contabilidade	Organização, Processos e Tomada de Decisão	Teoria e Prática de Planejamento na Gestão Pública	Direito Urbanístico	Contabilidade do setor público	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	Optativa II
60	60	60	60	60	60	60	60
Economia I	Instrumentos de Gestão e Ordenamento Territorial	Direito Constitucional	Sociedade e disputas territoriais na Amazônia	Políticas Públicas e Dinâmicas Populacionais	Tecnologia da Informação no Setor Público	Gestão de Pessoas	Optativa III
60	60	60	60	60	60	60	60

Matemática aplicada à Gestão Pública	Instituições de Direito	Estatística Aplicada à Gestão Pública	Direito Administrativo	Orçamento Público	Políticas Territoriais na Amazônia	Empreendedorismo e Economia Criativa	
60	60	60	60	60	60	60	
Total por período	**Total por período**	**Total por período**	**Total por período**	**Total por período**	**Total por período**	**Total por período**	**Total por período**
300	**300**	**300**	**300**	**300**	**300**	**300**	**240**
Atividade Integradora de Extensão							
30	**30**	**30**	**30**	**30**	**30**		
Disciplinas Obrigatórias		2160					
Disciplinas Optativas		180					
Atividades Complementares		120					
Estágio Obrigatório		180					
Atividades Integradoras de Extensão		180					
Atividades de Extensão		180					
Total		**3000**					

8.4 Ementário e Bibliografias

Disponíveis no Anexo I deste documento.

8.5 Atividades Complementares

As atividades complementares para o Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional estão previstas na Resolução CNE/CES nº 266/2010, como componentes curriculares fundamentais na formação dos Bacharéis em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, na medida em que possibilitam a ampliação e integração com a prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, podendo inclusive contribuir com as ações de ensino, pesquisa e a participação em eventos científicos possibilitando assim, que o aluno desenvolva as competências e habilidades desejáveis ao Bacharel Gestão Públicas e Desenvolvimento Regional.

As atividades complementares têm ainda o potencial de levar os acadêmicos a refletirem e discutirem não apenas os temas da sua área de conhecimento, como também temas transversais à Gestão Pública. Dessa forma, os acadêmicos do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa deverão ao longo do curso cumprir uma carga horária de 120 (cento e vinte) horas de atividades complementares, que poderão ser realizadas nas atividades de Ensino, Pesquisa e Eventos Técnicos Científicos, sob a supervisão de um professor orientador de Atividades Complementares.

Sendo que a carga horária exigida para crédito das atividades complementares é de 120 horas. Seu registro das atividades complementares deverá ser requerido pelo discente, na Coordenação do Curso e dirigido ao Professor orientador de atividades complementares com a apresentação dos documentos comprobatórios de participação nas respectivas atividades ao final do 6º (sexto) ou do 8º (oitavo) semestre.

A cada semestre será definido pelo Colegiado do Curso um Professor Orientador de Atividades Complementares com carga horária de 30 horas semestrais, cujas atribuições são as seguintes:

I – Orientação do Regulamento de Atividades Complementares para os alunos.

II – Divulgação ao longo de cada semestre letivo das atividades complementares a serem oferecidas aos discentes pela Instituição, bem como aquelas a serem oferecidas por outras instituições, desde que a Coordenadoria seja delas cientificada.

III – Validação das comprovações de atividades complementares a partir do 6º (sexto) ao 8º (oitavo) semestre.

A carga horária mínima, de acordo com o tipo de atividade complementar, bem como os critérios para registro das atividades estão descritos no Regulamento de Atividades Complementares no Anexo II do Projeto Pedagógico do Curso.

8.6 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio obrigatório e não obrigatório tem sua base normativa aportada na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre as atividades de estágio de estudantes em

todo o país. No âmbito da Ufopa o estágio é regulamentado pelo Regimento de Ensino de Graduação da Ufopa, Resolução 177, de 2017, que em seu Capítulo VII trata do estágio.

O discente matriculado no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional tem a opção de realizar estágio não obrigatório, que pode ser desempenhado a qualquer tempo de seu percurso acadêmico, como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, sendo compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como auxílio-transporte; e o estágio obrigatório que pode ser realizado a partir do 5º semestre do curso, sendo facultativa a concessão de bolsa ou auxílio-transporte, e possui uma carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas em atividades ligadas as áreas afins do curso, devendo este ser cumprido em, no mínimo, 04 (quatro) horas e, no máximo, 06 (seis) horas por dia, não ultrapassando 30 (trinta) horas semanais, em horário compatível com as atividades acadêmicas do aluno.

O ICS possui um núcleo denominado **Núcleo de Estágio** que tem como função básica propor convênios com empresas e organizações do mercado para promover estágio não obrigatório aos alunos de todos os cinco curso que compõe o instituto – Direito, Arqueologia, Antropologia, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e Ciências Econômicas – e objetiva ainda estimular a inserção de egressos no mercado de trabalho. No âmbito específico do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional fica a cargo do **Coordenador(a) de Estágio** criar as oportunidades, coordenar e avaliar os discentes na obtenção do crédito na atividade de estágio obrigatório.

Em ambos os casos – estágio obrigatório e não obrigatório - é imprescindível que a organização concedente seja conveniada à Ufopa ou aos Agentes de Integração a ela conveniados (CIEE, IEL, entre outras).

A formalização do estágio obrigatório no curso dá-se por meio da elaboração de um **Termo de Compromisso de Estágio**, que deve ser assinado pela organização concedente, pelo discente e pela Ufopa ou pelo agente de integração. O estágio deve iniciar apenas após a elaboração e coleta das assinaturas no termo, afim de garantir a cobertura dos alunos (as) pelo seguro de vida.

As atividades que o (a) aluno (a) estagiário (a) irá cumprir no estágio obrigatório devem, indispensavelmente, ter relação direta com o currículo do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, de maneira a possibilitar o desenvolvimento das competências necessárias aos futuros profissionais e contribuir, desta forma, para sua formação e inserção no mercado de trabalho após o término da graduação. Estas atividades serão descritas em um **Plano de Estágio** pelo acadêmico e seu respectivo supervisor de estágio da organização-concedente, e deve ser entregue no início do estágio ao docente Coordenador(a) de Estágio que deverá fazer a avaliação do plano proposto e o acompanhamento do aluno(a) estagiário (a) na organização-concedente.

O estágio obrigatório visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Lei, 11.788 Art. I, § 2º). Para os ingressantes no Curso de

Gestão Pública e Desenvolvimento Regional será válido como obrigatório o estágio realizado em:

I. Empresas privadas.
II. Órgãos da Administração Centralizada Federal, Estadual e Municipal.
III. Órgãos da Administração Descentralizada Federal, Estadual e Municipal.
IV. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações.
V. Entidades do Terceiro Setor.
VI. Instituições de Consultoria
VII. Instituições Financeiras
VIII. Projetos de pesquisa, extensão e monitoria vinculados ao PCEDR, desde que, não tenham sido computados como Atividades Complementares, apresentem o Plano de Trabalho assinado pelo professor orientador do projeto e que contemple a carga horária total do estágio.

Ressalta-se que para fins de cumprimento de Estágio Obrigatório será aceito o aproveitamento de horas dos alunos que já trabalham em atividades relacionadas à Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Ao término do estágio, o aluno deverá elaborar um **Relatório Final de Estágio** e entregá-lo juntamente com a Ficha de Acompanhamento, Ficha de Avaliação e Declaração de Conclusão de Estágio, com todas as assinaturas, ao docente Coordenador(a) de Estágio que ficará encarregado de avaliar a documentação e o relatório e atribuir nota ao discente. Os prazos de entrega da documentação serão divulgados semestralmente de acordo com o calendário escolar. Em nenhuma hipótese, será aceita documentação incompleta de Início e/ou Término do Estágio, bem como a entrega conjunta das documentações de Início e Término do Estágio. Após o lançamento da nota o docente Coordenador (a) de Estágio deve encaminhar toda a documentação do discente para a secretaria do curso, que fica responsável pelo seu arquivamento.

8.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório. Segundo as diretrizes orientadoras que regem o TCC está definido no Art. 9º da resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública no Brasil.

Em consonância com esta orientação, no Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa o Trabalho de Conclusão de Curso poderá assumir a modalidade de monografia ou artigo científico, ambos individuais, sendo que este último dever estar vinculado a um grupo de pesquisa ou extensão da universidade.

Para que o mesmo seja executado a contento, o discente terá na grade curricular do curso as disciplinas Monografia I, com carga horária de 60 (sessenta) horas, a ser ministrada por um docente no 7º (sétimo) semestre do curso; e Monografia II, com carga horária de 60 (sessenta) horas, sob a responsabilidade de um docente orientador, a ser ministrada no 8º

(oitavo) semestre do curso. Cada orientador poderá orientar, simultaneamente, no máximo cinco discentes.

Segundo a resolução nº 177 de 20 de janeiro de 2017, que institui o regimento de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará, o TCC deverá ser apresentado, a partir do cumprimento pelo menos de 80% (oitenta por cento) dos componentes curriculares. A entrega da versão definitiva do TCC deverá seguir as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB), quando couber.

O orientador deverá ser portador do grau de especialista, mestre ou doutor, e deverá fazer parte do quadro de docentes da Ufopa. O Colegiado do Curso poderá homologar a indicação de coorientador, em casos específicos, quando solicitado e justificado pelo orientador.

Compete ao orientador:

a) Acompanhar a execução da monografia em todas as suas etapas.

b) Organizar um Cronograma com seu orientando visando otimizar o tempo para analisar os dados referentes à sua pesquisa e o acompanhamento da efetiva execução das pesquisas/elaboração do trabalho.

c) Realizar orientações pertinentes a método, metodologias e padrões de formatação exigidos que estejam sempre em consonância com o guia de normalização da Ufopa.

d) Diagnosticar problemas e dificuldades no âmbito do desenvolvimento acadêmico, que estejam interferindo no desempenho do estudante, e orientá-lo na busca de soluções.

e) Manter a coordenação de monografia informada sobre as atividades desenvolvidas pelo orientando, bem como solicitar providências que se fizerem necessárias ao atendimento do discente em sua vida acadêmica.

f) Cientificar imediatamente a coordenação de monografia sobre problemas porventura existentes no andamento do desenvolvimento do TCC do orientando.

A Monografia será avaliada com base na apresentação do Trabalho Final considerando-se o Trabalho Escrito e a Apresentação Oral, seguindo os critérios de avaliação determinados pela coordenação de monografia de acordo com a Banca Examinadora que será composta por três professores.

Será considerado aprovado e apto para receber o diploma de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional o(s) discente(s) com média final igual ou superior a 6,0 (seis).

O julgamento da monografia será feito em sessão pública, previamente agendada em calendário do curso, na qual o discente terá 25 a 30 minutos para apresentar o trabalho, e a cada examinador o tempo de 15 minutos para análise, arguição e debate com o candidato sobre a apresentação e o tema do trabalho.

9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As modificações ocasionadas nos processos de desenvolvimento, e suas consequências

na democracia e cidadania, convergem para uma sociedade caracterizada pela importância a crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) com impacto nas relações sociais, empresariais e nas instituições. É a denominada Sociedade da Informação e do Conhecimento que cogita uma capacidade constante de inovação.

Na educação superior, é notória a progressiva aplicação e abrangência das TICs, sobretudo com o uso da Internet nos diferentes componentes curriculares. A inserção de novas tecnologias no ensino de graduação deve perseguir uma educação de qualidade. Com a difusão e o uso de novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas educacionais, ocorreram mudanças na produção de materiais didáticos e nas metodologias de ensino-aprendizagem. O uso de novas tecnologias de informação e comunicação permitem que, no processo de ensino-aprendizagem, professores, tutores e alunos tenham mais interatividade.

A Ufopa incentiva a incorporação de diversas possibilidades das novas tecnologias tais como: áudios, vídeos e textos digitalizados e disponibilizados em meios eletrônicos, utilização de blogs, listas de discussão online, mídias sociais, chats, fóruns entre outros.

Ao acessar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) o estudante pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento acadêmico, materiais didáticos, participação em fóruns, entre outros.

Durante as aulas ministradas pelos docentes do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional são utilizados os equipamentos de Datashow, notebooks, para auxílio no aprendizado dos discentes. Além desses, o instituto de Ciências da Sociedade dispões de um laboratório de ensino onde estão disponíveis computadores para uso dos estudantes e para os docentes que desejam ministrar aulas neste laboratório por meio de agendamento prévio.

A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços de oferta da Ufopa, existindo inclusive uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (rede acadêmica).

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Para a avaliação do ensino-aprendizagem, compreende-se que avaliar é julgar ou fazer apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Assim, a avaliação faz parte do processo de ensino-aprendizagem e é de fundamental importância para docentes e discentes. Para os discentes é um instrumento de diagnóstico de sua situação. Para os docentes o resultado da avaliação serve para uma análise reflexiva sobre o seu processo de ensino.

No curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional a avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada pelo professor do componente curricular com base em critérios previamente definidos no seu Plano de Ensino, em consonância com o disposto nos artigos 169, inciso I, 170, inciso V e 172, inciso III do Regimento de Graduação. Para isso o professor poderá dispor de diversos instrumentos, como provas individuais, provas em grupo, seminários, relatórios, resenhas bibliográficas, etc., de acordo com a particularidade

de cada disciplina e a preferência do professor, relacionando os assuntos ministrados em sala de aula com o contexto econômico e social local, regional e global, buscando uma visão interdisciplinar da realidade. Neste sentido, as temáticas desenvolvidas nos projetos de pesquisa e extensão deverão estar inseridas na contextualização dos instrumentos de avaliação construídos durante o processo ensino-aprendizagem.

De acordo com a Resolução nº 177/2017 do Consepe/Ufopa, artigo 180, o professor deverá para cada componente curricular fazer no mínimo 03 (três) avaliações obrigatórias e 01 (uma) substitutiva (artigos 180 e 183). O aluno poderá solicitar segunda chamada nas hipóteses previstas no artigo 184 da Resolução nº 177 da Ufopa além dos casos previstos na lei. A revisão de notas obedecerá ao disposto no artigo 189 do Regimento de Graduação.

Conforme artigo 182 do Regimento de Graduação, para fins de avaliação da aprendizagem, cabe ao docente: apresentar à turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino; discutir com a turma os resultados de cada avaliação parcial, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima avaliação da aprendizagem; fazer o registro eletrônico no SIGAA da frequência e das notas parciais, de acordo com as orientações da DRA, no prazo definido pelo Calendário Acadêmico.

O sistema de avaliação do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional permite a mensuração da capacidade do aluno de integrar conhecimentos e de mobilizá-los para a tomada de decisões. Permite ainda acompanhar a evolução do discente ao longo do curso e que o docente adote medidas para subsidiar a eficiência do aprendizado.

Na elaboração das avaliações, que é de responsabilidade do professor, recomenda-se, a observação de certos princípios didáticos:

- Abrangência – de acordo com o conteúdo desenvolvido;
- Número de questões – mantendo equilíbrio em relação à abrangência e ao tempo disponível para a sua resolução;
- Tipo de questão – utilizar questões variadas, sempre que possível, procurando desenvolver as diferentes habilidades mentais;
- Elaboração das questões clara, objetiva e correta, de modo a proporcionar ao aluno imediata compreensão do que está sendo solicitado;
- Critérios de avaliação claros e definidos.

O desempenho acadêmico será medido pelo indicador IDA, conforme disposto no artigo 187 do regimento de graduação.

10.1 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

Visando proporcionar aos estudantes as melhores condições de desempenho acadêmico, a Ufopa por meio da sua Pró-Reitoria de Gestão Estudantil - Proges, oferece serviços de apoio pedagógico e psicossocial realizadas pela equipe técnica da Diretoria de Acompanhamento Estudantil (DAE), mais especificamente por meio do Núcleo de Serviço

Social (Nuses), ambos sediados no Campus de Santarém. Os serviços realizados pela Proges relacionados diretamente ao desempenho acadêmico, são:

- Serviço de apoio pedagógico: realiza atendimentos pedagógicos individuais e coletivos aos estudantes, no tocante à realização de ações e projetos educacionais que contribuam para o desempenho acadêmico de excelência, sobretudo daqueles que acessam os auxílios estudantis.
- Serviço de psicologia educacional: possui ações coletivas e/ou individuais em psicologia voltadas aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação da Ufopa, prioritariamente os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidos pelo Pnaes na perspectiva de promover o bem-estar e a saúde mental/ emocional, contribuindo para a otimização da qualidade de vida, possibilitando um espaço de acolhida e reflexão que favoreça a construção de uma visão coerente acerca de si e daquilo que almeja, buscando lidar de maneira mais assertiva com as dificuldades que possam surgir durante sua permanência na Universidade.
- Serviço social aplicado à educação: voltado aos estudantes em situação de risco social, contribui para a qualidade de vida e o bem-estar pessoal e familiar, visando ao bom desempenho acadêmico.

O acompanhamento da aprendizagem dos discentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional será realizado pelos docentes do curso no decorrer das atividades acadêmicas e pela coordenação do curso por meio das reuniões de orientação acadêmica. Os alunos que apresentarem baixo-rendimento ou necessitarem de apoio psicossocial por questões que estejam interferindo no seu desempenho acadêmico, serão orientados a procurarem os serviços da PROGES a fim de serem acompanhados pela equipe especializada da Diretoria de Acompanhamento Estudantil (DAE/Proges).

A avaliação do aprendizado discente por componente curricular deve ser apreciada pelo docente de cada componente curricular em três avaliações (mínimo), das quais ao menos uma deve ser individual. A mensuração de cada avaliação se dá por valores numéricos no intervalo de zero a dez. As notas de cada uma das avaliações são usadas no cômputo da nota do componente curricular, de acordo com procedimento estabelecido no plano de ensino. A nota final do discente é computada, até duas casas decimais, como a média simples ou ponderada dos valores obtidos nas avaliações do período.

Opcionalmente, o discente poderá ainda realizar uma avaliação substitutiva, igualmente oferecida a todos os discentes, no sentido de substituir uma das notas individuais do componente curricular. A avaliação substitutiva será realizada após a última avaliação do componente curricular. A nota alcançada nesta avaliação substituirá, obrigatoriamente, a nota mais baixa de uma das avaliações do componente curricular, no período letivo.

Considerar-se-á aprovado no componente curricular o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima nas aulas de 75% (setenta e cinco por cento). O discente reprovado em qualquer componente curricular entra automaticamente em regime de dependência e deve regularizar seus estudos para efeito de integralização de seu percurso

acadêmico.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso deve ser considerada como uma ferramenta construtiva visando contribuir para a implementação de melhorias e inovações que permitam identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões no âmbito da vida acadêmica de alunos, professores e técnicos.

Dessa forma, a avaliação do PPC deverá ser realizada de forma periódica pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado do Curso, por meio de seminários, reuniões de planejamento, visitas técnicas visando a troca de experiências de modelo, percurso e estratégias acadêmicas; sendo conduzida pelo NDE e Colegiado, com a participação de professores, técnicos e discentes, garantindo assim a gestão participativa e as reformulações necessárias para o bom andamento do curso.

Ressalta-se que a avaliação do PPC de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, deve manter estreita relação com a avaliação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e, consequentemente, com a avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação da Universidade (CPA). Nesse aspecto, a avaliação do projeto do curso de Gestão

Pública e Desenvolvimento Regional, deve contribuir para que a Ufopa atinja seus objetivos estratégicos na área pedagógica.

11.1 Avaliação do Curso

De acordo com o documento denominado Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (MEC, 2012), a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente. Assim, faz-se necessário a criação de mecanismos de avaliação dos procedimentos de ensino, de modo a ajustá-los as transformações que ocorrem na sociedade.

Nesse sentido, a avaliação do curso será composta das seguintes categorias:

Avaliação interna do curso: haverá uma avaliação interna do curso a ser realizada pelo Instituto de Ciências da Sociedade com o apoio da coordenação de curso e dos técnicos com base nas informações oriundas do Sistema Acadêmico da Ufopa e de pesquisas realizadas internamente, onde serão enfocados os índices de evasão, de aceitação dos egressos no mercado de trabalho, de suas inserções nos programas de pós-graduação, produção científica, os convênios e projetos integrados de ensino, assim como os recursos e estágios remunerados em outras empresas, a biblioteca, o desenho curricular, etc.

Outros parâmetros de avaliação do curso como infraestrutura e questões pedagógicas serão avaliados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da Universidade, sendo que os dados obtidos serão utilizados pela Coordenação do Curso no replanejamento de suas atividades administrativas e pedagógicas.

Avaliação externa do curso: a Avaliação Externa será composta pelos mecanismos de avaliação do Ministério da Educação – MEC dos quais são exemplos o Exame Nacional de

Desempenho de Estudantes previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a avaliação efetuada pelos especialistas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e a visita *in loco* para reconhecimento do curso. Os dados oriundos desses processos serão levados em consideração no *processo de avaliação interna* e servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

Ao final de todo processo avaliativo haverá uma **Reavaliação** que consistirá na consolidação dos resultados da avaliação interna, externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico do Curso e do Planejamento Estratégico do Curso, ambos em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa.

Importante ressaltar, por fim, a determinação do artigo 137, § 7º do Regimento Geral da Ufopa que dispõe que os cursos de Graduação executarão, periodicamente, o processo de auto avaliação com o apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

11.2 Gestão do Curso

A Gestão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é efetivada pela figura do coordenador(a) e do vice-coordenador(a) do curso, e ainda por meio de Colegiado do curso, que é presidido pelo primeiro. O Colegiado é a instância administrativa que delibera e aprova todas as demandas administrativas do curso por meio de seus representantes docentes, discente e corpo técnico-administrativo.

A autoavaliação do curso é realizada por meio da avaliação interna semestral por meio da comissão de Avaliação do Instituto de Ciências da Sociedade - ICS, onde são considerados os seguintes pilares da avaliação: Gestão do Curso, Gestão do ICS, Docentes e Discentes. Adicionalmente, a coordenação do curso realiza anualmente, levantamento do Perfil Socioeconômico e Qualidade de Vida dos discentes, identificando possíveis demandas que visem a melhoria do curso e atendam às necessidades dos nossos alunos.

São consideradas ainda para a avaliação interna do curso, os relatórios de gestão da Comissão Própria de Avaliação - CPA da Ufopa, os relatórios Anuais de Gestão do curso e os relatórios de avaliação externa do curso realizadas pelo Ministério da Educação - MEC. Essas informações fomentarão o Planejamento estratégico do curso em consonância com os objetivos estratégicos da Ufopa definidos no seu Plano de desenvolvimento Institucional - PDI, visando a melhoria contínua do curso e o atendimento às demandas institucionais e da sociedade.

12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A prática interdisciplinar necessária para o desenvolvimento humano sustentável deve ser contemplada em ações projetadas por Programas Institucionais que almejem prospectar e socializar conhecimento, os quais resultem em impacto direto no desenvolvimento da região.

Os saberes tradicionais compõem um acervo inestimável de conhecimento sobre a

diversidade geobiológica e sociocultural e devem ser reconhecidos, preservados, estudados e valorizados como patrimônio Amazônico e global. Os saberes tradicionais devem ser incorporados na prática interdisciplinar e subsidiar a inovação. As políticas institucionais são refletidas no âmbito do curso por meio de ações de ensino, inovação tecnológica, pós-graduação, interiorização, internacionalização, extensão e desenvolvimento de projetos de investigação.

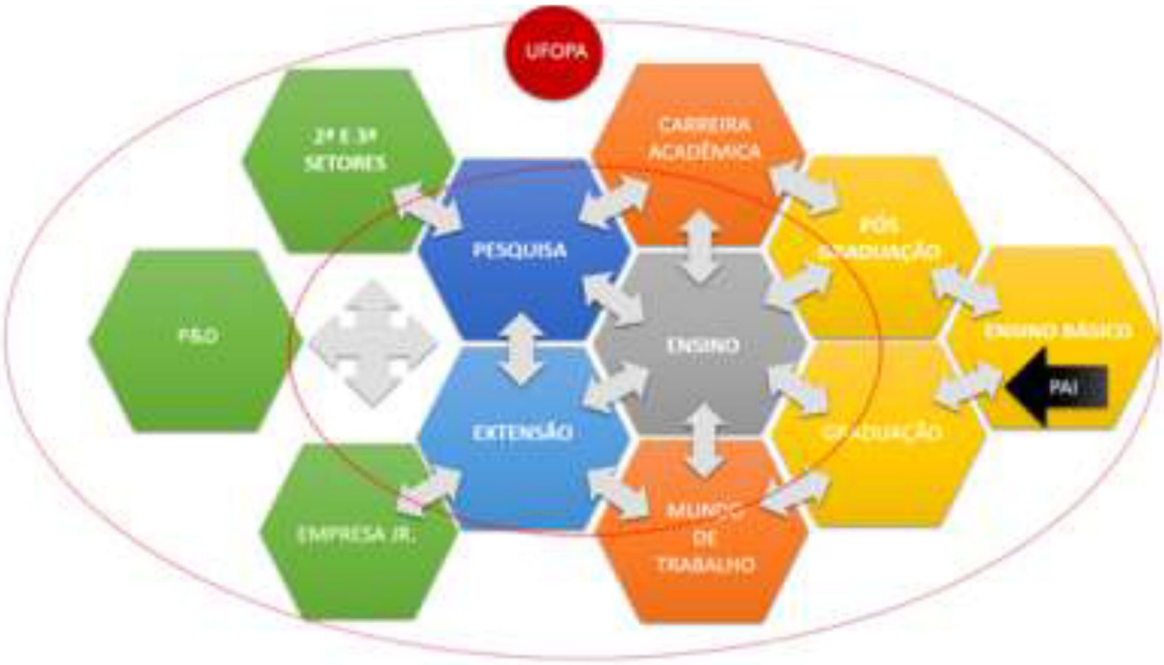
Os saberes tradicionais se articulam com as políticas institucionais, inicialmente a partir do reconhecimento da relevância das suas interações com o saber acadêmico. Essa interação potencializa a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Permite, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação da universidade junto às comunidades tradicionais, que no processo do ensino, pesquisa e extensão viabilizam uma relação transformadora entre universidade e sociedade (PDI -Ufopa, 2019-2023).

Dentre os compromissos do curso, busca-se aperfeiçoar a qualidade do ensino de graduação, fortalecer a interação com a educação básica e promover a integração de ações interdisciplinares no ensino, pesquisa e extensão, construindo um ambiente favorável a pós-graduação, meta do curso. É nesta perspectiva o curso objetiva a formação plena do estudante, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em uma formação ética, plural, integradora, interdisciplinar e intercultural (PDI -Ufopa, 2019-2023).

O curso esta articulado a Política institucional de integração acadêmica da Ufopa, conforme figura (1) para produzir articulações objetivando a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão para otimizar recursos e potencializar a formação dos estudantes de graduação e de pós-graduação. Objetiva ainda, a articulação com as necessidades e as demandas da sociedade ao diagnosticar e intervir colaborativamente nas problemáticas identificadas, pautando o conceito de desenvolvimento social e econômico articulado ao desenvolvimento sustentável.

Por conseguinte, o termo Desenvolvimento Humano aqui aplicado é um exercício de abrangência, considerando a indissociabilidade entre o ser humano e o ambiente e sua sustentabilidade como quesito primaz. Não há como garantir sustentabilidade ambiental e econômica sem combater a desigualdade social (PDI -Ufopa, 2019-2023).

Figura 1 - Política institucional de integração acadêmica 2019/2023.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa 2019-2023.

Esta estrutura possibilita o alcance dos objetivos estratégicos, amplia as possibilidades formativas interdisciplinares e auxilia na consolidação e na melhoria da qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação. Ademais, atende aos pressupostos legais ao fomentar a vinculação à educação básica com programas de iniciação científica no ensino médio (PIBIC-EM), formação inicial e continuada de professores e o programa de ações interdisciplinares (PAI).

Permite ainda, aprimorar o uso dos recursos humanos e financeiros, por meio da gestão integrada de laboratórios, da articulação dos grupos de pesquisa (GDP) e dos projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão (PEEX). Neste aspecto, ao propor Programas Integrados, busca-se o fortalecimento dos cursos de graduação a partir da extensão e da pesquisa.

O Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - PEEX (FIGURA 2) objetiva:

a) Contribuir para a melhoria do ensino de graduação, através das práticas existentes e da implementação de novos instrumentos e experiências pedagógicas.

b) Criar condições de aprofundamento de conteúdos teóricos e práticos para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à atividade docente.

c) Estimular os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabilizem a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, contribuindo de forma plena para a inclusão social.

d) Viabilizar a participação dos discentes no processo de interação entre a Universidade e a sociedade por meio de atividades acadêmicas que contribuam para seu protagonismo, sua formação profissional e para o exercício pleno da cidadania.

Figura 2 - Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEX).

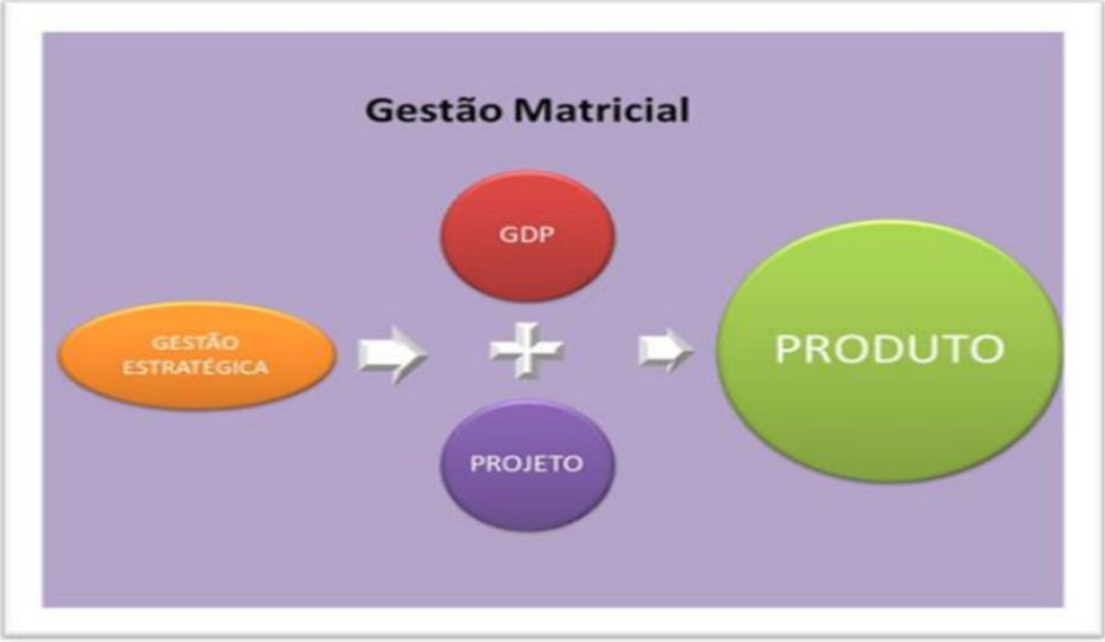
Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA 2019-2023.

Estas atividades devem estimular a iniciação científica no ensino médio e na graduação, promovendo um ciclo virtuoso articulado à pós-graduação em uma perspectiva bidirecional se retroalimentando e visando garantir a integração compartilhada da tríade ensino-pesquisa-extensão. Os projetos contemplarão bolsas para o ensino médio, graduação e pós-graduação.

Como forma de operacionalizar este programa, as Pró-Reitorias acadêmicas: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) e Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) terão seu fluxo de processos igualmente integrado. Mais que isso, representações de suas equipes comporão um Comitê Gestor do PEEX, que funcionará em consonância com os comitês de avaliação de projetos das unidades acadêmicas para definição dos fluxos e acompanhamento dos Projetos a serem executados.

O modelo administrativo de gestão do PEEX segue o desenho matricial de organização (Figura 3), o qual preconiza a execução de um projeto para a consecução das ações priorizadas.

Figura 3 - Desenho esquemático da estratégia para gestão matricial na Ufopa.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA 2019-2023.

Na sequência estratégica: o PDI prevê, o Programa articula, a comunidade acadêmica projeta o alcance de alvos e metas a partir do eixo estratégico: ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva da inovação como seu propulsor diferencial. Atuará este eixo como gerador de ações e produtos, demandados pela sociedade ou induzidos como plano estratégico potencializador de desenvolvimento humano.

A gestão estratégica induz a ação via editais de apoio, por meio de grupos que criam o projeto integrado com objetivos e metas. Sua execução resulta no produto (material ou imaterial) da ação apoiada.

12.1 Organização dos Projetos Integrados (PRIT)

A gestão por Projetos Integrados (PRIT) permitirá dinamizar ações temáticas planejadas com fim em si mesmas, podendo ser extintos, uma vez alcançados seus objetivos ou renovados de acordo com a viabilidade, relevância e eficácia de sua continuidade. Este processo ocorrerá mediante avaliação por pares da área de conhecimento e preferencialmente externo à Instituição, de maneira a garantir-se sua impessoalidade e imparcialidade.

No PRIT constará a estratégia de integração entre o ensino, pesquisa e extensão e os planos de ação apoiados e pactuados com integrantes das Unidades Acadêmicas que atuam em seus diferentes segmentos, inclusive seus executores. Os PRIT devem atender demandas da sociedade a partir dos serviços acadêmicos produzidos e ofertados pela Ufopa, organizados de acordo com os fluxos acadêmicos e suas potencialidades. Preconizam aprimorar o uso dos espaços, de unidades físicas e suas facilidades aliadas às parcerias interinstitucionais

representativas dos diversos setores da sociedade.

A proposta do Grupo Integrado deverá seguir os seguintes critérios:

a) Ter natureza acadêmica:

I. Cumprimento ao preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, caracterizada pela condução do conhecimento científico à

integração de ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do discente e sua socialização em benefício da sociedade;

II. Interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos que se complementem e resultem em ações interprofissionais e/ou interinstitucionais, com consistência teórica e operacional que as lastreiem e as viabilizem como objetos comuns;

III. Geração de produtos ou processos, tais como apresentação de trabalhos em eventos científicos, publicações, monografias, abertura de novas linhas de extensão, ensino e de pesquisa, produtos, processos e/ou serviços e soluções/Inovações, entre outros.

b) Apresentar relevância social:

I. Impacto social, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e

processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e a ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo

de formação e de qualificação;

II. Relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais;

III. Contribuição, direta ou indireta, na formulação, implementação e/ou acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.

c) Ser adequada ao PPC do curso de Graduação:

I. Contribuir para o curso de graduação em quatro frentes: Ensino Prático (laboratório e/ou campo); Extensão; Formação Profissional (TCC, Estágio Supervisionado) e Ensino Teórico (novas habilidades e novas competências).

No curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional os grupos de pesquisa, por meio de seus respectivos docentes, serão estimulados a submeter propostas de projetos para participação no PEEX e PRIT.

A organização de Projetos Integrados (PRITS) ocorrerá por meio de incentivo aos docentes do curso para participarem dos editais oferecidos pela Ufopa, como por exemplo:

- O Programa Institucional de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEx) contido no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) como um sistema matricial e sistêmico do PRITS, que permite a execução de programas em que as dimensões ensino, pesquisa e extensão sejam de fato integradas, de maneira indissociável. Os projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, fomentam ações para o fortalecimento do ensino de graduação, de pesquisa e extensão, a favor de discentes na construção de saberes imprescindíveis para o desenvolvimento de habilidades

e competências necessárias às ações individuais e coletivas.

- O Programa de Monitoria Ceanama, vinculado ao Programa Especial de Ajuste de Percurso Acadêmico da Ufopa, no âmbito da Política de Ensino, Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, conduzido pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proen) e Pró-reitoria de Gestão Estudantil (Proges). O Ceanama em Nheengatu significa "meu parente", "meu amigo". A concessão de Bolsa de Monitoria Ceanama é uma ação institucional direcionada ao acompanhamento dos estudantes indígenas, a fim de que possam ser superadas algumas dificuldades enfrentadas principalmente quanto à questão do uso da língua portuguesa, da matemática e dos recursos tecnológicos. Tem-se como princípio, nesse processo, a visão colaborativa e cooperativa de que, com a interação das culturas, constrói-se a possibilidade de conhecimento mútuo entre a comunidade acadêmica e a comunidade indígena

13 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

Tendo como dispositivo norteador o Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior (2005, p. 13), o qual objetiva "eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos", a Ufopa vem se comprometendo com a implementação de políticas de acessibilidade, atendendo aos aspectos legais que regem a educação inclusiva no Brasil e as orientações do Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior, criado em 2005.

Em 2013, preocupados em dar conta dessas demandas, a Ufopa instituiu o GT-Pró Acessibilidade, por meio da Portaria nº 1.293. O grupo foi composto por treze membros, entre eles, docentes e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT-Pró-Acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na Ufopa.

Em 18 de junho de 2014, com a Portaria nº 1.376, a Ufopa instituiu o Núcleo de Acessibilidade. Essa ação institucional atende ao que determina a Portaria n° 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais. Nota-se que a Ufopa surge no cenário de ensino superior com essas demandas a serem atendidas em caráter emergencial.

São objetivos do Núcleo de Acessibilidade:

Objetivo Geral:

a) Promover o acesso e a permanência de pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação e Surdez na Ufopa por meio de 63 orientações políticas e legais, oferta de Atendimento Educacional Especializado e formação continuada, objetivando minimizar obstáculos arquitetônicos, pedagógicos, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

a) Promover o ingresso, o acesso e a permanência de estudantes, professores e técnico administrativos com necessidades educacionais especiais na Ufopa;

b) Orientar quanto à identificação de estudantes, professores e técnicos administrativos com necessidades educacionais especiais.

c) Fazer levantamentos anuais da situação arquitetônica de acessibilidade nos campi de acesso universitário de Santarém, acompanhando providências e planejamentos para sanar possíveis barreiras registradas.

d) Ofertar espaço específico de acesso a recursos didáticos, apoio e orientação pedagógica bem como tecnologias assistivas disponíveis para o uso de estudantes, técnicos ou docentes com NEE.

e) Disponibilizar recursos e serviços do núcleo de acessibilidade da Ufopa às unidades acadêmicas e administrativas visando o apoio na construção, elaboração e implementação de projetos pedagógicos de curso, plano de desenvolvimento institucional e demais documentos oficiais da instituição.

f) Ofertar, quando necessário e previamente solicitado, os serviços de tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa em todas as instâncias do contexto universitário.

g) Estabelecer parcerias com grupos de estudo e pesquisa que abordam o tema da educação especial e educação inclusiva, promovendo discussões teóricas, orientações de estudo, eventos e demais atividades relacionadas ao tema.

h) Estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão no campo da educação especial e educação inclusiva.

i) Ofertar cursos de curta duração e oficinas de formação para a comunidade acadêmica e geral, promovendo e apoiando a realização de eventos que abordem o tema da inclusão social, educacional e educação especial.

j) Promover assessoria e orientações políticas e legais a todas as unidades acadêmicas quanto aos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais.

l) Prestar esclarecimentos conceituais e apoio pedagógico, tecnológico e equipamentos especializados a docentes e técnicos que atuam diretamente com pessoas com necessidades educacionais especiais.

k) Promover em todas as instâncias a formação de uma cultura de inclusão social e educacional na universidade, produzindo conceitos que legitimem as representações sobre esses sujeitos a partir da diferença política, cultural e linguística.

A medida em relação aquisição de recursos pedagógicos/ tecnologias assistivas busca trazer efeitos positivos no desenvolvimento do estudante com Deficiência Visual, Deficiência Auditiva e Física. Os equipamentos, bem como os recursos pedagógicos/ tecnologias assistivas ficarão disponíveis no Núcleo de Acessibilidade para acesso dos estudantes. O uso dos recursos no atendimento educacional de estudantes com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades educacionais especiais favorece para uma maior independência, qualidade de vida e, consequentemente, inclusão educacional e social (MEC, 2013).

Pessoas com deficiência física

Para garantir a acessibilidade aos docentes e discentes com deficiência física a universidade disponibilizará:

- Vagas de estacionamento internas e externas demarcadas próximas as unidades de serviço para as pessoas com deficiência física.
- Mesas, Lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros.

Pessoas com deficiência visual

Para assegurar a aprendizagem dos discentes com deficiência visual a universidade disponibilizará:

- Software que permita aos deficientes visuais utilizar com autonomia os aplicativos computacionais, através da leitura de menus e telas por um sintetizador de voz, podendo esse recurso ser utilizado para aplicação de provas.
- Material em Braile, quando necessário.
- Software de ampliação de tela e equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal.
- Gravadores e réguas Braile.
-Nos laboratórios de informática estão instalados os programas Braile Fácil, DOSVOX, NVDA, Virtual Vision, Tecla Fácil e BR Braile. Ressalta-se que todos esses programas são de uso gratuito.

A coordenação do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, por meio de acompanhamento via SIGAA, monitora o registro e matrícula de alunos com deficiência para proceder às orientações e comunicar aos professores do curso sobre a necessidade de atenção e de adaptação às práticas didático-pedagógicas e ao sistema de avaliação para estes alunos. Como política do curso, é nosso compromisso agregar estes alunos ao convívio acadêmico, oferecendo um ambiente que propicie seu crescimento e sua formação profissional. Até o presente momento, não houve registros de alunos com espectro autista, deficiência visual ou cadeirante.

Pessoas com deficiência auditiva

Para permitir a aprendizagem dos discentes com deficiência auditiva a universidade disponibilizará:

- Serviço de tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa.

Cursos de extensão de Libras para docentes, discentes e funcionários, com o objetivo de proporcionar acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística da pessoas com deficiência auditiva.

- Recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.

14 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Em respeito à Constituição Federal de 1988, e em consonância com a Lei de Diretrizes de Base (LDB), nº 9394, de 1996, que preconiza a criação de novas formas de convívio e de reflexão sobre alteridade em jogo: indígenas e não indígenas, em alinhamento às orientações da Portaria n.º 1.169/2013 do Ministério da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial, da União (DOU), de 05 de dezembro de 2013 e da Resolução nº194, de 24 de abril de 2017, da Ufopa, que trata sobre a Formação Básica Indígena (FBI), em respeito à sua Política de Ações Afirmativas e a Inclusão Étnico-Racial e social, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, ratifica o compromisso em cumprir e respeitar os mecanismos e instrumentos que buscam a permanência dos discentes indígenas, negros, quilombolas e outras formas de vida considerada tradicional da Amazônia, pessoas com deficiência e população LGBT e, desta feita o curso se compromete a promover a defesa dos direitos individuais e coletivos das minorias étnicas e sociais o diálogo, e em dirimir possíveis situações de conflitos. Ratifica e se compromete a cumprir os objetivos específicos da Resolução de nº194:

i) Promover a integração e melhores condições para a permanência dos (as) alunos (as) considerados como especiais que ingressam no curso pelo Processo Seletivo Especial;

ii) Desenvolver metodologias de ensino, extensão e produção do conhecimento que valorizem e reconheçam as cosmologias e modo de vida dos povos considerados tradicionais e da diversidade social;

iii) Fortalecer os processos identitários e organizativos dos povos tradicionais e da diversidade social que integra a universidade;

iv) Promover o intercâmbio perene entre o curso e dos povos tradicionais, negros (as) e da diversidade social que integra a universidade;

v) Oferecer atividades de formação sobre os princípios da interculturalidade e a realidade dos povos tradicionais, negro (as) e da diversidade social.

Nos termos da Resolução de nº 194 que concerne aos povos indígenas, o processo seletivo oferece de uma a duas vagas para indígenas, por curso. A FBI possui carga horária de 560 horas, distribuídas em 210h no primeiro semestre, e 290h no segundo, atividades a serem desenvolvidas nos turnos matutino e vespertino. A formação contempla conteúdos das seguintes áreas: Ciências exatas, Ciências humanas, Tecnologias e Letras – Língua portuguesa, desenvolvidas por meio do ensino, pesquisa e extensão.

O princípio da FBI é promover a melhor adaptação do discente indígena com vistas a otimizar a vivência acadêmica, posto que grande parte deles enfrentam dificuldades na adaptação ao contexto acadêmico e de comunicação, posto que alguns não dominam o idioma português oral/escrita. A meta do FBI reside em promover este ciclo de acomodação dos indígenas, antes de ingressarem no percurso normal dos cursos, e assim, reduzir ao máximo a taxa de evasão dos mesmos. Neste sentido a instituição materializou a política de Ações Afirmativas e Inclusão Étnico-Racial, esta cumpre o papel em mediar situações de conflitos que venham a emergir no percurso do discente. O curso de GPDR possui um professor representante

na comissão do ICS desde 2018.

15 APOIO AO DISCENTE

A Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará, em conformidade com o Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o Regimento Geral da Ufopa, destina-se prioritariamente aos discentes regulares vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação da Ufopa, cuja vulnerabilidade socioeconômica possa dificultar a permanência na Instituição em tempo regular e o aproveitamento pleno da formação acadêmica.

O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão e inovação, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e estabelece como objetivos: "democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação."

A Assistência Estudantil na Ufopa contempla os seguintes programas: Programa de Acompanhamento Psicossociopedagógico, Programa de Repasse de Auxílios Financeiros, o Programa de Esporte e Lazer e o Programa Restaurante Universitário.

15.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro (Bolsas)

Os auxílios financeiros possuem natureza de apoio socioeconômico e pedagógico e de incentivo às práticas esportivas, visando promover condições para a permanência do discente nos cursos de graduação, a melhoria de seu desempenho acadêmico e a conclusão do curso no período regular.

Modalidades de Auxílios a serem disponibilizados: Auxílio Permanência; Auxílio Moradia; Auxílio Permanência Especial; Auxílio Emergencial; Auxílio de Incentivo ao Esporte;

• **Auxílio Permanência:** tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, implementando na Ufopa Ações de Assistência Estudantil para acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de 39 auxílios estudantis que contribuam para um melhor desempenho acadêmico e assim reduzir as taxas de evasão, retenção e promover a inclusão social pela educação.

Será concedido aos discentes que atendam aos requisitos estabelecidos em edital, pela Proges, em consonância com os recursos disponíveis e constituir-se-á de: Auxílio alimentação, destinado a contribuir com o pagamento de despesas com alimentação; Auxílio transporte, destinado a contribuir com o pagamento de despesas com locomoção dos discentes até as unidades da instituição; Auxílio didático-pedagógico, destinado a contribuir com o pagamento de despesas com materiais didático-pedagógicos utilizados nas atividades desenvolvidas nos

cursos de graduação.

A concessão de cada auxílio dependerá do perfil socioeconômico do discente, podendo ser desmembrado em virtude da necessidade ou não do recebimento do auxílio.

É constituído de 03 (três) modalidades de auxílios: alimentação, transporte e apoio didático pedagógico. Nessas modalidades, todos os alunos que ingressam na Ufopa, via ENEM e regularmente matriculados nos cursos de graduação e que não sejam diplomados, podem se inscrever. Os critérios de seleção e renovação são previstos em editais específicos. O processo de análise de seleção pode, dependendo da especificidade do candidato além da análise documental, compreender as etapas de entrevista e/ou visita domiciliar. Os valores destinados por modalidade são:

Alimentação – R$100,00 (Cem reais)

Transporte – R$100,00 (Cem reais)

Apoio Didático Pedagógico – R$ 100,00 (Cem reais)

• **Auxílio Moradia:** é destinado a contribuir com o pagamento de despesas com aluguel para, prioritariamente, discentes oriundos de cidade diferente da localização onde realiza o curso de graduação e em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

• **Auxílio Emergencial:** constitui auxílio financeiro, com prazo determinado, concedido aos discentes de graduação em casos excepcionais ou que apresentem extrema vulnerabilidade socioeconômica ou risco social, que por alguma questão recente ou emergencial não conseguem suprir despesas com sua permanência na instituição.

• **Auxílio Permanência Especial:** constitui repasse financeiro, englobando os auxílios alimentação, transporte e apoio didático-pedagógico, destinado a discentes indígenas e quilombolas ingressantes por meio de processo seletivo especial, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, inscritos nos processos de concessão do auxílio.

15.2 Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento, Atendimento Psicopedagógico)

Acompanhamento psicológico: O acompanhamento psicológico tem por finalidade acolher, orientar e realizar o atendimento individual e/ou em grupo dos discentes com o intuito de prevenir (e/ou minimizar) que as dificuldades psicoafetivas vivenciadas possam repercutir negativamente no desempenho acadêmico e em outros âmbitos de sua vida. Também busca promover ações que possibilitem ao discente lidar de maneira adequada com as dificuldades afetivo-comportamentais que possam surgir durante seu ingresso e permanência na universidade, possibilitando ao aluno um espaço de acolhida e reflexão para que este possa adquirir durante sua passagem pela universidade não só conhecimentos científicos, mas também autoconhecimento, clarificação de sentimentos, bem como a construção de uma visão ajustada acerca de si e daquilo que almeja, melhoria da autoestima, otimização das relações interpessoais, e consequentemente qualidade de vida.

Acompanhamento social: Assistência aos discentes em situação de risco social, contribuindo para a qualidade de vida pessoal e familiar, visando ao bom desempenho

acadêmico. Essas demandas poderão ser encaminhadas pelas Unidades Acadêmicas, por procura espontânea, apuração de denúncias, entrevistas e realização de visitas domiciliares aos discentes e aos grupos familiares; É uma atuação junto à comunidade acadêmica que proporciona espaços reflexivos e de politização, trazendo para discussão, diferentes temas que perpassam pelo ambiente universitário, por meio de instrumentos como palestras, campanhas socioeducativas e grupos reflexivos.

Acompanhamento pedagógico: O acompanhamento se dá por meio de assistência pedagógica aos discentes com dificuldades de aprendizagem por fatores internos e externos; orientação aos discentes em suas dúvidas e questões acadêmicas, apoiando seu desenvolvimento pleno; realização de ações que reduzam o déficit de conhecimento em áreas fundamentais para a continuidade dos estudos e orientação e acompanhamento de discentes que se encontram em dificuldades educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da produção acadêmica na Universidade, por meio das seguintes ações: a) Programa de Facilitação da Aprendizagem, b) Orientação de estudos, c) Orientação profissional/vocacional, d) Projetos de integração de novos discentes, com o objetivo de preparar o discente para enfrentar situações que afetarão diretamente seu desenvolvimento acadêmico, contribuindo para a sua adaptação e participação no contexto universitário e no novo ambiente educacional, e) Promoção de oficinas pedagógicas para desenvolvimento de múltiplas inteligências e habilidades, f) Promoção de ciclo de conferências com ênfase no mercado de trabalho para discentes concluintes.

Programa Restaurante Universitário: Tem por objetivo oferecer refeição balanceada e de qualidade a estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos da Ufopa e pessoal a serviço da instituição, como empresas terceirizadas contratadas, além de constituir um espaço de convivência e integração da comunidade universitária.

Programas de Ensino: Nos Programas de Ensino que visem à permanência dos discentes destacamos a concessão de bolsa Monitoria de disciplinas, Laboratórios/Projetos integrados, direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltados para o ensino e aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados.

Os objetivos do Programa de Monitoria Acadêmica são criar condições de aprofundamento de conteúdos teóricos e práticos para o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à atividade docente; contribuir para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, bem como estimular o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimentos e empenho nas atividades acadêmicas; promover maior interação entre os discentes e os docentes; e contribuir para a melhoria do índice de sucesso acadêmico dos componentes curriculares.

Ressaltamos a existência do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária

Nacional, destinado aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação na Ufopa. Os discentes produzem um projeto, juntamente com um professor-orientador da Ufopa, com o objetivo de desenvolvê-lo em outra Instituição de Ensino, a nível nacional. Para que o discente realize a Mobilidade, o professor da Ufopa deverá comunicar-se com um professor da Instituição receptora para que o mesmo aceite a orientar e acompanhar o desenvolvimento do projeto.

A finalidade deste programa de mobilidade acadêmica externa temporária nacional é proporcionar o desenvolvimento acadêmico, científico, cultural e pessoal, decorrente do intercâmbio cultural, acadêmico e da ampliação de vivências e experiências; promover a interação entre Instituições de Ensino para contribuir com a formação e com o desenvolvimento das competências integrais dos estudantes; ampliar as possibilidades de construção de conhecimentos dos estudantes, por meio de práticas educativas, sociais e culturais em outras Ifes.

As atividades extracurriculares que compõem o Programa têm como objetivo garantir aos alunos oportunidades de vivenciar experiências, não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a estes uma formação global e favorecendo a formação acadêmica e profissional.

16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A inovação tecnológica na Ufopa é gerenciada e implementada pela Agência de Inovação Tecnológica-AIT que foi criada por meio da Resolução n.º 54/2014 da Ufopa, com a missão de identificar oportunidades e promover atividades de estímulo à inovação, ampliando o impacto do ensino, da pesquisa e da extensão, em favor do desenvolvimento que seja ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito. A AIT tem como objetivos:

1. Propor uma política de inovação tecnológica para a Ufopa, baseada na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004);
2. Valorizar e proteger o conhecimento científico produzido na Universidade (Proteção da Propriedade Intelectual);
3. Realizar a transferência de tecnologias de criações geradas na Universidade;
4. Disseminar a cultura da inovação, do empreendedorismo e da inclusão social;
5. Fomentar, promover e apoiar ações para implantação do PCT Tapajós e consolidação do Programa de Incubação de Empresas (PIE);
6. Fomentar a interação entre a Universidade e empresas por meio de parcerias público-privadas (PPP).

A Agência de Inovação Tecnológica implementou o Programa de Incubação de Empresas (PIE/Ufopa) que tem a missão de contribuir para a formação de empreendedores e empreendimentos competitivos, aliando biodiversidade amazônica, conhecimentos científicos e tecnológicos e disseminando a cultura empreendedora a toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos).

A Ufopa estabeleceu uma parceria com o Sebrae, através de um termo de cooperação técnica, com o intuito de fomentar o empreendedorismo na Universidade, oferecendo a seus alunos, professores e técnicos uma formação complementar com foco no desenvolvimento das 10 Características do Comportamento Empreendedor (CCEs), estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), essenciais para fazer o diferencial em qualquer área que o profissional venha a atuar.

A Ufopa prevê a criação do Parque de Ciência e Tecnologia Tapajós - **Parque da Sociobiodiversidade Amazônica** (PCT Tapajós) que desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento econômico e sustentável da região, por meio do sinergismo com a Universidade, envolvendo uma mistura dinâmica e inovadora de tecnologia, empreendedorismo e sustentabilidade, além de oferecer recursos e serviços de alto valor agregado nas seguintes áreas prioritárias:

1. Agricultura Tropical
2. Biotecnologia
3. Energia e Mineração Sustentáveis
4. Pesca e Aquicultura
5. Produtos Florestais
6. Tecnologia de Informação e Comunicação
7. Tecnologias Sociais e Monitoramento Ambiental

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, está habilitado, para acessar os programas de iniciação científica mantidos pela Ufopa.

Anualmente a Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) abre inscrições para propostas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC), que abrange os subprogramas PIBIC/CNPq, PIBIC-AF/CNPq, PIBIC/FAPESPA, PIBIC/Ufopa, PIBICAF/Ufopa, PIBITI/CNPq e PIBITI/Ufopa. Em 2019 teve início o Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEX) que visa à integração entre ensino, pesquisa e extensão. Nestes programas docentes do curso podem apresentar projetos preiteando bolsas de iniciação cientifica para discentes, por meio da execução de projetos de pesquisas alinhados com os objetivos do curso.

Estas atividades devem estimular a iniciação científica no ensino médio e na graduação, promovendo um ciclo virtuoso articulado à pós-graduação em uma perspectiva bidirecional se retroalimentando e visando garantir a integração compartilhada da tríade ensino-pesquisa-extensão.

As ações dos programas citados acima têm como objetivos fomentar a oferta de oportunidades por meio da concessão de bolsas de iniciação científica para os discentes matriculados na universidade.

Os projetos integrados entre ensino, pesquisa e extensão visa aprimorar o uso dos recursos humanos e financeiros, por meio da gestão integrada de laboratórios, da articulação dos grupos de pesquisa (GDP) e dos projetos integrados. Neste aspecto, ao propor Programas Integrados, busca-se o fortalecimento dos cursos de graduação a partir da extensão e da

pesquisa.

16.1 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

Os docentes do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional coordenam diversos grupos de Pesquisa, possibilitando a inserção dos discentes na pesquisa e no Programa Institucional de Iniciação Científica por meio da participação em editais de bolsas de iniciação científica. Os discentes são incentivados a integrarem a estes grupos os colocando em contato com pesquisadores internos (Ufopa), bem como de outras instituições brasileiras e internacionais. Atualmente, o curso possui os seguintes grupos de pesquisa:

a) Conflitos Socioambientais no Setor Pesqueiro na Várzea na região do Baixo Tapajós;

b) Estratégias de desenvolvimento territorial no âmbito da dicotomia Sociedade e Natureza no oeste do Pará: conjunturas, análises e proposições;

c) Pós-desenvolvimento: uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia;

d) Política de logística do agronegócio da soja e dinâmicas territoriais no oeste paraense;

e) Políticas e dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da soja em Santarém-Pará;

f) Ambiente-saúde das populações dos campos, florestas e das águas na região do Baixo Amazonas, Estado do Pará.

16.2 Programas de Iniciação Científica

A Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) é o órgão Institucional responsável pela organização dos Programas de Iniciação Científica da Ufopa. Anualmente são abertas inscrições para propostas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC), que abrange os subprogramas PIBIC/CNPq, PIBIC-AF/CNPq, PIBIC/FAPESPA, PIBIC/Ufopa, PIBICAF/Ufopa, PIBITI/CNPq e PIBITI/Ufopa.

Ademais, ao fomentar a vinculação à educação básica com programas de iniciação científica no ensino médio (PIBIC-EM), formação inicial e continuada de professores e o programa de ações interdisciplinares (PAI). Permite ainda, aprimorar o uso dos recursos humanos e financeiros, por meio da gestão integrada de laboratórios, da articulação dos grupos de pesquisa (GDP) e dos projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão (PEEX). Neste aspecto, ao propor Programas Integrados, busca-se o fortalecimento dos cursos de graduação a partir da extensão e da pesquisa.

O Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PEEX) objetiva fortalecer o ensino de graduação a partir de atividades de extensão e pesquisa vinculadas aos projetos pedagógicos dos cursos. Estas atividades devem estimular a iniciação científica no ensino médio e na graduação, promovendo um ciclo virtuoso articulado à pós-graduação em uma

perspectiva bidirecional se retroalimentando e visando garantir a integração compartilhada da tríade ensino-pesquisa-extensão.

PARTE III: RECURSOS HUMANOS

1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1.1 Direção do Instituto

Diretor Jarsen Luis Castro Guimarães
Vice-diretor: Nirson Medeiros da Silva Neto

1.2 Coordenação de Curso

Coordenadora Évani Larisse dos Santos
Vice coordenadora: Giselle Alves Silva

1.2.1 Atuação da coordenação do curso

A coordenação do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional representa o curso no Conselho do Instituto de Ciências da Sociedade-ICS, participando das reuniões ordinárias mensais transmitindo informações e encaminhando demandas para o colegiado do Curso por ela presidido. Além do conselho do ICS, a coordenação representa o curso na Comissão de Progressão Institucional de Qualificação Docente - PIQD. Ainda preside o Núcleo Docente estruturante-NDE do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Cabe à coordenação do curso receber e encaminhar as demandas do corpo docente e discente e proceder com os encaminhamentos que se fizerem necessários.

A atuação do(a) coordenador(a) do curso está pautada na progressiva elevação da qualidade de ensino, da orientação acadêmico- administrativa e da gestão participativa buscando através do planejamento promover ações e estratégias para o alcance desses objetivos focando o percurso acadêmico do aluno, as estratégicas pedagógicas do corpo docente e a gestão administrativa do curso. Dessa forma, o coordenador(a) dispõe de instrumentos de informações como o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGAA, o relatório de pesquisa anual do levantamento do perfil socioeconômico e qualidade de vida dos discentes, as reuniões mensais com os representantes de turmas e as reuniões semestrais com as turmas, realização semestral da Semana Pedagógica com os docentes e corpo administrativo do curso. Essas ações possibilitam levantamento de demandas e o planejamento e execução de planos e estratégias de melhorias contínuas no curso com foco no sucesso acadêmico de nossos alunos e alunas e na qualidade do curso tendo em vista as avaliações do Ministério da Educação - MEC.

1.2.2 Regime de trabalho da coordenação do curso

A Coordenadora do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa possui regime de trabalho integral com dedicação exclusiva (DE), dedicando 20 horas semanais à coordenação do curso, e sua vice, possui regime de trabalho semelhante, com dedicação de 10 horas semanais. A coordenação do curso dispõe ainda de uma técnica-

administrativa que atua como secretária do curso com carga horária de 40 horas semanais.

1.3 Técnicos Administrativos Em Educação:
Viviane Paula Pereira Barbosa – Técnica em assuntos educacionais
Diego Gomes Saldanha - Assistente Administrativo
Diny Silva Teixeira e Silva Coordenadora Técnica
Evandro José Branches Lopes Filho - Assistente Administrativo
Everton Lopes de Souza - Assistente Administrativo
Francenilce Silva de Paula - Assistente Administrativo
Ronilson dos Santos Bezerra - Setor de Processamento de Informações Acadêmicas

1.4 Secretaria Executiva
Manuel Benjamin Monteiro Liberal Sousa

2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa terá como suporte acadêmico-administrativo a Secretaria Acadêmica do Instituto de Ciências da Sociedade -ICS, coordenada pelo pedagogo Adailson Viana Soares e a secretaria do curso, ocupada pela técnica Adriana Cristina Lopes Rego.

2.1 Secretaria Acadêmica dos Cursos de Graduação do Instituto de Ciências da Sociedade

As solicitações referentes aos diversos aspectos relacionados aos discentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa são protocolados na Secretaria Acadêmica do Instituto de Ciências da Sociedade-ICS, tais como: solicitações de: matrícula compulsória, aproveitamento de estudos, matrícula em tutoria, solicitação de colação de grau em secretaria ou auditório, encaminhamento de requerimentos, entre outras, à coordenação ou aos docentes do curso.

Esta serve ainda como apoio aos professores na disponibilização de Datashow, notebook, caixas de som, canetas e apagadores, e suporte para impressão de material.

2.2 Secretaria do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

A secretaria do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é responsável em receber as demandas oriundas dos alunos por meio dos requerimentos protocolados na Secretaria Acadêmica do ICS, de outros setores da universidade e da comunidade externa, e encaminha à Coordenação do Curso, que deve deliberar ou encaminhar para as instâncias coletivas como o Colegiado do curso ou o Núcleo Docente Estruturante - NDE.

Além das demandas acadêmicas e externas, a secretaria do curso também contribui com suporte administrativo, no gerenciamento do patrimônio, das demandas de compras, solicitações de passagens e diárias, auxílios estudantis, requisições de transporte para atividades de campo, assessoramento das reuniões do Colegiado e do NDE, entre outros.

2.3 Acompanhamento de Egressos

A Ufopa por meio da Pró-reitora de Ensino - Proen, utilizando-se de ferramentas da tecnologia da informação, busca rastrear o destino dos egressos de seus cursos de graduação. Um acompanhamento mais rigoroso da história e da atuação desses alunos, tem sido alvo de atualizações periódicas visando buscar e manter um vínculo, mesmo à distância, a partir de um processo de georreferenciamento dos locais de moradia informado pelo aluno, como contrapartida de sua participação em uma rede de solidariedade, a ser criada pela instituição com o objetivo de ajuda mútua ao discente mesmo após a conclusão do seu curso.

No curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional tem sido realizado a pesquisa com os Egressos do curso por meio da pesquisa on-line. Essa pesquisa tem por objetivo verificar a atual situação profissional dos formandos do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; conhecer a adequação entre formação e às exigências do mercado de trabalho; medir o nível de satisfação dos ex-alunos do curso identificando possíveis dificuldades durante seu percurso acadêmico bem como receber o retorno destes alunos quanto à importância do curso na sua formação profissional e cidadã. Esta pesquisa faz parte do Relatório de Gestão Anual do curso de GPDR e serve como instrumento balizador para futuras ações e intervenções com o intuito de estimular a absorção desses profissionais no mercado de trabalho.

2.4 Órgãos Colegiados

2.4.1 Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Conforme o Regimento Geral da Ufopa, cabe ao Coordenador da Subunidade Acadêmica convocar e presidir os trabalhos do Colegiado de Curso. O Colegiado do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa será constituído pelo coordenador (a) do curso, pelo vice coordenador(a) e por representantes das categorias.

De acordo com o Regimento geral da Ufopa, em seu artigo 119, são atribuições do Colegiado do curso de GPDR: aprovar os projetos pedagógicos dos cursos; planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e avaliar os Planos Individuais de Trabalho (PITs) dos docentes; criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade; manifestar-se sobre a admissão e a dispensa de servidores, bem como sobre modificações do regime de trabalho; opinar sobre pedidos de afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou cooperação técnica, estabelecendo o acompanhamento e a avaliação dessas atividades; encaminhar à direção da Unidade Acadêmica solicitação de concurso público para provimento de vaga às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de servidores temporários; propor à Unidade Acadêmica critérios específicos para a avaliação do desempenho e da progressão de servidores, respeitadas as normas e as políticas estabelecidas pela Universidade; elaborar a proposta orçamentária, submetendo-a à Unidade Acadêmica; propor membros de comissões examinadoras de concursos; decidir questões referentes à matrícula, à opção, à dispensa e à inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos

e obtenção de títulos, bem como sobre as representações e os recursos contra matéria didática, obedecidas a legislação e as normas pertinentes; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso; organizar e realizar as eleições para a Coordenação da Subunidade; propor, motivadamente, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a destituição do Coordenador(a) ou do Vice Coordenador(a); aprovar a oferta de disciplina nos cursos; elaborar os planos de qualificação docente cumprir outras atribuições decorrentes do prescrito neste Regimento Geral e no Estatuto da Universidade.

A portaria nº 17 de 24 de abril de 2020 designou os membros listados abaixo, sob presidência do primeiro, para compor o Colegiado do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade:

I - Evani Larisse dos Santos; (Coordenadora do Curso);
II - Giselle Alves Silva; (Vice-Coordenadora do Curso);
III - Antônia do Socorro Pena da Gama;
IV - Edair Canuto da Rocha;
V - Franciclei Burlamaque Maciel;
VI - Inailde Corrêa de Almeida
VII - Izaura Cristina Nunes Pereira;
VIII - Márcio Junior Benassully Barros;
IX - Márcia Janete Correa;
X - Raimunda Nonata Monteiro
XI - Rogério de Henrique Almeida;
XII - Adriana Cristina Lopes Rêgo (Técnica Administrativa);
XIII - Fabiana Leticia Sousa (Discente).

2.4.2 Órgãos Colegiados: Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de bacharelado de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa constitui-se de um grupo de docentes que ministram disciplinas no curso, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução 01/2010-CONAES).

Conforme o Artigo 122 do Regimento Interno de Graduação da Ufopa (Resolução nº 177/2017), o Núcleo Docente Estruturante do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional tem como atribuições: elaborar o PPC, conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, fixar as diretrizes gerais dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso e suas respectivas ementas, recomendando modificações dos planos de ensino para fins de compatibilização; analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; acompanhar as atividades do corpo docente; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da

graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso; supervisionar as formas de avaliação e de acompanhamento do curso definidas pela Ufopa; sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que se entendam necessárias ao desenvolvimento das atividades do curso; promover o pleno desenvolvimento da estrutura curricular do curso; avaliar solicitação de aproveitamento de estudos.

A Portaria nº 18, de 24 de abril de 2020 designou como membros, os nomes listados abaixo, sob presidência da primeira, para compor o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade

I. Évani Larisse dos Santos (Coordenadora do curso);
11. Giselle Alves Silva (Vice-Coordenadora do curso);
III. Antônia do Socorro Pena da Gama;
IV. Edair Canuto da Rocha;
V. Francic1ei Burlamaque Maciel;
VI - Inailde Corrêa de Almeida
VII. Izaura Cristina Nunes Pereira;
VIII. Márcio Junior Benassully Barros;
IX- Marcia Janete Correa;
X- Raimunda Nonata Monteiro;
XI. Rogério Henrique Almeida.

3 CORPO DOCENTE

O Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará com 16 (dezesseis) docentes, dos quais:

- 12 (doze) são concursados/permanentes para atuar em Componentes Curriculares Específicos do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, todos com dedicação exclusiva, 40 horas/semanais.
- 04 (quatro) são docentes concursados / permanentes dos outros cursos que compõe o Instituto de Ciências da Sociedade;

O Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional possui um quadro docente consolidado, que permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, e suporte nas atividades de planejamento e gestão para melhoria contínua.

Dos 16 professores que ministram componentes curriculares no Curso 100% tem vínculo no regime de trabalho de tempo integral / dedicação exclusiva. Desses, **7** (44%) possuem titulações obtidas em programas de pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado, sendo que uma possui pós-doutorado; e **9** (56%) possuem titulações obtidas em

programas de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado. Cabendo destacar que dos 9 docentes com títulos de mestre 5 já estão cursando o doutorado e 2 estão com previsão de afastamento para 2020, segundo o PIQD – Plano Institucional de Qualificação Docente.

3.1 Titulação

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	RT(*)
1	Ana Beatriz Oliveira Reis	Mestre com Licença para o Doutorado	Bacharelado em Direito, Mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF)	DE
2	Antônia do Socorro Pena Gama	Doutora	Bacharelado em Direito e Doutorado em Educação(UNICAMP)	DE
3	Edair Canuto da Rocha	Mestre	Bacharelado em administração e Mestrado profissional em administração em Negócios Internacionais pelo Universidad de Alcalá de Henares, Espanha.	DE
4	Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho	Mestre	Bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, UNINTER/Brasil	DE
5	Évani Larisse dos Santos	Mestre	Bacharelado em Administração e Mestrado em Engenharia de Produção, UFAM/Brasil	DE
6	Franciclei Burlamaque Maciel	Doutora	Bacharelado em Ciências Econômicas e doutorado em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, UFAM/Brasil	DE
7	Giselle Alves Silva	Doutora	Bacharelado em Administração e Doutorado em Administração, UFPE//Brasil	DE
8	Inailde Corrêa de Almeida	Doutora	Bacharelado em Engenharia de Pesca e Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, UFPA/Brasil	DE
9	Izaura Cristina Nunes Pereira	Doutora	Bacharelado em Geografia e Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, UFPA/Brasil	DE
10	Jhonata da Silva Pereira	Mestre	Bacharelado em Estatística e mestrado em Matemática	DE
11	Juliana Matos Martins	Mestre Cursando Doutorado	Bacharelado em Direito, Mestre em Direito Constitucional – PUC-SP/Brasil	DE
12	Márcia Janete da Cunha Costa	Mestre Cursando	Bacharelado em Ciências Econômicas e Mestrado em Planejamento do	DE

		Doutorado	Desenvolvimento (PLADES)/NAEA//Brasil	
13	Márcio Júnior Benassuly Barros	Doutor	Bacharelado em Geografia, Doutorado em Geografia, Unb/Brasil	DE
14	Raimunda Nonata Monteiro	Doutora Pós-doutorado	Bacharelado em Comunicação Social (Jornalismo), Pós-Doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.	DE
15	Rogério Henrique Almeida	Mestre Cursando Doutorado	Bacharelado em Comunicação Social, Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/UFPA//Brasil	DE
16	Tarcísio da Costa Lobato	Mestre Cursando Doutorado	Bacharelado em Estatística e Licenciatura em Matemática, Mestrado em Matemática e Estatística/UFPA/Brasil	DE

(*) RT – Regime de Trabalho

3.2 Quadro de Professor por Disciplina

Nº	DOCENTE	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
1	Ana Beatriz Oliveira Reis	Mestre	Instituições do Direito Direito Constitucional Direito Administrativo Direito Urbanístico
2	Antônia do Socorro Pena Gama	Doutora	Gestão Pública e Política Social Estado e Políticas Públicas Sócioeconomia da Amazônia Planejamento e Gestão Ambiental Mediação de conflitos na Gestão Pública
3	Edair Canuto da Rocha	Mestre	Fundamentos da Administração Organização, Métodos e Processos Gestão Pessoas Tecnologia da Informação no Setor Público
4	Évani Larisse dos Santos	Mestre	Fundamentos da Administração Organização, Métodos e Processos Gestão de Pessoas Orçamento Público Elaboração e Análise de Projetos na Gestão Pública
5	Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho	Mestre	Fundamentos de Contabilidade Orçamento Público Contabilidade do setor público
6	Franciclei Burlamaque Maciel	Doutora	Estado e Políticas Públicas Teorias do Desenvolvimento Economia Brasileira

			Planejamento e Gestão Ambiental Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
7	Giselle Alves Silva	Doutora	Fundamentos da Administração Gestão de Pessoas Organização, Métodos e Processos Métodos de Pesquisa e Extensão Monografia I
8	Inailde Corrêa de Almeida	Doutora	Teorias do Desenvolvimento Teorias e práticas de Planejamento na gestão pública Planejamento e Gestão Ambiental Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
9	Izaura Cristina Nunes Pereira	Doutora	Métodos de Pesquisa e Extensão Instrumentos de Gestão e Ordenamento Territorial Gestão do Espaço Urbano Geotecnologias aplicadas à Gestão Pública Elaboração de diagnósticos e cenários Políticas Públicas e Dinâmicas Populacionais Políticas Territoriais na Amazônia
10	Jhonata da Silva Pereira	Mestre	Matemática básica aplicada à Gestão Pública Estatística aplicada à Gestão Pública
11	Juliana Matos Martins	Mestre	Direito Tributário
12	Márcia Janete da Cunha Costa	Mestre	Economia I -Microeconomia Economia II – Macroeconomia Economia Brasileira
13	Márcio Júnior Benassuly Barros	Doutor	Instrumentos de Gestão e Ordenamento Territorial Gestão do Espaço Urbano Sociedade e disputas territoriais na Amazônia Políticas Públicas e Dinâmicas Populacionais Políticas Territoriais na Amazônia
14	Raimunda Nonata Monteiro	Doutora	Teorias e práticas de Planejamento na gestão pública Sócioeconomia da Amazônia Gestão Pública e Política Social Estado e Políticas Públicas
15	Rogério Henrique Almeida	Mestre Cursando Doutorado	Gestão Pública e Política Social Estado e Políticas Públicas Teorias e práticas de Planejamento na gestão pública Sócioeconomia da Amazônia Planejamento e Gestão Ambiental Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
16	Tarcísio da Costa	Mestre	Matemática básica aplicada à Gestão Pública

	Lobato	Cursando Doutorado	Estatística aplicada à Gestão Pública

3.3 Percentual de Doutores e Mestres

Doutores	7	44%
Mestres	9(*)	56%
TOTAL	16	100%

(*) Desse total de mestres 5 estão cursando o doutorado

3.4 Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo o art. 1º, §§ 1º e 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

I - Classe A, com as denominações de:

- Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo. 12, o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, algumas condições específicas para cada classe.

3.5 Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução nº 49 Consun/Ufopa, de 27 de março de 2014, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa, o ingresso em tal carreira se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapas:

1. **Primeira Etapa:**

a) Prova escrita: De caráter eliminatório e classificatório, nesta fase os critérios

avaliados serão a apresentação - introdução, desenvolvimento e conclusão -, o conteúdo e o desenvolvimento do tema - organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade - e a linguagem - uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical. Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.

b) Prova didática: Também de caráter eliminatório e classificatório, esta etapa consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato, de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos do candidato na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

c) Prova Prática ou Experimental: Essa etapa, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

2. Segunda Etapa:

a) Prova de memorial: Nesta fase, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na Ufopa. Esse memorial deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

b) Julgamento de títulos: de caráter apenas classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

3.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada

Com respeito ao Plano de Carreira Docente, parte de seu projeto institucional, a Ufopa pronuncia seu posicionamento sobre questões relacionadas à qualificação e ao aperfeiçoamento de seu corpo docente na Resolução nº 55 Consun/Ufopa, de 22/07/2014, conforme descrito nos seguintes Artigos:

- Art. 216. A Ufopa promoverá o aperfeiçoamento, a qualificação e o desenvolvimento permanente do seu pessoal docente por meio de cursos, seminários, congressos, estágios,

oficinas e outros eventos.

- Art. 217. Fica garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação stricto sensu na própria Instituição ou em outra instituição de ensino superior, conforme Resolução do Consepe.

- Art. 218. A Ufopa poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação stricto sensu.

- Art. 219. A Universidade poderá admitir, por prazo determinado, para o desempenho de atividades de Magistério, professores temporários, em conformidade com a legislação vigente.

Tais Artigos são vinculados ao tema Quadro Docente (Capítulo I), da Comunidade Universitária (Título IV) da resolução supracitada, que aprova o Regimento Geral da Universidade.

3.7 Apoio à Participação em Eventos

O apoio para participação dos docentes do curso em eventos científicos segue a Política Institucional através das Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Proppit) e da Pró-reitoria de Ensino de Graduação (Proen), com o auxílio financeiro para o custeio de diárias e passagens. Além da publicação de editais internos de fomento à pesquisa.

3.8 Incentivo à Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes

No curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é possível destacar quatro formas distintas de incentivo a formação e atualização pedagógica dos docentes:

A primeira delas refere-se à **Pós-Graduação stricto** e está contida no Regimento Geral da Ufopa, Art. 217 e 218 (ANEXO H), que trata da:

- Art. 217. Garantida aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação stricto sensu na própria Instituição ou em outra instituição de ensino superior, conforme Resolução do Consepe.

- Art. 218. A Ufopa poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação stricto sensu.

A segunda forma é por meio do **Plano Anual de Capacitação** que é uma ferramenta norteadora das ações de capacitação das unidades, que permite através da definição de áreas de aperfeiçoamento a serem utilizadas para o desenvolvimento dos servidores, o aperfeiçoamento das competências e habilidades em conformidade com as diretrizes institucionais. Baseando-se na necessidade de treinamentos identificada no âmbito da Universidade, este plano visa, por meio da identificação de necessidades, o desenvolvimento das competências através de atividades de aperfeiçoamento profissional.

A fundamentação do plano de capacitação da unidade baseia-se no Decreto nº

5.824/2006 que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

E por fim tem-se a concessão para **Licença Capacitação** (concedida por até três meses a cada quinquênio de efetivo exercício), onde será observado o pressuposto descrito no art. 10 do Decreto nº 5.707/2006, que indica os seguintes requisitos para a concessão da licença:

- Planejamento interno da unidade organizacional;
- Oportunidade do afastamento;
- Relevância do curso para a instituição/ambiente organizacional do servidor requerente.

No âmbito do curso, as capacitações realizam-se por iniciativa dos docentes e técnicos em cursos de capacitação promovidos pela Ufopa ou por outras instituições em áreas de interesse do curso como Metodologias Ativas da Aprendizagem, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado, Sistemas de Gestão (SIGAA, SIPAC) entre outros. Também são concedidas as licenças capacitação de até três meses desde que o docente ou técnico cumpra os critérios legais podendo ficar afastado por um período de até três meses. O instituto possui um Plano de Capacitação Anual onde estão previstos os afastamentos para capacitação de docentes e técnicos.

A coordenação do curso promove ainda, a título de atualização pedagógica, a **Semana Pedagógica**, realizada sempre aos finais do semestre, onde são abordados temas sugeridos pelos próprios professores, tais como: metodologias ativas de ensino-aprendizagem, novas tecnologias no ensino, comunicação não violenta, entre outros que nos levam a ação-reflexão-ação da atuação docente no curso.

3.9 Experiência Profissional Docente

A seguir, a relação dos docentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional com experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

DOCENTE	EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS	TEMAS AFINS NA ATUAÇÃO NO CURSO
Ana Beatriz Oliveira Reis	• Técnica Administrativa na Universidade Federal do Fluminense – UFF (2005-2017)	Direito à Cidade, Legislação Urbanística e Movimentos Sociais.
Antonia do Socorro Pena da Gama	• Secretária de Estado - SEPAQ-Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará (2007-2010) • Pesquisadora e educadora. IPAM	Mediação de Conflitos Planejamento e Gestão Ambiental Formação Socioeconômica da

	- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia(1994-2006) • Câmara Municipal de Santarém-Pa. Vereadora no mandato 1988-1996	Amazônia
Edair Canuto da Rocha	• Consultor empresarial SENAC-(2005)	Administração Organização, processos e tomada de decisão
Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho	• Técnico em Contabilidade-Coordenador do Controle Interno na Universidade Federal do Oeste do Pará-Ufopa (2010-2017)	Contabilidade Pública
Évani Larisse dos Santos	• Técnica Administrativa na Universidade Federal do Amazonas-UFAM (2009-2016)	Administração Gestão Pública Finanças Públicas Gestão de Projetos
Franciclei Burlamaque Maciel	• Assistente Administrativa e pedagógica na Faculdades Integradas do Tapajós (FIT/UNAMA), Santarém-PA (2002 – 2007)	Ambiente-Saúde; Sustentabilidade; Desenvolvimento regional, Ecologia política; Política Pública de desenvolvimento e Políticas Públicas de Saúde.
Giselle Alves Silva	• Assistente Financeira na Empresa Coca Cola (2003-2005) • Técnica Administrativa de Nível Superior-Administradora Iterpa-Instituto de Terras do Pará (2009-2014)	Administração Gestão Pública Gestão de Pessoas Gestão de Projetos
Inailde Correa de Almeida	• Chefe técnica do setor de Controle de Qualidade - Indústria Pesqueira ECOMAR • Instrutora Educacional no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - PA • Professora PRONATEC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, campus Castanhal, Santana do Araguaia e Vigia. • Pesquisadora Colaboradora no Grupo de Pesquisa DADESA- UFPA	Sustentabilidade; Desenvolvimento regional, Ecologia política Planejamento e desenvolvimento.
Juliana Matos Martins	• Secretária-Geral, Advogada e membro de comissões da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Pará - OAB-PA, Brasil (209)) • Associação Empresarial e	Direito Constitucional Direito Tributário Teoria Geral do Estado

	Comercial de Santarém, ACES, Brasil - membro do Conselho da Mulher Empresária • Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo, OAB-SP, Brasil (2011-2018)	
Raimunda Nonata Monteiro	• Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará, IDEFLOR, Brasil. Diretora Geral 2007-2009. • INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, INPE, Brasil. Colaboradora de Pesquisa 2009-2012. • Fundo Nacional do Meio Ambiente, FNMA, Brasil.Diretora (2003-2004) • Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, MMA, Brasil. Coordenadora de Projeto (1997-2000) • Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, IBAMA, Brasil. Coordenadora de Projeto (1996-1998) • Câmara dos Deputados, CD, Brasil.Cargo Comissionado. Assessoria de Imprensa (1995-1996)	Comunicação Social Gestão Pública Economia da Amazônia Política e Desenvolvimento, Formação Socioeconômica da Amazônia
Rogério Henrique Almeida	• Centro dos Direitos das Populações da Região do Carajás, FORUM CARAJÁS, Brasil (1997-1998). Assessoria/ educador e editor de conteúdos, produção de jornal, revistas, relatório	Socioeconômica da Amazônia Comunicação Social

3.10 Experiência no Exercício da Docência Superior

A seguir, listagem de docentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional que possuem experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

DOCENTE	EXPERIÊNCIAS NA	TEMAS AFINS NA

	DOCÊNCIA SUPERIOR	ATUAÇÃO NO CURSO
Ana Beatriz Oliveira Reis	• UFF (2015) e UFRJ (2014 e 2016) estágio docência CECIERJ- Tutora à distância (2015-2017)	Direito à Cidade, Legislação Urbanística e Movimentos Sociais.
Edair Canuto da Rocha	• Universidade Estadual de Roraima-UNIR (2006-2010) • Universidade Federal de Roraima-UFRR(2003-2005) • Faculdades Cathedral de Ensino Superior- FACE,(2004) • Faculdade Atual da Amazônia-FAA(2005-2006) • Faculdade FUCAPI(2011-2015) • Universidade Estácio do Amazonas(2015) SENAC(2003-2005)	Administração Tecnologia e Gestão Pública Organização, Processo e Tomada de Decisão
Franciclei Burlamaque Maciel	• Universidade Nilton Lins, UNINILTON, Manaus-AM (2008 – 2011) • Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), Manaus-AM (2011 – 2012) • Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Manaus-AM (2013) • Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus-AM (2013 – 2014)	Ambiente-Saúde; Sustentabilidade; Desenvolvimento regional, Ecologia política; Política Pública de desenvolvimento e Políticas Públicas de Saúde
Giselle Alves Silva	• Docente CESUPA\Belém-Pará(2003-2014)	Administração Gestão de Pessoas Gestão de Projetos
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa	• Universidade Vale do Acaraú-UVA; • Faculdade Ypiranga	Geoprocessamento aplicado Cartografia e a tomada de decisão Cenários Prospectivos Planejamento e Gestão do Território Desenvolvimento, Sociedade e Território
Jhonata da Silva Pereira	• Professor substituto na Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2015-201)	Matemática Estatística Econometria

Juliana Matos Martins	• Professora assistente voluntária - Pontifícia Unidade Católica de São Paulo-PUC/SP (2012-2014)	Direito Constitucional Direito tributário Teoria Geral do Estado
Márcia Janete da Cunha Costa	• Professora na Faculdade Pan Amazônica - FAPAN (2014-2015) • Professora na Faculdade Paraense de Ensino - FAPEN (2013-2014) • Professora colaboradora na Universidade Federal do Pará - UFPA (2009-2010) • Professora substituta na Universidade Federal do Pará - UFPA (2008-2010; 2003-2005) • Professora na Escola Superior da Amazônia - ESAMAZ • Professora convidada - Universidade do Estado do Pará, UEPA, Brasil (2003) • Professora convidada - Instituto Conhecimento & Ciencia, CONH, & CIENC (2013) • Professora convidada - Faculdades Integradas Brasil Amazônia -FIBRA (2016)	Economia Políticas Públicas e Dinâmica Populacional Formação Socioeconômica da Amazônia Teoria do Desenvolvimento
Márcio Júnior Benassully Barros	• Professor de Educação básica da Secretaria Executiva de Educação do Pará (2004-2014) • Tutor do Curso de licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2009-2013) • Professor da Faculdade Ipiranga – FIP (2010-2013)	Políticas públicas, dinâmica territorial, políticas territoriais rurais, planejamento territorial, uso do território, globalização, populações tradicionais, Amazônia,
Raimunda Nonata Monteiro	• Universidade Federal Rural da Amazônia, UFRA, Brasil.(2004-2009) • Universidade de Brasília, UnB, Brasil. Professora Substituta (1997-1998) Universidade da Amazônia, UNAMA, Brasil. Professora (1995)	Comunicação Social Gestão Pública Economia da Amazônia, Política e Desenvolvimento, Formação Socioeconômica da Amazônia Teoria do Desenvolvimento
Rogerio Henrique	• FAP- Faculdade do Pará (2009-	Comunicação Social e

Almeida	2010) • Unama (2009-2012) • FAZ- Faculdade de tecnologia da Amazônia (2007-2008) • Unifesspa/PAFOR e IFPA/PARFOR (201) • Instituto de Educação do Brasil (IIEB) (2014)	Educação do Campo, Economia da Amazônia, Política e Desenvolvimento, Mediação de Conflito, Planejamento
Tarcisio da Costa Lobato	• Monitor de matemática em escolas (2009-2011)	Matemática Estatística Econometria

3.11 Produção Científica

A seguir, listagem de docentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional que apresentam, nos últimos três anos, alguma produção acadêmica publicada.

DOCENTE	PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS ÚLTIMOS 3 ANOS
Ana Beatriz Oliveira Reis	REIS, A. B. O.; ATTILIO, L. A. . A FINANCEIRIZAÇÃO DAS CIDADES E A EMENDA CONSTITUCIONAL 95. CADERNOS DO CEAS, v. 1, p. 169-195, 2019. PINHO, E. R. P. ; RODRIGUES, Y. S. ; NOVAK, F. ; REIS, A. B. O. Conflitos fundiários no Baixo Amazonas: ocupações urbanas na cidade de Santarém (PA). Revista Científica Foz, v. 2, p. 143-149, 2019. REIS, A. B. O.; NOVAK, F. ; PINHO, E. R. P. ; RODRIGUES, Y. S. ; PEREIRA, T. R. . As ocupações urbanas na Amazônia e os novos sujeitos coletivos: a atuação do movimento dos trabalhadores em luta por moradia na cidade de Santarém-PA. REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA, v. 3, p. 72-86, 2018. REIS, A. B. O.. Democracia e cidades: a experiência juiz-forana de revisão da legislação urbanística de edificações e de uso e ocupação do solo. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO URBANÍSTICO, v. 4, p. 209-240, 2017. REIS, A. B. O.. O ideário do direito à cidade na identidade e atuação dos sujeitos coletivos: reflexões a partir da experiência do comitê popular da copa e das olimpíadas do Rio de Janeiro. REVISTA E-METROPOLIS, v. 29, p. 16-29, 2017. REIS, A. B. O.; RODRIGUES, Y. S. (Org.) . A LUTA PELO DIREITO À CIDADE NA AMAZÔNIA: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA. 1. ed. Santarém: FASE, 2019. v. 1.

	233p . REIS, A. B. O.; RODRIGUES, Y. S. . A luta pelo direito à cidade no Baixo Amazonas: os movimentos sociais e a revisão do Plano Diretor de Santarém (Pará). In: Enzo Bello; Rene José Keller. (Org.). Curso de Direito à Cidade. 2ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. 1, p. 425-436. REIS, A. B. O.; RODRIGUES, Y. S. ; ALVES, L. N. S. ; PINHO, E. R. P. . A luta popular urbana pelo direito à cidade por seus protagonistas: trajetórias e inovações nos territórios de atuação da Fase ? Santarém ? PA. In: FASE. (Org.). A LUTA POPULAR URBANA POR SEUS PROTAGONISTAS: DIREITO À CIDADE, DIREITOS NAS CIDADES. 1ed.Rio de Janeiro: FASE, 2018, v. 1, p. 58-68. REIS, A. B. O.; RODRIGUES, Y. S. ; ALVES, L. N. S. ; PINHO, E. R. P. . Pará: tensões e aprendizados. In: FASE. (Org.). A LUTA POPULAR URBANA POR SEUS PROTAGONISTAS: DIREITO À CIDADE, DIREITOS NAS CIDADES. 1ed.Rio de Janeiro: FASE, 2018, v. 1, p. 97-100. REIS, A. B. O.; BRITO, V. S. . A efetividade das Zonas Especiais de Interesse Social no Município de Santarém- PA: o caso do bairro Área Verde.. In: Bruno Soeiro Vieira. (Org.). Instrumentos Urbanísticos e sua (in)efetividade. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 23-42. REIS, A. B. O.. A luta pelo direito à cidade: contribuições do debate da derivação do Estado. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, 2019.
Franciclei Burlamaque Maciel	MACIEL, FRANCICLEI BURLAMAQUE; SCHWEICKARDT, JÚLIO CESAR; MACIEL, JESSÉ BURLAMAQUE; COSTA, IZAURA CRISTINA NUNES PEREIRA. Política de Desenvolvimento, ambiente e saúde na Amazônia: uma análise da região do Tapajós | Development Policy, Environment and Health in the Amazon: an analysis of the Tapajós region. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 21, p. 155-172, 2019. MACIEL, F. B.; SCHWEICKARDT, J. C. ; LIMA, R. T. . Política de desenvolvimento e a saúde no Território da Amazônia: o caso do médio Tapajós/PA. In: ALVARENGA, Eric.; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro; BRITO, José Mário Barbosa de.; NOGUEIRA, Laura. (Org.). Trabalho, cuidado e saúde: caminhos dos serviços e da pesquisa na Amazônia. 1ed.Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018,

	v. V, p. 264-278. MACIEL, F. B.; SCHWEICKARDT, J. C.; MACIEL, J. B ; SCHWEICKARDT, K. H. S. . Dinâmica rodofluvial graneleira e a ecologia política do Risco: implicações no desenvolvimento da região do Tapajós. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional da ANPUR, 2019, Natal - RN. Tempos em/de Transformação - Utopias, 2019. MACIEL, F. B.; SCHWEICKARDT, J. C.; LIMA, R. T.. Relação Saúde-Ambiente: ecologia política e desenvolvimento na Amazônia. In: V Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2018, Manaus. Anais do Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: Even3, 2018. MACIEL, F. B.; SCHWEICKARDT, J. C.; LIMA, R. T. . As implicações da política de desenvolvimento regional no ambiente e sua interação com a saúde coletiva na Amazônia. In: VIII Simpósio Nacional de Geografia da Saúde V Fórum Internacional de Geografia da Saúde - Saúde na Fronteira e Fronteira(s) na Saúde, 2017, Dourados - Mato Grosso do Sul. Saúde na Fronteira e Fronteira(s) na Saúde. Dourados: UFGD/ GESF, 2017. v. Único. p. 1-1265.
Giselle Alves Silva	**Artigos completos publicados em periódicos** -SILVA, G. A.; SILVA, J. R. . Empreendedorismo Social e Educação Libertadora: um Estudo da Ong Sodireitos. Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v. XXII, p. 170-191, 2019. - SILVA, G. A.; DOURADO, D.C.P; ANDRADE J. A.; AZERÊDO R. F. Nunca Seremos Desenvolvidos: da Crítica à Construção de um Caminho Plural, o Pós-Desenvolvimento. Revista NAU Social - v.11, n.20, p. 53 – 69 Maio/ Out 2020. **Artigos completos publicados em anais de eventos** - SILVA, G. A.; CARVALHO, R. D. S. . Associações Folclóricas do Festival de Juruti rumo a novas perspectivas da Gestão Cultural: um retrato da influência da Lei Rouanet via Mecenato no período de 2012 à 2017. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso). - SILVA, G. A. Pós-Desenvolvimento: uma crítica às adjetivações cosméticas e uma luta contra a opressão desenvolvimentista.2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
Inailde Correa de	**Artigos completos publicados em periódicos**

Almeida	**ALMEIDA, I. C.**; FUSTADO, R. ; FONSECA, A. . A sustentabilidade da pesca amazônica: estudo comparativo entre a pesca artesanal e industrial na captura da pescadinha-gó Macrodon ancylodon na Costa Norte, Brasil. PAPERS DO NAEA (UFPA), v. 1, p. 4, 2017. .Furtado-Junior, Ivan ; TAVARES, M. C. S. ; **ALMEIDA, I. C.** ; STOIEV, S. B. . Seletividade da rede-de-emalhar para captura da cavala Scomberomorus cavalla (cuvier, 1829) na costa amazônica do Brasil. BOLETIM TÉCNICO-CIENTÍFICO DO CEPNOR, v. 17, p. 39-45, 2017. **Livros publicados/organizados ou edições** **.** Corrêa, J. M. ; **ALMEIDA, I. C.** . Uso de Recursos Naturais da Amazônia: experiências locais e ferramentas para governança. 1. ed. Belém: , 2019. **. ALMEIDA, I. C.**; SOUSA, D. C. ; EVANGELISTA, A. C. S. . Caderno diálogos interdisciplinares: Baixo Amazonas em questão. 1. ed. Santarém: Ufopa, 2017. v. 1. 86p . **Trabalhos completos publicados em anais de congressos** **ALMEIDA, I. C.**; COSTA, F. A. . A gestão sustentável em comunidades amazônicas: o estudo de caso de Mocajuba, Pará. In: Anais Do XI Encontro Nacional De Gerenciamento Costeiro & II Simpósio Brasileiro Sobre Praias Arenosas, 2018, Florianopólis. Brasil, 2018.
Izaura Cristina Nunes Pereira	- LARA, P. F. N. S.; CORTINHAS, M.; PEREIRA, I. C. N.; VIEIRA, T. A. Estudos sobre agricultura urbana no Brasil no período de 2008 a 2017. AMAZONIA INVESTIGA. , v.8, p.124 - 134, 2019. -MACIEL, FRANCICLEI BURLAMAQUE; SCHWEICKARDT, JÚLIO CESAR; MACIEL, JESSÉ BURLAMAQUE; Costa, Izaura Cristina Nunes PereiraPolítica de Desenvolvimento, ambiente e saúde na Amazônia: uma análise da região do Tapajós | Development Policy, Environment and Health in the Amazon: an analysis of the Tapajós region. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR). , v.21, p.155 - 172, 2019. -CORRÊA, JÉSSICA ARIANA DE JESUS; SANTOS, JOSÉ LAURINDO CAMPOS DOS; ANDRADE, SILVIA CRISITNA DE PÁDUA; Costa, Izaura Cristina Nunes Pereira; SILVA, JÚLIO TOTA DAAnálise espacial dos fatores determinantes das pastagens no baixo Amazonas/PA. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais. , v.9, p.341 - 351, 2018.

	- Costa, Izaura Cristina Nunes Pereira; CORRÊA, JÉSSICA ARIANA DE JESUSGeotecnologias aplicadas no reconhecimento de padrões de uso e cobertura da terra a partir da escala da paisagem no município de Belterra, Pará. SCIENTIA PLENA. , v.14, p.1 - 1, 2018. Capítulos de livros publicados 1. Santos, Pauliana Vinhote dos; Costa, Izaura Cristina Nunes Pereira. CONFLITOS SOCIAMBIENTAIS E URBANIZAÇÃO NO ÂMBITO DA BACIA DO LAGO DO MAICÁ, SANTARÉM-PA In: Ensaios nas Ciências Agrárias e Ambientais 8.1 ed.Ponta Grossa-PR: Antonella Carvalho de Oliveira, 2019, v.8, p. 110-118. 2. BORGES, THIAGO C. S.; PEREIRA, I.C.N. Análise do uso múltiplo da água na Bacia Hidrográfica do Rio Mojuí (PA): um esforço de sistematização In: Caderno diálogos interdisciplinares.1, 2017, v.2, p. 37-46. 3. SANTOS, L. D.; SOUSA, D. C.; PEREIRA, I.C.N.; PESSOA, E. C. S.Governança territorial e participação social: análise do colegiado de desenvolvimento territorial do Baixo Amazonas – Pará In: Caderno diálogos interdisciplinares: Baixo Amazonas em questão Vol 1.1, 2017, v.1, p. 19-36. Livros organizados 1. ALMEIDA, R. H.; PEREIRA, I.C.N.; FEIJAO, L. G.; PESSOA, E. C. S.Caderno diálogos interdisciplinares. Santarém: , 2017, v.2. p.61. 2. ALMEIDA, R. H.; PEREIRA, I.C.N.; FEIJAO, L. G.; PESSOA, E. C. S.Caderno diálogos interdisciplinares: Baixo Amazonas em questão Vol 1. Santarém: , 2017, v.1. p.86. Trabalhos publicados em anais de eventos (completo) 1. SANTOS, P. V.; PEREIRA, I.C.N.Conflitos Socioambientais e a urbanização no âmbito da bacia do Maicá em Santarém/PA In: V Seminário Internacional em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, 2018, Manaus.Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: EDUA, 2018. v.5. p.1 - 11 2. SILVA, J. D. S.; PEREIRA, I.C.N.; NOBREGA, W. R.

	O turismo no município de Santaré (PA): gestão, potencialidades e desafios In: V Seminário Internacional em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia, 2018, Manaus. Anais do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: EDUA, 2018. v.5. p.1 - 11 3. MODESTO, R. C.; CIARINE, B. L. P.; MARQUES, Z. V.; PEREIRA, I.C.N.Desenvolvimento Territorial: estratégias para garantia de acesso ao ensino e elevação de escolaridade. In: X Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária In: X Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária, 2017, Castanhal.Anais do X Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária., 2017.
Márcia Janete da Cunha Costa	Artigo completo publicado em periódicos CHAVES, M. S.; COSTA, Marcia; Costa, Elisandro Ribeiro da ; Santos, Raimundo Victor Oliveira . IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES ASSOCIADOS AO DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. Dezembro, p. 1-17, 2016. Trabalho completo publicado em anais de congressos COSTA, Marcia; SOUZA, A. L. . A INOVAÇÃO NA CADEIA DE VALOR DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS PÓS-CONSUMO E O AMBIENTE INSTITUCIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.. In: VIII Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do VIII ENANPPAS, 2017.
Márcio Junior Benassully Barros	- PIMENTEL, ALINE DOS SANTOS; CARVALHO, ABNER VILHENA; CARVALHO, RHAYZA ALVES FIGUEIREDO; GUIMARÃES, JARSEN LUIS CASTRO; BARROS, MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY; TANAKA FILHO, MARIO; ALMEIDA, RODOLFO MADURO; CARVALHO, EDNÉA DO NASCIMENTO. Análise padronizada do desenvolvimento humano municipal na Amazônia Legal no final do século XX e início do século XXI. Brazilian Journal of Development. , v.5, p.16725 - 16747, 2019. - OLIVEIRA, LUAN GOMES; CARVALHO, ABNER VILHENA; CARVALHO, RHAYZA ALVES FIGUEIREDO; GUIMARÃES, JARSEN LUIS CASTRO; BARROS, MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY; FILHO, MARIO TANAKA; ALMEIDA, RODOLFO MADURO; CARVALHO, EDNÉA DO

	NASCIMENTO. Crescimento pró-pobre na Amazônia Legal: uma análise para o decênio 2004-2014 com dados em painel. Brazilian Journal of Development. , v.5, p.16703 - 16724, 2019. -BENASSULY BARROS, MÁRCIO JÚNIOR. De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará. Geosul. , v.34, p.382 - 406, 2019.Artigo publicado na revista Geosul (UFSC), edição n° 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, Abril de 2019. - CARVALHO, R. A. F.; CARVALHO, A. V.; TANAKA FILHO, M.; ALMEIDA, R. M.; GUIMARAES, J. L. C.; BARROS, M. J. B.; CARVALHO, E. N.; CARVALHO, A. C. - PROPOSTA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTALMENTE/ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL – O IDHA E O IDHE. Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais. , v.9, p.1-22 - 22, 2018.Artigo publicado no v. 9 n. 6 (2018): Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais - Edição Especial do Congresso de Gestão Ambiental do Baixo Amazonas (CONGABA)
Raimunda Nonata Monteiro	**Artigos completos publicados em periódicos** GAMA, J.R.V. ; **MONTEIRO, R.** ; SILVA, R. J. ; FERREIRA, R. J. S. ; SOUSA, P. S. . Cadeia produtiva do piquiá no município de Santarém, Estado do Pará, Brasil. NATIVA, v. 5, p. 31-36, 2017. **Textos em jornais de notícias/revistas** **MONTEIRO, R.**. Na encruzilhada da democracia brasileira, gênero e raça reformulam lutas e afirmam sua existência política. Alice News, 24 out. 2018. **Apresentações de Trabalho** **MONTEIRO, R.**. Os desafios de Implantação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). **MONTEIRO, R.**; BERNARDES, M. E. ; MALTA, M,. . Experiência das IFES com o Desenvolvimento Territorial e APLs. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). **MONTEIRO, R.**; Monteiro. M ; TOURINHO, E. ; BOTELHO, M. ; ROCHA, C. A. . Soluções para corte de verbas para escolas de ensino superior. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).
Rogerio Henrique Almeida	- Publicação do artigo Amazônia(s) em rede(s): Rádios da Amazônia protagonizam comunicação alternativa a partir da Rádio Rural de Santarém/PA, em coautoria com Joelma Viana, e

	Raimundo Valdomiro na Revista Observatório, Palmas, UFT, v. 4, n. 6, p. 898 – 926 out.-dez . 2018. - Publicação de artigo Amazônia Negra: município de Bujaru – entre engenhos, quilombos, dendê e carnavais, na obra Identidades: novas configurações em territórios múltiplos. p.75-83 [org] RIBEIRO, Joice Otânia Seixas,RODRIGUES, Eliana Telles, HALBNAYER, Ernst. Editora CRV, Curitiba, 2018. - Amabele: feminismo e agroecologia na resistência ao agronegócio - Entrevista com Selma Pereira da Costa, Revista Terceira Margem Amazônia, nº10. Sara Pereira, Janaína Braga e Thiago Rocha. Manaus/AM, 2018 FORMAR FLORESTAL – O PROTAGONISMO DOS POVOS DA FLORESTA NO USO DOS RECURSOS NATURAIS NAS REGIÕES DA TRANSAMAZÔNICA E DA BR 163, Revista Margens/UFPA, Abaetetuba, nº15, 2017. Roberta Coelho, Katiuscia Miranda e Marcos Silva. "EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NAS TERRAS DOS CARAJÁS Pequeno inventário sobre conflitos socioambientais no projeto S11D da Vale, novos sujeitos e resistências" Leandro Cazula, Anais do Singa (Simpósio Internacional de Geografia Agrária), Curitiba/PR 2017 De Marabá (PA),região de Carajás, à Mariana!(MG),Quadrilátero Ferrífero:pequeno inventário sobre conflitos, riquezas ,misérias e tragédias no Brasil neocolonial. Anais do III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: crise e reinvenção do espaço, UFF/RJ, 2018. Thulla Cristina Esteves. Encruzilhadas Amazônicas em Tempos de Globalização. Anais do II Congresso Brasileiro de Organização do Espaço XIV Seminário da Pós Graduação, Rio Claro/SP, 2019. ENTRE O RIO E O ASFALTO: As disputas territoriais no entorno do Lago do Maicá, Santarém-PA. Anais do Singa (Simpósio Internacional de Geografia Agrária), Recife/PE 2019 Livros e ebooks - Coordenação para a produção de ebooks: Organização dos ebook Diálogos Interdisciplinares volumes I e II dos Cursos de Graduação de Ciências Econômicas e de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), 2017. - Publicação do livro Arenas Amazônicas - negros, mulheres,

	periferia, cultura e resistências, em parceria com os jornalistas Lilian Campelo e Daniel Leite Junior, a partir de seleção em Edital de Patrocínio do Banco da Amazônia, em 2018. - Participação na equipe de organização do Dossiê Baixo Amazonas: desenvolvimento, território, economia, cultura e sociedade, especial da Revista Terceira Margem Amazônia, vol 2, nº11, jul/dez,2018. - Publicação do ebook - Arenas Amazônicas: economia, grandes projetos, populações tradicionais e resistências em parceria com Lilian Campelo, pela editora Balaio, Santarém-PA, 2018, p.132. - Integrou a equipe de organização da publicação Memorial da Terra dos Castanhais: migração, luta pela terra e educação do campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), 2018, p.297, em parceria com os professores Haroldo Souza e Luciana Melo, do Curso de Educação do Campo, pelo Programa Parfor. Amazônias: pequenas inflexões sobre grandes abacaxis, Editora Iguana, Marabá/PA, 2019, no prelo.
Tarcisio da Costa Lobato	Artigos completos publicados em periódicos ALMEIDA, M. G. ; LOBATO, T.C. . A Curva de Kuznets Ambiental para a região norte do Brasil entre os anos de 2002 a 2015. ECONOMIA & REGIÃO, v. 7, p. 7-25, 2019. ARAUJO, A. W. ; LOBATO, T.C. ; CARVALHO, B. N. ; SOUSA, I. L. M. . A hipótese da eficiência do mercado: O caso do café no mercado futuro do Brasil. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM REVISTA, v. 4, p. 87-96, 2018. FREIRE, JEAN CARLOS A. ; HAUSER-DAVIS, RACHEL ANN ; DA COSTA LOBATO, TARCÍSIO ; DE MORAIS, JEFFERSON M. ; DE OLIVEIRA, TEREZINHA F. ; F. SARAIVA, AUGUSTO CESAR . Influence of the Amazon Hydrological Regime on Eutrophication Indicators of a Hydroelectric Power Plant Reservoir. BULLETIN OF ENVIRONMENTAL CONTAMINATION AND TOXICOLOGY JCR, v. 98, p. 677-681, 2017. CARVALHO, B. N. ; LOBATO, T.C. ; CARVALHO, A. V. ; GUIMARAES, J. L. C. . RELAÇÃO DA CRIMINALIDADE COM OS ÍNDICES DE DESEMPREGO: UM ESTUDO DE CASO. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, v. 14, p. 1804-1817, 2017.

	SOUSA, I. L. M. ; ARAUJO, A. W. ; CARVALHO, B. N. ; LOBATO, T.C. ; CARVALHO, A. V. . UMA ANÁLISE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A PARTIR DA TAXA DE JUROS, TAXA DE CÂMBIO E INFLAÇÃO UTILIZANDO UM MODELO RECURSIVO. ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, v. 14, p. 1829-1841, 2017. Trabalhos completos publicados em anais de congressos CARVALHO, B. N. ; LEITE, F. N. S. ; LOBATO, T.C. ; ARAUJO, A. W. . IMPACTOS DA AGROPECUÁRIA NA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA CURVA DE KUZNETS AMBIENTAL. In: 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2019, Ilhéus. Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento, 2019. CARVALHO, B. N. ; SILVA, A. K. S. ; FIGUEIREDO, A. M. ; LOBATO, T.C. . ANÁLISE DE VOLATILIDADE NOS RETORNOS DOS PREÇOS SPOT E FUTURO DO CAFÉ ARÁBICA NO PERÍODO DE 2007 A 2017?,. In: 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2019, Ilhéus. Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento, 2019. ARAUJO, A. W. ; LOBATO, T.C. ; LIRIO, V. S. ; LEITE, F. N. S. . A EFICIÊNCIA DE MERCADO FUTURO DO CAFÉ NO BRASIL: UMA ANÁLISE POR MEIO DA REGRESSÃO QUANTÍLICA. In: 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2019, Ilhéus. Agricutura, Alimentação e Desenvolvimento, 2019. LOBATO, T.C.; CARVALHO, B. N. ; OZAKI, V. . A DEPENDÊNCIA ESPAÇO-TEMPORAL DA PRODUTIVIDADE DE SOJA E MILHO PARA O PARANÁ NOS ANOS 2000-2017. In: 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2019, Ilhéus. Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento, 2019. PIRES, A. A.; NASCIMENTO, D. M.; GUIMARAES, J. L. C. ; LOBATO, T.C. . Relação entre Crescimento Econômico, Desenvolvimento Econômico e Criminalidade na Região Norte. In: II Encontro Regional do Estudantes de Economia da Região Norte - ERECO NORTE, 2017, Santarém. Desenvolvimento no contexto Amazônico: Quais caminhos a seguir?, 2017.

PARTE IV: INFRAESTRUTURA

1. INSTALAÇÕES GERAIS

A Ufopa é uma universidade multicampi, com sede em Santarém e os demais Campi nos Municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, podendo expandir sua atuação para outros municípios. No município de Santarém, a Ufopa possui três unidades: Amazônia, Rondon e Tapajós.

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa funciona na estrutura da unidade Amazônia, localizado na avenida Mendonça Furtado, nº 2946 - Fátima, Santarém - PA, 68040-470.O prédio da unidade Amazônia é alugado e possui cinco andares onde funcionam diversos setores administrativos da Ufopa, além do Instituto de Ciências da Sociedade - ICS e o Centro de Formação Interdisciplinar - CFI. No segundo, terceiro e o quarto pisos, funcionam o Instituto de Ciências da Sociedade que abriga além do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, os cursos de Arqueologia, Antropologia, Direito e Ciências Econômicas. No segundo piso funcionam laboratórios, secretaria acadêmica e secretaria do mestrado em Ciências Sociais. No terceiro piso estão localizadas as salas de aula e no quarto piso estão as coordenações de curso, secretarias dos cursos, a direção do ICS, as secretarias executiva e administrativa e salas de projetos. O prédio está em fase de desocupação, e a previsão de mudança do ICS para um prédio próprio na unidade Tapajós é para o segundo semestre de 2020.

2 SALAS DE AULA

O curso dispõe de quatro salas de aula (uma para cada turma) localizadas no terceiro andar do campus Amazônia, sendo 01 (uma) com capacidade para 30 (trinta) discentes e 3 (três) com capacidade para 60 (sessenta) discentes, todas equipadas com central de ar condicionado. As salas de aulas comportam e possuem dimensões adequadas para a quantidade de vagas ofertadas anualmente. Estes ambientes têm acesso facilitado, com portas com larguras adequadas, e acesso por escada e elevador para pessoas com necessidades especiais. Todos esses locais são bem iluminados, amplos, conservados, limpos, oferecendo ambiente adequado para a prática do ensino. Além disso, as salas são limpas diariamente por uma equipe terceirizada. Assim, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional conta com infraestrutura que atende a demanda de turmas.

3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, compartilham com o Curso de Ciências Econômicas a **sala 208**, localizada no segundo andar da unidade Amazônia, com 65,85M², 15 estações de trabalho (mesa, cadeira e acesso a internet), 01banheiro, 03 desktop conectados a rede de internet, dois armários com escaninho.

Além disso, os docentes do curso dispõem da **sala 005**, de 10,46m² equipada com mesa de reunião com 05 cadeiras, banheiro, um armário com escaninho individual, geladeira, micro-

ondas e uma mesa que comporta uma televisão de 42 polegadas.

4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional está instalada em na **sala 458**, localizada no 4º andar da unidade Amazônia, sala climatizada, equipada com banheiro, 02 mesas de trabalho, 01 computador conectado a internet, 01 armário e 02 quadros magnéticos.

Na sala ao lado **456**, localiza-se secretaria do curso, que dá suporte às ações da coordenação, ressalta-se que esta sala é dividida com o curso de economia e dispõe de 03 estações de trabalho com desktop, 01 banheiro, 02 armários, bebedouro, telefone e uma impressora multifuncional.

5 AUDITÓRIOS E VIDEO-CONFERÊNCIAS

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional dispõe de três auditórios com equipamento multimídia e central de ar condicionado nas dependências da Ufopa:

✓ Auditório Wilson Fonseca, localizado no campus Rondon, com capacidade para duzentos discentes equipado com equipamento multimídia e central de ar condicionado. O Auditório é bem iluminado, amplo, conservado, limpo, com acomodação para os discentes e docentes do curso.

✓ Auditório do campus Tapajós (Central), com capacidade para duzentos discentes equipado com equipamento multimídia e central de ar condicionado. O Auditório é bem iluminado, amplo, conservado, limpo, com acomodação para os discentes e docentes do curso. Esse auditório tem estrutura para ser dividido, em dois auditórios, de acordo com a especificidade do evento.

✓ Mini auditório NTB, localizado em andar superior do Núcleo Tecnológico de Bioativos, no campus Tapajós. O mini auditório é disponível para eventos que ocorram entre as 07h às 19h, e tem capacidade para até 60 pessoas.

6 BIBLIOTECA

A Biblioteca da Ufopa do campus de Santarém tem como objetivo atender toda a comunidade acadêmica, bem como a comunidade externa em suas necessidades bibliográficas e informacionais. A biblioteca oferece suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados, estimulando a pesquisa científica e o acesso à informação. Possui o Sistema Integrado de Gestão da Informação (SIGI) cujas atividades iniciaram desde 2010, compondo o sistema de unidades de bibliotecas da sede, Santarém, e as unidades dos campi do interior.

O SIGI é composto atualmente por duas unidades na sede - Santarém, funcionando nos campus Rondon (Biblioteca Central) e campus Tapajós (Biblioteca setorial). Atua no modelo de funcionamento sistêmico, em rede integrando as unidades de bibliotecas da instituição, conforme previsto no art. 40 do Estatuto, que determina como Campus da Ufopa aqueles sediados nos Municípios de Itaituba, Oriximiná, Monte Alegre, Óbidos, Juruti e

Alenquer, tendo Santarém como Campus Sede.

O mesmo é responsável pela implementação e gerenciamento das políticas, processos administrativos para tornar o sistema operacional e legalmente institucionalizado de acordo com as diretrizes do MEC para regulação de uma biblioteca universitária. Disponibiliza acesso ao catálogo online da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e Portal de Periódicos Especializados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, uma biblioteca virtual que conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com textos completos, cerca de 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Tanto docentes quanto discentes possuem acesso a essa base de dados pela Ufopa.

Os Serviços, Produtos e Bases de Dados desenvolvidos pela Biblioteca incluem

- ✓ Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa);
- ✓ Empréstimo domiciliar;
- ✓ Orientação à pesquisa bibliográfica e online;
- ✓ Serviço de guarda-volumes;
- ✓ Orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- ✓ Estação de Pesquisas Acadêmicas (Acesso à Internet e administração de e-mails);
- ✓ Acesso à internet banda larga (rede sem fio);
- ✓ Elaboração de ficha catalográfica;
- ✓ Acesso e orientação ao Portal de Periódicos Capes;
- ✓ Orientação à solicitação de ISBN e ISSN;
- ✓ Guia de Normalização da Produção Científica da Ufopa (em fase de atualização).

Os trabalhos desenvolvidos pela Biblioteca contemplam atividades periódicas de administração e a gestão do sistema de bibliotecas que abrangem o:

I. Desenvolvimento de coleções - que envolve o processo de seleção e aquisição de obras.

II. Processamento técnico – registro e descrição bibliográfica do acervo adquirido para disponibilização no catálogo (base de dados) e nas estantes.

III. Serviços aos usuários – referência e circulação – atendimento ao público usuário, acesso físico e eletrônico a informação. Registro do movimento da Biblioteca.

As Bibliotecas estão estruturadas para atendimento à comunidade acadêmica de segunda-feira à sexta-feira de 8h às 22h e aos sábados de 8h às 12 h. A atualização do acervo é solicitada pelo NDE do curso de acordo com as demandas dos professores de cada componente curricular.

Além disso, artigos, livros e outras publicações de relevância acadêmica disponíveis na rede mundial de computadores são sugeridos aos discentes, como forma de ampliar o acesso à informação.

6.1 Bibliografia Básica por Unidade Curricular

A bibliografia básica está adequada e atualizada com as Unidades Curriculares

descritas no PPC. Entretanto a partir desta atualização promovida no PPC do curso, que trouxe um novo leque de disciplinas e promoveu a revisão e atualização das ementas antigas, a coordenação começa a planejar a aquisição de novas obras para atualização do acervo, visando compatibilizar cada bibliografia básica da UC, com o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo.

6.2 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

A bibliografia complementar está adequada e atualizada com as Unidades Curriculares descritas no PPC. Entretanto a partir desta atualização promovida no PPC do curso, que trouxe um novo leque de disciplinas e promoveu a revisão e atualização das ementas antigas, a coordenação começa a planejar a aquisição de novas obras para atualização do acervo, visando compatibilizar cada bibliografia complementar da UC, com o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo.

7 LABORATÓRIOS

Os laboratórios do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional funcionam como espaço para realização de pesquisas e ao mesmo tempo será o espaço destinado ao uso pelos docentes em suas atividades de orientação e acompanhamento de alunos.

7.1 Política de Atualização dos Laboratórios

Os Laboratórios do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional terão seus equipamentos e softwares atualizados a cada 4 anos com intuito de garantir o bom desempenho das máquinas e a atualização dos docentes e discentes em novos instrumentos de pesquisa e análise de dados econômicos.

7.2 Dados dos Laboratórios

Atualmente o curso dispõe dos seguintes laboratórios:

7.2.1 Laboratórios didáticos de formação básica

- ✓ **Laboratório de Ensino do ICS**

O Laboratório de Ensino tem como objetivo apoiar as atividades acadêmicas curriculares dos Cursos dos Programas pertencentes ao ICS. O laboratório tem o papel de articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da orientação de docentes do instituto. Subsidiar metodologicamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no ICS, por meio da utilização de recursos tecnológicos e multimídia, assim como consolidar um espaço formativo para professores e alunos do ICS. Desenvolve atividades variadas como: aula, discussão e trabalho em equipe; atividades interdisciplinares; uso de tecnologias de realidade virtual para apresentações e de uso de equipamentos digitais pessoais, como notebook, netbooks, ebooks, etc.; utilização de quadro interativo, data show e outros recursos tecnológicos.

7.2.2 Laboratórios didáticos em formação específica

✓ **Laboratório de Políticas Públicas - LAPOP**

O Laboratório de Políticas Públicas constitui-se um espaço de diálogo entre a academia e sociedade civil, acerca de problemas relativos às demandas sociais, conflitos territoriais, a Gestão Pública, entre outras questões. Nesse espaço o aluno do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, terá a possibilidade de se aproximar da realidade local da região e exercitar o conhecimento adquirido ao longo de sua formação. Seus objetivos específicos são:

- Estabelecer uma referência de contato do Curso de Gestão Pública com formuladores de políticas públicas governamentais e não-governamentais, visando o intercâmbio de experiências com a comunidade discente do curso;
- Criar uma base de dados sobre a realidade econômica, social, cultural, ambiental e política dos municípios da região Oeste do Pará, baseadas em informações oficiais e oriundas de pesquisas acadêmicas e informações fornecidas pelos gestores das diversas áreas e de instituições não-governamentais que atuem na região com vistas a gerar análises genuínas que gerem subsídios à análise e formulação de políticas públicas de realidades amazônicas.
- Gerar subsídios para a criação de um Observatório de Políticas Públicas e dinâmicas dos agentes públicos e privados que influenciam na realidade regional, em parceria com outros institutos da Ufopa e instituições externas.

✓ **Laboratório de Análise Espacial e Gestão Territorial (LAEGET)**

O Laboratório de Análise Espacial e Gestão do Território (LAEGET) têm como objetivo realizar a consolidação, ampliação e inovação das atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Além de atender e servir como suporte a projetos de interesse acadêmico nos níveis de graduação e pós-graduação, também possibilitará desenvolver convênios com órgãos governamentais, prefeituras e a comunidade em geral.

O laboratório em questão é suporte essencial às atividades acadêmicas do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, ao possibilitar o desenvolvimento de atividades práticas ligadas ao manuseio de mapas topográficos, fotografias aéreas, imagens de satélite e outros recursos técnicos. O referido laboratório vai permitir a execução de diferentes atividades práticas e, embora vinculado ao curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, poderá dar suporte a outros cursos de graduação e pós-graduação da Ufopa.

8 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A instituição oferece acesso à informática aos discentes, junto às bibliotecas dos campi Rondon e Tapajós. Os dias de funcionamento são de segunda a sexta-feira, e os horários de atendimentos aos discentes ocorrem nos três turnos de funcionamento da instituição: matutino,

vespertino e noturno. Além disso, a comunidade acadêmica dispõe de acesso a rede Wi-Fi em todos os campi (Amazônia, Rondon e Tapajós). Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o estudante pode acompanhar seu percurso discente, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico discente, disciplinas matriculadas, rendimento, entre outros.

Os discentes do curso também podem utilizar-se do Laboratório de Ensino do ICS e Laboratório de Análise Espacial e Gestão do Território – LAEGET.

a) Laboratório de Ensino do ICS: Possui sala com 67,85 m2 com WC, piso cerâmico, parede pintada tinta PVA, laje, esquadrias de alumínio e vidro, porta de madeira, refrigeração ambiente e acesso wifi. Conta com 26 mesas, 53 cadeiras, 1 projetor, 1 TV 42", 1 lousa digital, 1 escaninho, 21 (vinte um) computadores conectados à internet via cabo.

b) **Laboratório de Análise e Gestão Territorial (LAEGET):** possui sala com 67,86 m2, com banheiro, piso cerâmico, parede pintada tinta PVA, laje, esquadrias de alumínio e vidro, porta de madeira, refrigeração ambiente e acesso à internet cabeada e wifi. Possui 35 mesas, 36 cadeiras, 1 tela de projeção com tripé, 1 lousa digital, e 27 computadores.

Desta forma, a Ufopa possibilita aos discentes do curso o acesso a equipamentos de informática em números adequados, atualizados e com boa velocidade de Internet. Cursos de capacitação para uso adequado e eficiente das tecnologias da informação poderão ser ofertados aos discentes e técnicos conforme necessidade e interesse da comunidade acadêmica.

9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Na contemporaneidade não se questiona se instituições de ensino em seus diferentes níveis de ensino devem ou não aceitar a matrícula de todos os discentes, incluindo-se nesse caso aqueles que foram excluídos historicamente da educação como as pessoas com necessidades educativas especiais (PNEEs). Porém, as instituições de ensino e os docentes necessitam, para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com pessoas com necessidades educativas especiais decorrentes de problemas de ordem intelectual, motora entre outras.

A temática da inclusão é difundida a partir da Resolução CNE/CEB, nº 17/2001 que afirma que a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Na Ufopa como um todo e em especial no Instituto de Ciências da Sociedade a inclusão tem como fio condutor, a mudança cultural na instituição, pois não basta apenas ter a presença física do discente deficiente na sala de aula, mas oferecer condições adequadas para o seu aprendizado. É necessário que a universidade tenha condições de receber culturas, identidades e alteridades distintas do modelo de normalidade constituído social, cultural, linguística e historicamente.

Como valor instituído, a inclusão é também uma das diretrizes institucionais da Ufopa,

que, para sua implementação, tem se dedicado a seguir as orientações normativas advindas do MEC no que tange às estratégias didático-pedagógicas inclusivas para PcDs.

Para este fim, tem buscado garantir estrutura física e tecnológica que assegure acessibilidade não apenas a estudantes e servidores, mas também a toda a comunidade. Assim, tem dado atenção especial aos projetos arquitetônicos e ao acesso às principais informações institucionais, como os editais de ingresso que são traduzidos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Destaca-se ainda que o site institucional está equipado com recursos de acessibilidade, como o Vlibras para pessoas surdas e o alto contraste para pessoas de baixa visão.

Atividades em Libras alcançam hoje na Instituição fatia substancial nos currículos dos cursos de graduação, tendo sido criado grupo de educação digital para estimular o desenvolvimento e o uso de aplicativos nas salas de aulas.

Em todas as ações de melhoria de infraestrutura física e de TI têm se priorizado os principais mecanismos de acessibilidade. A Ufopa preconiza a expansão da acessibilidade pela integração da pesquisa ao ensino e à extensão, ao possibilitar apoio de recursos originário do Pnaes para a aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e adequadas para cada realidade, em todas as suas unidades.

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará funciona em um prédio adaptado para pessoas com deficiência. A estrutura atual possui elevador, rampas de acesso e banheiros adaptados.

A coordenação do curso desenvolve ações de acompanhamento de alunos com necessidades especiais nas atividades acadêmicas, por meio de reuniões permanentes com docentes e discentes. Nestas reuniões são relatadas as principais dificuldades apresentadas por discentes com deficiência, onde os docentes responsáveis pela ministração de disciplinas são incentivados a desenvolver suas aulas levando em consideração as dificuldades relatadas pelos discentes.

9.1 Núcleo de Acessibilidade da Ufopa

A Ufopa institui em 12 de agosto de 2013 o GT-Pró-acessibilidade por meio da portaria nº 1.293. O grupo foi composto por treze membros, entre eles docentes e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT - Pró-acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na Ufopa. Atendendo as orientações do Programa Incluir – acessibilidade no ensino superior criado em 2005, em 18 de junho de 2014, criou-se o Núcleo de Acessibilidade por meio da portaria nº 1.376. O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa fomenta o debate sobre a inclusão e acessibilidade, assim como realiza ações para a inserção dos alunos com deficiência no ensino superior. Realiza ações e atividades de pesquisa e extensão, os quais colaboram com dados informativos, pesquisas e formação continuada a comunidade acadêmica e geral.

O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa constitui-se em uma estrutura física, social e

profissional que atende Pessoas Público da Educação Especial e se preocupa com Acessibilidades Arquitetônica, Atitudinal, Pedagógica e Tecnológica. Está em processo contínuo de construção (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015, Art.30).

Objetiva promover em todas as instâncias da Universidade a formação de uma cultura de inclusão social e educacional das pessoas público da Educação Especial, produzindo conceitos que legitimem as representações sobre esses sujeitos a partir da diferença política, cultural, ética, estética e linguística. Por meio da:

- Oferta a Tradução e Intepretação da Língua Brasileira de Sinais para estudantes e professores(as) surdos(as);
- Promoção de diferentes cursos da área da Educação Especial e Inclusiva para a comunidade acadêmica e geral;
- Desenvolvimento de cursos de formação contínua com servidores da instituição;
- Colaboração, organização e promoção de eventos na área da Educação Especial e Inclusiva;
- Desenvolvimento de pesquisa e extensão;
- Acessibilidade de material educativo;
- Conversão de textos para PDF acessível a pessoas com deficiência visual (cegas ou com baixa visão);
- Vídeos para pessoas surdas;
- Descrição de imagens;
- Produção de material com diferentes texturas e alto relevo;
- Transcrição de textos em Braille;
- Textos em voz;
- Outros.

O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa tem como público as pessoas da Educação Especial, a saber: pessoas com deficiência física, intelectual, visual, auditiva, múltiplas deficiências, surdo cegas, pessoas no espectro do autismo; altas habilidades/superdotação e pessoas surdas. Colabora ainda com os servidores e acadêmicos com acessibilização comunicacional e de materiais pedagógicos (provas, seminários, construção de maquetes... e outros);

Destaca-se que em 2020, o curso apresenta em seu quadro discente 5(cinco) alunos e alunas com Necessidades Especiais, sendo 1 com deficiência física, 2 auditivas e 1 limitação oral. Todos devidamente acompanhados pelo núcleo de acessibilidade e pela coordenação do curso.

10. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A segurança da Ufopa é realizada por uma empresa terceirizada sendo supervisionada pela Diretoria de Segurança que está vinculada à Superintendência de Infraestrutura. Na Unidade Amazônia onde se localiza o curso de Gestão Pública há dois postos de serviço:

✓ Posto de serviço da entrada central do prédio: um posto de serviço com de jornada de trabalho de 24 h, composto por quatro vigilantes não armados durante o dia e armados durante a noite.

✓ Posto de serviço da garagem: um posto de serviço de jornada de trabalho de 24h, composto por quatro vigilantes não armados.

PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Os requisitos legais e normativos são exigências e prerrogativas que devem ser obedecidas na concepção do curso e no seu desenvolvimento ao longo do seu percurso conforme as orientações do Ministério da Educação. Essas exigências devem ser cumpridas nas ações desenvolvidas pelo curso ou pela instituição Ufopa por meio de seus diversos setores. A seguir, serão descritos como estão sendo cumpridas as exigências legais e normativas no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional obedece às diretrizes curriculares da DCN Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Dentre outros parâmetros, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional se propõe a formar profissionais de nível superior com as competências e habilidades definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, Resolução Nº1/2014 – CNE prevista em seu PPC no tópico 8- Organização Curricular. Os componentes curriculares estão apresentados no subtópico 8.1- Estrutura Curricular e foram definidas sob dois eixos estabelecidos pela DCN do curso de Administração Pública que são conteúdos de formação básica (Fundamentos de Contabilidade, Fundamentos de Matemática, Economia, Direito, Tecnologia da Informação , dentre outros). E ainda, os conteúdos de formação profissional que incluem aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos e conteúdos complementares ou especializados (Estado e Políticas Públicas, Planejamento e Gestão Ambiental, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Teorias e práticas de Planejamento na Gestão Pública, Gestão do Espaço Urbano, Políticas Territoriais na Amazônia, dentre outras).

Ainda na estrutura curricular, a Resolução nº 01/2014 define a composição das atividades de estágio curricular supervisionado, atividades complementares e a inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) previstos na estrutura curricular do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional no 8º semestre.

2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A Resolução CNE/CP N° 1/2004 que Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em seu Artigo 1º, § 1° define que as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados ainda no Parecer CNE/CP 3/2004.

Em atendimento a esta resolução, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, por meio do rol de disciplinas optativas, ofertará o componente curricular:

Disciplina Relações Étnico-Raciais - 60 horas. Ementa: Desigualdade e relações étnico-raciais no Brasil e na América Latina. Raça, etnia e mestiçagem. Identidade nacional e identidades étnico-raciais. Culturas afro-brasileiras, religiões de matriz africana e resistência negra. Discriminação e racismo. Políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e justiça social.

A oferta deste componente contribui para a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Além disso, o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A Lei 10.639/2003 é o fundamento para abordagem das relações étnico raciais previsto nas diretrizes curriculares nacionais para a educação. A Resolução CNE/CP nº 1/2004 que Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004, em seu Artigo 1º, § 1° define que as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

Em atendimento a esta resolução, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, por meio do rol de disciplinas optativas, ofertará o seguinte componente curricular:

Disciplina Relações Étnico-Raciais - 60 horas. Ementa: Desigualdade e relações étnico-raciais no Brasil e na América Latina. Raça, etnia e mestiçagem. Identidade nacional e identidades étnico-raciais. Culturas afro-brasileiras, religiões de matriz africana e resistência negra. Discriminação e racismo. Políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e justiça social.

O objetivo da oferta deste componente, definidas nesta resolução, é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos

comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Além disso, o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. Além disso, temos uma questão da diversidade estudantes oriundos das etnias indígena e quilombola.

3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Em seu Art. 5º define que a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

No curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional aplica-se por meio da transversalidade por meio dos temas de Direito Humanos na disciplina Instituições do Direito e como conteúdo específico na disciplina de Direitos Humanos ofertada como disciplina optativa.

4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

No tópico 13 é descrito a respeito da Política de Acessibilidade da Ufopa e que se estende a todos os cursos da instituição.

A Ufopa em 18 de junho de 2014, com a Portaria nº 1.376, a Ufopa instituiu o Núcleo de Acessibilidade. Essa ação institucional atende ao que determina a Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais, o que se aplica, também, a pessoas com espectro autista. A instituição garante acesso por meio de cotas para pessoas com deficiência por meio da aplicação da Lei nº 12.711/2012 (tópico 5-Formas de ingresso).

5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

O Art. 66 da Lei nº 9394/96 ressalta que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Nesse sentido, o corpo docente da Ufopa é estruturado conforme o Plano de

Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012).

No curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional tem em seu quadro docente formado por 56% de mestres e 44% de doutores, sendo que 22% destes mestres estão em fase de conclusão de doutorado. Estima-se que daqui a 5 nos, teremos o quadro de docentes 100% com doutorado.

Essas informações são encontradas da III Parte do PPC: Recursos Humanos.

6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Gestão Pública é composto por docentes que ministram disciplinas no curso, sendo sua grande maioria, todos os docentes do quadro ativo do curso (Parte III- Recursos Humanos, tópico 2.5-Núcleo Docente Estruturante do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional). Suas atribuições são descritas no Art. 122 da Resolução nº 177, de janeiro de 2017, que institui o Regimento de Graduação da Ufopa, seção V: Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

7 CARGA HORÁRIA MÍNIMA, EM HORAS – PARA BACHARELADOS E LICENCIATURAS

A carga horária total do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é de 3.000, ou seja, dentro do mínimo exigido da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007 e da Resolução nº 01/2014 que é de 3000 horas.

8 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

Conforme Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, se enquadra no seguinte grupo:

- Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

O prazo máximo de integralização do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional fica estabelecido conforme normas internas da Ufopa, sendo o prazo máximo de 6 (seis) anos para a integralização do curso, salvo exceções definidas no Regimento Interno de Graduação da Ufopa.

9 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PLENA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A Ufopa tem a Inclusão como diretriz institucional e por isso se dedica a seguir com as orientações normativas do MEC e, nesse caminho, a Ufopa tem, não somente equipado o Núcleo de Acessibilidade para o atendimento e a produção de materiais didáticos para os alunos cegos, como também realizou importante atendimento a alunos que necessitam de atenção psicológica; seja por pressões diversas, ou subnutrição, ou fragilidade socioeconômica (PDI,

2019).

Tendo como dispositivo norteador o Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior (2005, p. 13), o qual objetiva "eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos", a Ufopa vem se comprometendo com a implementação de políticas de acessibilidade, atendendo aos aspectos legais que regem a educação inclusiva no Brasil e as orientações do Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior, criado em 2005.

A Ufopa tem a Inclusão como diretriz institucional e por isso se dedica a seguir com as orientações normativas do MEC e, nesse caminho, a Ufopa tem, não somente equipado o Núcleo de Acessibilidade para o atendimento e a produção de materiais didáticos para os alunos cegos, como também realizou importante atendimento a alunos que necessitam de atenção psicológica; seja por pressões diversas, ou subnutrição, ou fragilidade socioeconômica (PDI, 2019-2023).

10 DISCIPLINA DE LIBRAS

A partir do entendimento da inclusão como uma diretriz institucional, a Ufopa também compreende que esta inclusão requer uma mudança no processo educacional, e que no contexto atual deve ser trabalhada no intuito de alcançar melhores resultados no processo de aprendizagem. Dessa forma, o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional em consonância com as atividades em Libras desenvolvidas pela ofertará o componente curricular de Libras como componente optativo ofertado no oitavo semestre do curso.

11 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

A Portaria Normativa MEC nº 23, de 01/12/2010 altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Na Ufopa, as informações acadêmicas dos cursos de graduação serão fornecidas e gerenciadas pela Seção de Regulação da Diretoria de Ensino da Pró-reitoria de Ensino - Proen. Este setor é responsável ainda por dar suporte às coordenações de curso nos atos avaliativos dos cursos pelo MEC, ENADE e visitas in loco pelos avaliadores do INEP.

12 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 esclarece que a Educação Ambiental é o processo por meio dos qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua

sustentabilidade. Esta é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

O Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, onde deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados a todos os níveis e modalidades de ensino, ou seja, incluindo a educação superior.

No curso de Gestão pública a Educação Ambiental é contemplada na disciplina obrigatória Planejamento e Gestão Ambiental, e na disciplina optativa Ambiente-Saúde com o conteúdo Práticas de Educação Ambiental, e Educação Ambiental e Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública. Brasília,DF, jan 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.788/ 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes(...). Brasília,2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. Brasília, 2012.

FAVARÃO, Neide Rodrigues Lago; ARAÚJO, Cíntia de Souza Alferes. **Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior**. EDUCERE. Umuarama, v.4, n.2, p.103-115, jul./dez., 2004. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2014

FERREIRA¸ N. R. S. **Atitude interdisciplinar, formador do professor e autonomia profissional.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (Ufopa). **Resolução Nº 194/2017**. Estabelece as normas que regerão a criação, o reconhecimento e o funcionamento de Empresas Juniores no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará Santarém, PARÁ, Disponível em:http://www.ufopa.edu.br. Acesso em: 25 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (Ufopa). **Resolução Nº 177/ 2017.** Institui o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Disponível em: www.ufopa.edu.br. Acesso em 02/05/2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (Ufopa). **Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa 2019-2023**. Santarém, PA, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (Ufopa). **Resolução Nº 55 /2014**. Santarém, PA, 2019. Aprova o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Disponível em: www.ufopa.edu.br. Acesso em 02/05/2020.

ANEXOS

ANEXO I - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

UNIDADE CURRICULAR 1º PERÍODO CURRICULAR	GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Relação entre esferas de governo e regime federativo. Governo, governança e governabilidade. A emergência da questão social como campo de intervenção do Estado. Formulação, implementação e avaliação de políticas sociais no Brasil. Controle social.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CANO, Ignácio. **Introdução à avaliação de programas sociais.** 2a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora PUC, Minas, 2007. 424 p. SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005. **COMPLEMENTAR** ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais**: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro, Revan, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712. Acesso em 01 de julho de 2019. ARRETCHE, M. **Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil**: **A Reforma de Programas Sociais.** Dados, vol. 45, nº 3. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a04v45n3.pdf> Acesso: 15/05/2019. ARRETCHE, Marta T. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, jun. 1999, vol.14, no. 40, p.111-141. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712. Acesso em 01 de julho de 2019. BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras/CPIHTS, 2000. BENTO, L. V. Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização. São Paulo: Ed. Manole, 2003. BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. ESCOLA DE

	ADMINISTRAÇÃO FAZENDA. Gestão democrática dos recursos públicos. Brasília-DF ESAF, 2009. 4 ed. BRASIL. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. **Gestão democrática dos recursos públicos**. Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2014. Disponível em: http://www.educacaofiscal.sp.gov.br/contents/Caderno%204.pdf Acesso em 01 de julho de 2019. SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Veras, 2001.
UNIDADE CURRICULAR 1º PERÍODO CURRICULAR	**MÉTODOS DE PESQUISA E EXTENSÃO**
CARGA HORÁRIA	**60h**
EMENTA	Diferença entre metodologia e métodos, tipos de pesquisas, uso de instrumentos e técnicas de pesquisa.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CARVALHO, M. C. de (Org.). **Construindo o Saber: Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas**.3. ed. Campinas (SP): Papirus, 1991. DEMO, P. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (p. 17-19; 23-55). HÜHNE, L. M. (Org.).**Metodologia Científica**.4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990. (p. 13-20) (o Ato de Estudar). RIBEIRO, M. A. de P.A **Técnica de Estudar**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. RICHARDSON, R. J.**Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999 (p. 55-69). **COMPLEMENTAR** BASTOS, C.; KELLER, V.**Aprendendo a aprender: Introdução à Metodologia Científica**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993 ECO, U**Como se faz uma Tese**. 10 ed. São Paulo; Perspectiva, 1993. FAULSTICH, E. L. de J.**Como ler, entender e redigir um Texto**.16 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.13-49 (Capítulos I, II e III) FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. de.**Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**.8 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. HAGUETTTE, T. M. F.**Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (p. 63-170). SORIANO, R. R.**Manual de Pesquisa Social**.Petrópolis:

	Vozes, 2004, (p. 48-88; 139-192)002E.
UNIDADE CURRICULAR 1º PERÍODO CURRICULAR	**FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A Administração e as Organizações. Áreas Funcionais da Administração. Teorias da Administração. Processo Administrativo. Competências do Administrador. Tópicos em Gestão Pública
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BERNARDES, C. **Teoria geral da administração: gerenciando organizações.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral daadministração.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2014. MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Education, 2008. **COMPLEMENTAR** HALL, R. H. O**rganizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.** LACOMBE, F.; HEILBORN, G. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003. MORAES, A. M. P. de. **Iniciação ao estudo da administração.** 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2001.

UNIDADE CURRICULAR 1º PERÍODO CURRICULAR	**ECONOMIA I**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O Estudo da Ciência Econômica: conceito, objeto, problemas, método, escolas, divisão didática. Modos de Produção. Noções de Microeconomia: sistema econômico; funcionamento do mercado (oferta, demanda, equilíbrio e elasticidade); produção, custos, receita e lucro; e, estrutura de mercados. Questões Temáticas da Microeconomia.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.** 21ª Edição atualizada e ampliada. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2016, 359 p. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONETO JR., Rudinei (Orgs.). **Manual de Economia.** Equipe de Professores da USP. 7ª Edição. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2017.

	VASCONCELLOS, Marco Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** 6ª Edição. São Paulo, SP: 2018. **COMPLEMENTAR** HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico.** 3ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: princípios de Micro e Macroeconomia.** 28ª Tiragem. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 2001, 831 p. NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. **Princípios de Economia.** 7ª Edição. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

UNIDADE CURRICULAR 1º PERÍODO CURRICULAR	**MATEMÁTICA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Relações e Funções. Funções lineares, quadráticas, exponenciais e logarítmicas. O conceito de Derivada. Técnicas de derivação. Aplicações da derivada em problemas administrativos. Capitalização simples. Capitalização composta e Desconto simples.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xvi, 287p. ISBN: 9788522472482. MUROLO, Afrânio Carlos. Matemática aplicada a administração, economia e contabilidade. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 505 p. ISBN: 9788522111251. SILVA, Fernando César Marra; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. xiv, 171 p. ISBN: 9788522451777. **COMPLEMENTAR** CHIANG, Alpha C; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2006. xxv, 659 p. ISBN: 9788535217698. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: conjuntos e funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 410 p. ISBN: 9788535716801. HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 5. ed., 5. tir. São Paulo: Saraiva, 2005. vi, 232 p. ISBN: 8502032755. SIMON, Carl. Matemática para economistas. Porto Alegre:

	Bookman, 2004. 919 p. ISBN: 9788536303079.

UNIDADE CURRICULAR 2º PERÍODO CURRICULAR	ECONOMIA II
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	Introdução à Macroeconomia. Agregados e Medidas Macroeconômicas. Inflação. Economia e Política Monetária. Comércio Internacional. Economia do Setor Público e Política Fiscal. Desenvolvimento Econômico.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.** 21ª Edição atualizada e ampliada. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2016, 359 p. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONETO JR., Rudinei (Orgs.). **Manual de Economia.** Equipe de Professores da USP. 7ª Edição. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2017. VASCONCELLOS, Marco Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** 6ª Edição. São Paulo, SP: 2018. **COMPLEMENTAR** GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo. **Introdução à Economia.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: princípios de Micro e Macroeconomia.** 28ª Tiragem. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 2001, 831 p. NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. **Princípios de Economia.** 7ª Edição. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

UNIDADE CURRICULAR 2º PERÍODO CURRICULAR	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	A formação do Estado e o Estado brasileiro. Formação de espaços públicos. Conceitos básicos e processos das políticas públicas. Processos participativos e tomada de decisões. Ciclo de política: formulação, implementação e avaliação de políticas. Abordagens recentes e reflexão sobre atores nas políticas.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CARNOY, M. **Estado e Teoria Política.** Campinas: Papirus,

	2013. 17ªed. GOHN, Maria da Gloria Marcondes (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 143 p. ISBN: 9788532628329. PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2000 [1933]. Pp. 33-57. PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 21. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 102 p. ISBN: 8511140123 **COMPLEMENTAR** BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado, Estado-Nação e formas de intermediação política**. Lua Nova, São Paulo, 100: 155-185, 2017. http://dx.doi.org/10.1590/ 0102-155185/100 DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002. DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando**? In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de emposia y sociedade civil em empos de globalización. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004. P. 95-110. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela /faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2009. DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo, Atlas, 2017. FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. "Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio do legislativo na democracia brasileira". In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Ancantara (org.). **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.** Belo Horizonte: UFMG, 2007, pp. 147-198. SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. Cengage Learning, ed. 2º. São Paulo. 2017. SILVA, A. G. F. da.; MOTA, L. de A. e.; DORNELAS, C S. M.; LACERDA, A. V. de. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. Revista Debates, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan.-abr. 2017. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/72132/0>. Acesso 25 fev. 2019.

UNIDADE CURRICULAR 2º PERÍODO	FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE

CURRICULAR	
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Aspectos fundamentais da contabilidade; Atos e Fatos Administrativos; Métodos de escrituração contábil; Conceitos básicos da estrutura contábil; Noções de regime de caixa e competência; Classificação das contas patrimoniais e de resultado; Plano de contas e classificação contábil; Lançamentos Contábeis; Razonete e Balancete de verificação; Apuração do resultado do exercício; Relatórios financeiros preparados pela Contabilidade; Balanço Patrimonial; e Demonstração do Resultado do Exercício.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2016. CPC. **Pronunciamento técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual,** 2009. CPC. **Pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis,** 2011. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. USP, Equipe de professores FEA. **Contabilidade Introdutória**: atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. 11ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. **COMPLEMENTAR** IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11ª. ed. São Paulo: Atlas, 2015 MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 531 p. MARTINS, Eliseu; GELECKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade Societária. Aplicável a Todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. SÁ, Antônio Lopes de**. Fundamentos da Contabilidade Geral.** 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

UNIDADE CURRICULAR 2º PERÍODO CURRICULAR	INSTRUMENTOS DE GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O que é Gestão do Território? Conceitos e definições; Níveis

	de Gestão: dilemas e desafios; Tecnologia e Gestão do Território na Amazônia; Estado e Gestão do Território no Pará; Instrumentos de Planejamento, Gestão e Ordenamento do Território: características, planos e aplicações; Plano Nacional de Ordenamento Territorial; Metodologias aplicadas a Gestão e ao Ordenamento Territorial de áreas urbanas e rurais na Amazônia.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas. **In**: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010. Disponível em: <https:\\www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf. Acesso em 16/08/2017. SOARES, L. A. A. O Enfoque sociológico e da Teoria Econômica do Ordenamento Territorial. **In**: ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. (Orgs.). Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. (p.61-84). **BRASIL**, Ministério da Integração Nacional. Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT (Versão preliminar). Brasília, 2006. Disponível em <www.mi.gov.br>. Acesso em 16/08/2017. **COMPLEMENTAR** SAQUET, M. S. (Org.). **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. VIEIRA, I. C. G. (Org.). **As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre Geografia e Sociedade na Amazônia:** vol. 1,2 e 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

UNIDADE CURRICULAR 2º PERÍODO CURRICULAR	**INSTITUIÇÕES DE DIREITO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O que é o Direito; A evolução histórica do Direito; O fenômeno jurídico contemporâneo; Os Conteúdos Normativos; A Norma Jurídica: conceito, características tipo, conteúdos normativos; O ordenamento jurídico; Fontes do Direito, validade, vigência, vigor e eficácia; Antinomias e Lacunas; Hermenêutica Jurídica; Os Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2018. GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito.** 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. **COMPLEMENTAR** MASCARO, Alysson L. **Introdução ao Estudo do Direito.** São Paulo: Atlas, 2015. FERES, Marcos Vinício Chein; FERREIRA, Flávio Henrique Silva; LACERDA, Bruno Amaro (org.) **Instituições de Direito.** Editora UFJF: Juiz de Fora, 2011.

UNIDADE CURRICULAR 3º PERÍODO CURRICULAR	**TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceituação, terminologia e perspectiva teórica e histórica do desenvolvimento. Estado e desenvolvimento econômico. O Pensamento da CEPAL e desenvolvimentismo na América Latina. Desenvolvimento contemporâneos nos países centrais e periféricos.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** FURTADO, Celso. **Economia do Desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151p. ISBN: 857617040. SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: 6ª. ed. Atlas, 2012. **COMPLEMENTAR** BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** FEE/ UFRGS: Porto Alegre, 2001. BIELSCHOWSKY, R. (org.) "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, 2000. Volume 2. de Janeiro: Record, 2000. BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta Anos do Pensamento na CEPAL.** Volume 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em Busca do Desenvolvimento Perdido: um projeto novo-**

	desenvolvimentismo para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2018. Carlos Antônio Brandão. (Org.). **Teorias e Políticas do Desenvolvimento Latino-americano**. 1ed. Rio de Janeiro: Carlos, 2018, p. 123-152. CHANG, J. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2004. FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000. FIORI, José Luís, **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações,** Petrópolis: Vozes. 1999. SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia do Bolso, 2010. VEIGA, Eli. **Desenvolvimento Sustentável: o desenvolvimento do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

UNIDADE CURRICULAR 3º PERÍODO CURRICULAR	**GESTÃO DO ESPAÇO URBANO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceitos e teorias de espaço urbano. Processo de urbanização no Brasil e na Amazônia. Políticas de gestão de espaços urbanos no Brasil. Instrumentos de gestão de espaços urbanos no Brasil. Gestão de cidades na Amazônia.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BECKER. Bertha. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro, 2013. CORREA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo. Ática, 1993. SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2009. **COMPLEMENTAR** CARLOS. Ana Fani A. **A cidade**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbano**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

UNIDADE CURRICULAR 3º PERÍODO CURRICULAR	**ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Organização e reorganização: Aproveitamento racional do espaço físico. Condicionantes e componentes da estrutura

	organizacional. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CARREIRA, Dorival. **Organizações, Sistemas e Métodos**: Ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira**. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. São Paulo: Atlas, 2002. OLIVEIRA, D. **Sistemas, Organização e Métodos: Uma abordagem gerencial.** São Paulo: Atlas, 2002. VASCONCELOS, E. et all. **Estrutura das Organizações: Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação e Estrutura Matricial.** São Paulo: Pioneira, 2000; **COMPLEMENTAR** ARAÚJO. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005. _____. Organização, sistemas e métodos. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006. PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997. SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

UNIDADE CURRICULAR 3º PERÍODO CURRICULAR	**DIREITO CONSTITUCIONAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A formação do Estado Moderno; O poder constituinte; Formas de Estado, regimes e sistemas de governos; Estado de Direito e Democracia; A história do constitucionalismo brasileiro; Os Direitos Fundamentais na CF/88; A Ordem Social na CF/88; Sistemas Partidários e Sistemas Eleitorais; O novo Constitucionalismo Latino Americano.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade:** por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 26.ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2018. FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** Salvador: Juspodivm, 2017. **COMPLEMENTAR** BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social.** São Paulo: Malheiros, 2013. NEGRI, Antonio. **O Poder constituinte**: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio deJaneiro: DP&A, 2002.

UNIDADE CURRICULAR 3º PERÍODO CURRICULAR	**ESTATÍSTICA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Planejamento da coleta de dados. Técnicas de Amostragem. Análise descritiva e exploratória de dados. Introdução a Probabilidade. Distribuições de probabilidade discreta: Uniforme, Bernoulli e Binomial. Distribuições de probabilidade contínua: Normal e t-Student. Intervalo de confiança. Testes de hipótese. Correlação.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BONETO, Giacomo; MUROLO, Afranio. **Estatística aplicada a administração e economia.** 2 ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011. DOANE, David; SEWARD, Lori. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: McGrawHill, 2008. HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4 ed. São Paulo: Thompson, 2006. **COMPLEMENTAR** BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica.** 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística Básica: probabilidade e inferência.** 1 ed. São Paulo: Editora Makron Books, 2010.

UNIDADE CURRICULAR 4º PERÍODO CURRICULAR	**ECONOMIA BRASILEIRA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**

EMENTA	Nacional-Desenvolvimentismo Brasileiro de 1945 à 1985: industrialização, planos de desenvolvimento, autoritarismo, milagre econômico. Redemocratização Brasileira de 1985 à 1994: redefinição política, crise, planos econômicos e reestruturação industrial. Retomada do Crescimento de 1994 à 2011: plano real, planos de desenvolvimento nacionais e regionais, a inserção brasileira internacional, crise política. Desindustrialização. Economia e Desenvolvimento brasileiras na atualidade.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Economia Brasileira.** 6ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** 8ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2016. BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** 28ª Edição. Petrólis, RJ: Editora Vozes, 2012. **COMPLEMENTAR** ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso: dois séculos de política Econômica no Brasil.** 2ª Edição Atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. BRESSER-PERIRA, Luís Carlos. **Em Busca do Desenvolvimento Perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros de; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015).** 3ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. BECKER, B. et al**. Desigualdades Regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In**: Tarcisio P. de Araujo, Salvador Werneck Vianna e Junior Macambira. (Org.). 50 anos de Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, v. 1, p. 177-200.

UNIDADE CURRICULAR 4º PERÍODO CURRICULAR	**GEOTECNOLOGIAS APLICADAS A GESTÃO PÚBLICA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**

EMENTA	Conceitos e fundamentos do Geoprocessamento. Base de dados em Sistemas de Informação Geográfica. Procedimentos e métodos de análise de dados georreferenciados. Fundamentos de Sensoriamento Remoto, imageamento por satélites, sistemas sensores e comportamento espectral de alvos. Procedimentos de interpretação e análise de imagens. Incorporação e manipulação através de análises espaciais dos dados gráficos e alfanuméricos em um sistema SIG. Métodos de abstração, conversão e estruturação nesse sistema computacional. Potencial das técnicas de Geoprocessamento para a representação de fenômenos e modelos ambientais relacionados a diversos campos de estudo. Instrumentalização de técnicas do Geoprocessamento para a tomada de decisão.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, A. M. V., PAIVA J. A., D´ALGE, J.C.L. **Geoprocessamento: Teoria e Aplicações**: http://www.dpi.inpe.br/gilberto. JENSEN, J. R**. Sensoriamento Remoto do Ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos, SP: Parêntese, 2009. MIRANDA, J. I. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2010. NOVO, E. M. L. de M.. **Sensoriamento remoto. Princípios e aplicações**. 3ª Ed.- São Paulo: Edgard Blücher, 2008. SILVA, A. de B. **Sistemas de Informações Geo-Referenciadas – conceitos e fundamentos** . São Paulo: Unicamp, 2003. **COMPLEMENTAR** ANDERSON, J. R**. et al. Sistema de classificaçã o do uso da terra e do revestimento do solo para utilização com dados de sensores remotos.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 78 p. CHRISTOFOLETTI, A**. Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999. 236 p. GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M.M.L.; MENEZES, E. O**. Roteiro Metodológico de Planejamento.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, 2002 MOREIRA, M. A**. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação.** 4ª Ed. atual. e ampl.- Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. MOURA, A. C. M. **Geoprocessamento na Gestão e**

	Planejamento Urbano. Belo Horizonte: Edição da autora, 2003. SILVA, J. X. da, ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. 2ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. SCHWARTZ, Peter. A arte da visão de longo prazo. São Paulo: Nova Cultural, 2000 SOUZA, Juliana Bittar de **- Planejamento de Cenários Prospectivos: um breve debate sobre as abordagens metodológicas existentes,** Ed. Nova Cultural, São Paulo, 2009.

UNIDADE CURRICULAR 4º PERÍODO CURRICULAR	**TEORIA E PRÁTICA DE PLANEJAMENTO NA GESTÃO PÚBLICA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceitos e fundamentos teóricos do planejamento. Modelos e importância de Planejamento Estratégico na Gestão Pública (situacional e convencional). A experiência brasileira em planejamento governamental.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 177 p. ISBN: 8586435767. IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 316 p. CERTO, Samuel C; PETER, J. Paul. **Administração estratégica**: Planejamento e implantação da estratégia. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010. 321 p. ISBN: 9788576058120. SARMENTO, Raul Paulo. **Introdução ao estudo do planejamento**. 3.ed. São Paulo: Scortecci, 2008. 158p. ISBN: 9788536612324. **COMPLEMENTAR** CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Projeto Diálogos para o Desenvolvimento, livro 4). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf Acesso em 14 jun 2019. CARDOSO JÚNIOR, J. C.; GARCIA, R. C. (Org.). **Planejamento estratégico governamental em contexto democrático**: lições da América Latina. Brasília: ENAP,

	2014. http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/986/5/Planejamento%20Estrategico%20Governamental%20em%20Contexto%20Democratico.pdf KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (org). **Gestão pública**: **planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas.** São Paulo: Atlas, 2010. xii, 241 p. ISBN: 9788522460397. GIACOMONI, J. E PAGNUSSAT, J.L, **Planejamento e Orçamento Governamental**, Coletânea, Volume 1, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Brasília, 2007. V.2. Disponível em**:** http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/655/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 14 de jun 2019. MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de gestão estratégica na administração pública**. 4.ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2014. E-book MORETTI, B. **O planejamento governamental como discurso**: tensões entre política e técnica (1930-2003). Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. http://repositorio.unb.br/handle/10482/11685 RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **Construindo o planejamento público**. São Paulo: Atlas, 2013. E-book.

UNIDADE CURRICULAR 4º PERÍODO CURRICULAR	**SOCIEDADE E DISPUTAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceitos e teorias de sociedade. Processo de ocupação capitalista da Amazônia. Ações estatais e empresarias de apropriação territorial na Amazônia. As resistências de sociedades da Amazônia face à implantação de projetos em seus territórios.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. SAUER Sergio; ALMEIDA Wellington. **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Editora da UnB, 2011. CASTRO, Edna. **Sociedade, território e conflitos: BR 163 em questão**. Belém, NAEA, 2008. **COMPLEMENTAR**

	BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. TORRES, Mauricio. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR 163**. Brasília CNPq, 2005.

UNIDADE CURRICULAR 4º PERÍODO CURRICULAR	**DIREITO ADMINISTRATIVO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A origem do Direito Administrativo; O Direito Administrativo e a Gestão Pública e o Desenvolvimento Regional no Brasil; Princípios do Direito Administrativo; A organização da Administração Pública; O ato administrativo e os poderes da administração Pública; O processo administrativo; Licitação; O Contrato Administrativo; Bens Públicos e Intervenção do Estado na Propriedade Privada; Agentes Públicos e o Regime Constitucional dos Servidores Públicos; A Ordem Econômica Constitucional e os Serviços Públicos; O Direito Administrativo e a Participação Social.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual do direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2019. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** São Paulo, Atlas, 2018. MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo, Malheiros, 2019. **COMPLEMENTAR** GRAU, Eros. R. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2018. JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: RT, 2018.

UNIDADE CURRICULAR 5º PERÍODO CURRICULAR	**SOCIOECONOMIA DA AMAZÔNIA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A Amazônia no espaço brasileiro: do período colonial a exploração da borracha. A nova fronteira agropecuária e agroexportadora. O papel da Amazônia na divisão territorial do trabalho. Organização do espaço amazônico: contradições e conflitos. A representação sobre a Amazônia. Dinâmicas socioeconômicas no Baixo Amazonas.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA**

	SANTOS, Roberto A. O. **História Econômica da Amazônia – 1880/1920**. São Paulo: Queiroz Editora; 1980. BECKER; Bertha K. **Por que a Participação Tardia da Amazônia na Formação Econômica do Brasil? (**Cap. 8). **In:** TARCÍSIO P. de Araújo, SALVADOR Werneck Vianna e JUNIOR MACAMBIRA (Org.) 50 anos de Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro. IPEA, 2009, V. 1 P. 177-200. MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 296 p. BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Valer, 2009 **COMPLEMENTAR** BECKER, K. Bertha; STENNER, Claudio. **Um Futuro para Amazônia.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008. CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas.** Belém: EDUFPA, 2006. COSTA, Francisco de Assis. G**rande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós.** Francisco de Assis Costa. Belém: UFPA, 1993. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3.ed. - São Paulo: Contexto, 2013. LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. São Paulo: Vozes, 1991. 213 p. MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro**. 3. ed. rev. e aum. Belém: BASA, 2006. REIS, Ana Beatriz de Oliveira; SILVA, Reis Luiz Gonzaga Feijão da; ALMEIDA, Rogerio Henrique; SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa. (Org.) **Terceira Margem Amazônia: Dossiê Baixo Amazonas**. Outras Expressões. v.3, n.11 T. 315. São Paulo: Outras Expressões, 2018. TORRES, Maurício. **AMAZÔNIA Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasil: CNPQ, 2013. Disponível em https://www.academia.edu/30504384/AmazC3%B4nia_revelada_os_descaminhos_ao_longo_da_BR-163

UNIDADE CURRICULAR 5º PERÍODO CURRICULAR	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E CENÁRIOS
CARGA HORÁRIA	**60 h**

EMENTA	As principais técnicas para elaboração de cenários; 2. Habilidade de construir cenários; 3. Conceitos básicos da prospectiva e sua utilização como instrumento de gestão; 4.Identificação de potencialidades do futuro; 5. Métodos de elaboração de cenários prospectivos e sua utilização na definição de estratégias governamentais, na construção do futuro e de planos de contingência.
BIBLIOGRAFIA	BRASIL. SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos). **Cenários exploratórios do Brasil 2020:** texto para discussão. Brasília: SAE, set. 1997. BUARQUE, S. C. **Experiências recentes de elaboração de cenários do Brasil e da Amazônia brasileira**. Parcerias Estratégicas (5):5-35, set. 1998. MARCIAL, E. C; G., R. S. **Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 SCHWARTZ, Peter. A arte da visão de longo prazo. São Paulo: Nova Cultural, 2000 SOUZA, Juliana Bittar de **- Planejamento de Cenários Prospectivos: um breve debate sobre as abordagens metodológicas existentes, Ed. Nova Cultural, São** Paulo, 2009.

UNIDADE CURRICULAR 5º PERÍODO CURRICULAR	**DIREITO URBANÍSTICO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O direito urbanístico e sua autonomia; A nova ordem constitucional urbanística; A produção capitalista do espaço urbano no Brasil e na América Latina; Planejamento urbano tradicional e crítico; Noções de Direitos Reais; Institutos tradicionais do direito urbanístico: zoneamento, ocupação e parcelamento; Instrumentos do Estatuto da Cidade; O Plano Diretor; Regularização Fundiária na Amazônia; O direito à moradia adequada e os assentamentos precários na Amazônia; O direito à cidade no Brasil e no Mundo; A luta pelo direito à cidade na Amazônia e os novos conflitos urbanos.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CASTRO, Edna M. Ramos de (org). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009. FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Org). **Direito urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006 SILVA, José. A. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2018.

	COMPLEMENTAR REIS, Ana Beatriz O. **A dinâmica do direito à cidade em Juiz de Fora.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. SOUZA, Marcelo. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

UNIDADE CURRICULAR 5º PERÍODO CURRICULAR	**POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS POPULACIONAIS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Teorias e análise demográfica das populações; Estrutura da população; Mobilidade espacial da população: fatores e consequências. Elementos da dinâmica demográfica. Distribuição espacial da população brasileira: mobilidade interna e principais fluxos migratórios. Políticas populacionais e desenvolvimento no Brasil. Migração, mobilidade e mercado de trabalho. Políticas de ocupação para a Amazônia. Crescimento populacional e meio ambiente.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** D'INCÃO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel org. **A Amazônia e a crise de modernização**. MPEG, Belém, PA, 2009. DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002. **COMPLEMENTAR** MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre população**. São Paulo: Abril Cultural,1983. RUA, J. **Repensando a Geografia da População**. GeoUERJ, 1. Rio de Janeiro, jan/1997.

UNIDADE CURRICULAR 5º PERÍODO CURRICULAR	**ORÇAMENTO PÚBLICO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	As necessidades públicas. Atividade orçamentária e financeira do Estado. Processo histórico dos tributos. A distribuição de funções entre os poderes. Os princípios orçamentários. Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA). Créditos orçamentários e adicionais. Receita Pública.

	Despesa Pública. Financiamento dos gastos. Dívida pública. Formas de controle do orçamento.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** GIACOMONI, James; Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2012. GIAMBIAGI, Fabio; ALEM, Ana Claudia. Finanças Públicas: Teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. REZENDE, Fernando Antonio. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2012. **COMPLEMENTAR** BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964. Estatui normas gerais do direito financeiro para elaboração dos orçamentos de balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. _____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. _____. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, Partes I, II, III, IV e V. 2016. _____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria do Orçamento Federal. Manual Técnico do Orçamento – MTO. ed. 2020. Brasília, 2019. PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Exercício de 2014. (Lei nº 7.722, de 15 de julho de 2013). PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Diretoria de Planejamento Estratégico. Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015. Exercício 2012. Belém: SEPOF, 2013. 2vol. PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Lei Orçamentária Anual (LOA) – Exercício de 2014. VASCONCELLOS, Alexandre. Orçamento Público para concursos. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2007.

UNIDADE CURRICULAR 6º PERÍODO CURRICULAR	**PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**

EMENTA	A ecologia política e os fundamentos para gestão dos recursos naturais. Instituições e organizações da Gestão ambiental. Processos de licenciamentos ambientais. Instrumentos de gestão (SNUC; Código florestal e ZEE, etc.). Conflitos socioambientais. Justiça ambiental. População Tradicional. Política de Educação Ambiental. Experiências regionais (Acordos de Pesca, Flona Tapajós, etc.).
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: IBAMA, 2005. ROCHA, Gilberto de Miranda Rocha (Org.). **Gestão ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará.** Belém: UFPA, 2007. SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** 2 reimpressões. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 184 p. **COMPLEMENTAR** ACSELRAD, H. **Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista**. In: CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Natureza? Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, 1995. BARBOSA, E. M.; BATISTA, R. C; BARBOSA, M. de F. N. **Gestão dos Recursos Naturais: Uma Visão Multidisciplinar**. Editora Ciência Moderna, 2012. BRASIL. **Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:< http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49> . Acesso em 02 de fev. de 2019. BRASIL. **Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm.>. Acesso em 02 de fev. de 2019. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental: Diferentes abordagens**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005. DALY, Herman E; FARLEY, Joshua C. **Economia ecológica**: princípios e aplicações. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. 454 p. FILHO, S. S. A.; **Planejamento e Gestão Ambiental no**

	Brasil , 1ª ed.; Rio de Janeiro, Elsevier, 2014. LINHARES, J. F. P. **Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade**. Revista Pós Ciências Sociais vol. 6, nº11, 2009. Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/794 . Acesso em 23 março de 2019. MAIA, Paulo Cesar chagas; VASCONCELOS SOBRINHO, Mário; CONDURÚ, Marise Teles. **Microtesauro de gestão ambiental. B**elém: NUMA/UFPA, 2016. 52P. (Série Estudos do NUMA,15) ISBN: 9788588998544.

UNIDADE CURRICULAR 6º PERÍODO CURRICULAR	ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA GESTÃO PÚBLICA
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceitos básicos de projeto. A equipe do projeto. Escritório de Projetos (PMO). Critérios para seleção de projetos. Metodologias para o Gerenciamento de Projetos. Relação entre projeto, subprojeto, programa e plano; ciclo de vida do projeto; análise de atores envolvidos; participação na elaboração e gerenciamento; elaboração do plano; gestão integrada, monitoramento e avaliação do projeto.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Administração de projetos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. **PMI. Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos**. EUA: PMI, 2004. PFEIFFER, Peter. **Conceitos Básicos. In: Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005. **COMPLEMENTAR** ENAP- Escola Nacional de Administração Pública, **Análise e Melhoria de Processos,** ENAP, 2003. EPGE**. Súmula de Manual de Projetos da ONU**. Rio de Janeiro: FGV, 1970. ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Enap, 2001 COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. In: Revista do Serviço Público.** BROSE, Marcus (org). **Metodologia Participativa**: uma introdução a instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

UNIDADE CURRICULAR 6º PERÍODO CURRICULAR	CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conhecimento dos conceitos e funcionamento do sistema contábil aplicado ao setor público e dos procedimentos contábeis básicos conforme Lei nº 4.320/1964; A nova contabilidade aplicada ao setor público; O patrimônio público; Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP); e Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. BRASIL. **Lei Federal nº 4.320/1964**. Estatui normas gerais do direito financeiro para elaboração dos orçamentos de balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. _____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. _____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**: aplicados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, Partes I, II, III, IV e V. 2016. _____. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Resoluções CFC nº 1.134 a 1.137/08, 1.366/11, NBCTPS 01 a 10, NBCT 16.6 R1. Disponível em: http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/ CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual Completo de Contabilidade Pública**. 4ª. ed. São Paulo: Impetus, 2017. GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 17ª. ed. São Paullo: Atlas, 2017. KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 15ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016. LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alvez. **Contabilidade Pública**: Análise Financeira Governamental. São Paulo: Atlas, 2016. PALUDO, Augustinho. **Orçamento Público, AFO e LRF**: teoria e questões. 8ª. ed. São Paulo: Método, 2018.

	COMPLEMENTAR ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2016. CPC. **Pronunciamento técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual,** 2009. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento Público: planejamento, elaboração e controle. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MENDES, Sérgio. **Administração Financeira e Orçamentária: teoria e questões.** 6ª. ed. São Paulo: Método, 2016. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral.** 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

UNIDADE CURRICULAR 6º PERÍODO CURRICULAR	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Tecnologia da informação na gestão pública. Segurança e ambiente de controle de sistemas da informação. Tendências em TI e a gestão organizacional.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CRUZ, T**. Sistemas de Informações Gerenciais.** São Paulo: Atlas, 2007. CASSARO, Antonio Carlos. **Sistemas de informações para tomada de decisões**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 2001. STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial.** Rio de Janeiro: LTC, 2015. **(Livro Texto)** **COMPLEMENTAR** VICO MANÃS, Antonio. **Administração de sistemas de informação.** 5ª ed. São Paulo: Erica, 2004. FERRER, F.; SANTOS, P. **E-Government: o governo eletrônico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

UNIDADE CURRICULAR 6º PERÍODO CURRICULAR	POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	O papel do Estado na elaboração e execução de políticas territoriais no Brasil. O processo de execução de políticas territoriais na Amazônia. Experienciais políticas territoriais executadas na Amazônia.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. 11ª ed. São Paulo, Contexto, 2013. MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006. ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. **COMPLEMENTAR** BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMELKA, Marcel. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010. CASTRO, Edna. **Sociedade, território e conflitos: BR 163 em questão**. Belém, NAEA, 2008.

UNIDADE CURRICULAR 7º PERÍDO CURRICULAR	TCC I
CARGA HORÁRIA	60 horas
EMENTA	Instrumentos de trabalho para a pesquisa científica. A amostragem na pesquisa social. As técnicas de pesquisa no contexto de análise da Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação de dados. Pesquisa Científica: O Planejamento. Estruturação do Trabalho de Conclusão de Curso.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008 GIL, A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2001. YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001 **COMPLEMENTAR** OLIVEIRA, Maria Marly de. Como Fazer Pesquisa

	Qualitativa. 1ª Edição. Ed. Vozes, 2007. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica. 30ª Edição. Ed. Vozes, 2002. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª Edição. Ed. Cortez, 2007. STIDER, Roque. Diretrizes para Elaboração de Projetos de Pesquisa. 1ª Edição. Ed. Unoesc, 2009.

UNIDADE CURRICULAR 7º PERÍODO CURRICULAR	**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA GESTÃO PÚBLICA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Técnicas negociação e resolução de conflitos; mecanismos coletivos de tomada de decisões; conselhos e colegiados de governança e poder; dinâmicas de grupo; processos comunicativos; Linguagem e poder; pactuação de políticas.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** GARCEZ, José Maria Rossani. **Técnicas de Negociação - Resolução alternativa de conflitos: ADRS, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002. SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; NETO, Adolfo Braga. **O que é mediação de conflitos.** São Paulo: Brasiliense, 2007. Coleção Primeiros passos) p. 150. SCHNITMAN, D.F. **Novos paradigmas na resolução de conflitos. In**: Schnitman, D.F. & Littlejohn, S. (Org.). Novos paradigmas em mediação. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. **COMPLEMENTAR** BARBANTI, O, Conflitos Socioambientais: Teorias e Práticas http://www.unituebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf CASTRO, E. M. R. (Org.). **Sociedade, Território e Conflitos: a BR 163 em Questão**. Belém: NAEA/UFPA, 2008. LEIS, H. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-teórico de negociação ambiental no Brasil. **In: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas,** São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997. LITTLE, P. A **Etnografia dos Conflitos Socioambientais: bases metodológicas e empíricas**: Revista Horiz. antropol. vol.12 no.25 Porto Alegre Jan./June 2006. MOORE, Christopher W. **O Processo de Mediação:**

	Estratégias Práticas para a Resolução de Conflitos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UNIDADE CURRICULAR 7º PERÍODO CURRICULAR	POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Políticas de desenvolvimento regional. Planos e programas de A integração de desenvolvimento regional. Planejamento Regional e Relações Intergovernamentais. Desenvolvimento regional internacional – globalização. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia. Experiências contemporâneas: IIRSA, Arco Norte, etc.).
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução a economia regional. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 120 p. BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 168 p. ISBN: 9788576170426. COELHO, Maria Célia Nunes (et al). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional. Belém UFPA: Ed. CEJUP Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2001. xxvi, 307p. (Estado e gestão pública n. 2) ISBN: 8533804393. **COMPLEMENTAR** BANDEIRA, P. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para Discussão nº 630. Brasília: IPEA, fev.1999. BARCELAR, Tania.; de Araújo. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A contribuição da PNDR para a construção de um Brasil de todas as regiões. Revista Econômica do Nordeste, Banco do Nordeste Vol.30 n.2 abr - jun de 1999. BECKER, Bertha K. **Reflexões sobre políticas de integração nacional e desenvolvimento regional**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2000. 177 p. BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil**: **uma nova potência regional na economia-mundo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BOISIER, Sergio. **Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre A Caixa-Preta e o Projeto Político.** Revista Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13, jun/1996. Disponível em

	http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135. Acesso em 06 jun 2019. BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS INTEGRADOS. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: PNDR: sumário executivo. Brasília, D.F: Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2002. 28 p. CARVALHO, O. Desenvolvimento regional: um problema político [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 333p. Diversidades Regionais collection. ISBN 9788578792770. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. CASTRO, Edna de (Org). **Sociedade, território e conflitos**: **BR 163 em questão.** Belém: NAEA/UFPA, 2008. 297 p. CASTRO, Edna. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana.** Cad. CRH [online]. 2012, vol.25, n.64, pp.45-62. ISSN 0103-4979. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004 COSTA, F. A. **O Planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade.** Amazônia - Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 1, n. 1, p. 181-196, 2005. DINIZ, C. C. **A Questão Regional e as políticas governamentais no Brasil**. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte. 2001. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20159.pdf Acesso em 04 jul 2019. DINIZ, Clélio Campolina**. Celso Furtado e o desenvolvimento regional.** Nova econ. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512009000200001. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p. MACIEL, F. B.; SCHWEICKARDT, J. C.; MACIEL, J. B.; COSTA, C. N. P. **Política de Desenvolvimento, ambiente e saúde na Amazônia:** uma análise da região do Tapajós. Rev. Bras. Estud. Urb anos Reg., São Paulo, V.21, N.1, p.155-172, jan - abr. 2019. MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006. NETO, Aristides Monteiro; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio. (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em

	http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimentoregional.pdf.

UNIDADE CURRICULAR 7º PERÍODO CURRICULAR	GESTÃO DE PESSOAS
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Gestão Estratégica de Pessoas. Os Subsistemas de Gestão de Pessoas: Agregar, Aplicar, Recompensar, Desenvolver, Manter e Monitorar. Tópicos Contemporâneos em GP: Coaching.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. **Gestão de pessoas no setor público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 184 p. ISBN: 9788579881046. SNELL, Scott; BOHLANDER, George. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xxi, 570p. ISBN: 9788522106820. **COMPLEMENTAR** ARAÚJO, L.C.G.; GARCIA, A.A. **Gestão de Pessoas**: Estratégias e Integração Organizacional. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009 BARBIERI, U.F. **Gestão de pessoas nas organizações**: conceitos básicos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2016. DAVEL, E; VERGARA, **S. Gestão com pessoas e subjetividade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

UNIDADE CURRICULAR 7º PERÍODO CURRICULAR	EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA CRIATIVA
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Introdução ao Empreendedorismo. As múltiplas faces do empreendedorismo. Metodologias Empreendedoras. A economia criativa e seus modelos econômicos.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** MADEIRA, Mariana Gonçalves. Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira. Brasília, DF: FUNAG, 2014. 321 p. (Curso de Altos Estudos, 695) ISBN: 9788576315094. POLLEGATTI, Marco. Empreendedorismo consciente na

	Amazônia. 1.ed - São Paulo: BASA, 2007. TSUFA, Evandro. Empreendedorismo governamental. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009. 110 p. ISBN: 9788579880902. **COMPLEMENTAR** BERNARDI, L. A. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003. DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando Idéias em Negócios**. 2ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005. DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa.** São Paulo: Cultura Editores Associado, 1999. DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura Editores Associado, 1999. ECONOMIA CRIATIVA. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://migre.me/bybgG>. Acesso em: 30 out. 2012. FONSECA, A. C. et al. **Economia criativa** : um conjunto de visões. São Paulo: Fundação Telefônica, 2012. 170p REIS, A. C. F. (org). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**TCC II**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Orientação Metodológica e de conteúdo temático no formato padrão de monografia fundamentada em critérios científicos resultante de pesquisa realizada sob a orientação de um professor orientador. O regulamento completo encontra-se no Anexo II do PPC
BIBLIOGRAFIA	Este componente curricular não possui bibliografia específica por tratar-se de Atividade Curricular
UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA AMBIENTE-SAÚDE**
CARGA HORÁRIA	**30 h**
EMENTA	Fundamentos da relação ambiente-saúde. Ecologia política do risco. Risco ambiental para a saúde humana. Determinantes sociais da saúde. Alimentos e agriculturas. Saúde e doenças. Ambiente-Saúde e desenvolvimento e sustentabilidade. Indicadores de saúde. Uso do agrotóxico e saúde. Poluição industrial. Problemas amazônicos, trans-fronteiriços e globais.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA:** FREITAS, CM; PORTO, MF. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. RJ: Ed. Fiocruz, 2006. GIATTI, Leandro (org.). **Fundamentos de Saúde Ambiental**. Manaus: Edua: Fapeam, 2009. p. 9-23. MINAYO, M. C. de S.; MIRANDA, A. C. de; (Org.) **Saúde e Ambiente sustentável: estreitando os nós**. Rio de JANEIRO; Editora Fiocruz, 2002. P.200-202. p. MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J.C.; MONKEN, M. (Org.) **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 143-157. PORTO, M. F. de S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e local na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, p. 270. **COMPLEMENTAR** ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva Dossiê – ABRASCO. (Cord. CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R, M.; AUGUSTO, L. G. S.; RIZZOLO, A.; FARIA, N. M. X.; ALEXANDRE, V. P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M. S. C.). **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Rio de Janeiro**. ABRASCO, 2012. Disponível em https://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf Acesso em 05 agos 2019. CARVALHO, A. I. de; BUSS, P. M. A **Saúde e seus Determinantes sociais**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007. CARVALHO, A. I. de; BUSS, P. M. Determinantes sociais na saúde, na doença e na internação. In. GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S. LOBATO, L. de V. C.; NORONHA, J. C. de; CARVALHO, A. I. de. (Org.) **Política e Sistema de Saúde no Brasil**. Ed. 2, ver. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. CASTIEL, Luis David; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues; FERREIRA, Marcos Santos. **Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 134. DOI: https://doi.org/10.7476/9788575413104 FILHO, Naomar de Almeida. **O que é Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. Luiz Augusto C. Gejacobo F. e Samuel Henao. **Determinantes Ambientais e Sociais da Saúde**, 2011.

	RIGOTTO, Raquel Maria. **Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: implicações da (des)localização industrial.** 2008. 426p. RIVERA, Francisco Javier Uribe. ARTMANN, Elizabeth. **Planejamento e Gestão em Saúde: conceitos, história e propostas.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014 (1ª edição: 2012). 162p. SILVA, Ligia Maria Vieira da. **Avaliação de Políticas e Programas de Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018 (1ª edição: 2014). SILVEIRA, C.B.; FERNANDES, T. N.; PELLEGRINI,B. **Cidades Saudáveis?: alguns olhares sobre o tema.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. p. 31-64. TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. C. de. Saúde e Ambiente. In. GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S. LOBATO, L. de V. C.; NORONHA, J. C. de; CARVALHO, A. I. de. **(Org.) Política e Sistema de Saúde no Brasil.** Ed. 2, ver. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.
UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA CONTABILIDADE DE CUSTOS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Origem histórica e conceituação da contabilidade de custos; termos utilizados em contabilidade de custos; controle, custo e contabilização de matéria-prima; controle, custo e contabilização de mão-de-obra direta; rateio e contabilização dos custos indiretos de fabricação; formação do preço de venda com base no custeio por absorção.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CREPALDI, Silvio aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade de Custos. 6ª. ed. São Paulo: 2017 MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. PADOVEZE, Clovis Luis. Contabilidade de Custos: Teoria, Prática, Integração com Sistemas de Informações. 3. Ed. São Paulo: Cengage CTP, 2013. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos. 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. **COMPLEMENTAR** FERRREIRA, Ricardo J. **Contabilidade de Custos**. 10. Ed. São Paulo: Ferreira, 2016. MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos: Fácil**. 6.

	Ed. São Paulo: Saraiva, 2005. SANTOS, Joel José. **Manual de Contabilidade e Análise de Custos**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da Contabilidade Geral.** 4. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA CRÍTICAS E ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A narrativa subjacente ao discurso hegemônico de desenvolvimento. Crítica às adjetivações do desenvolvimento: Regional, Social, de Comunidade, Integrado, Endógeno, Sustentável, Humano, Local, Territorial, e Desenvolvimento como Liberdade. Decrescimento, Pós-desenvolvimento e Transições. Bem Viver. Gestão dos Bens Comuns.
BIBLIOGRAFIA	CAIDEN, G., CARAVANTES, G. **Reconsideração do termo desenvolvimento**. Revista de Administração Pública. Rio de janeiro. 16(1):4-16, jan.-mar., 1982. SILVA, Giselle Alves. **Pós-Desenvolvimento:** uma análise crítica das experiências alternativas conduzidas pela ação comunitária em localidades situadas na Amazônia. 2016. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, PROPAD, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. ESTEVA, G.**Más allá del desarrollo**: la buena vida. Revista América Latina en Movimiento, No. 445, Junio, 2009. ESCOBAR, A. (2015**) Decrecimiento, post-desarrollo y transiciones:** uma conversación preliminar. INTERdisciplina. v. 3, n. 7, p. 217-244. ACOSTA, A. **O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro.** Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2012.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DETERMINANTES AMBIENTAIS E SOCIAIS DA SAÚDE NA AMAZÔNIA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O olhar histórico da sociologia da saúde com vistas à análise dos processos de saúde e adoecimento das populações tradicionais da Amazônia, seus determinantes ambientais e sociais e as politicas para o enfrentamento das iniquidades em saúde, no contexto das transformações econômicas, ambientais, sociais

	e demográficas nacionais.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. **A saúde e seus determinantes sociais.** Physis [online]. 2007, vol.17, n.1, pp. 77-93. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf. COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. As Causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. GALVÃO, L. A. C.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. (org) **Determinantes ambientais e sociais da saúde.** 1ª edição. Washington/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 601p. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia e saúde.** 7. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. **COMPLEMENTAR** RODRIGUES, A. S. L. et al. **Boom-and-bust development patterns across the amazon deforestation frontier.** Science, New York, v. 12, p. 1435-1437, 2009. SILVA, LMV, Almeida Filho, N. **Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos.** Cadernos Saúde Pública. 2009; 25, Sup. 2:s217-s226. BARATA, RB. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DIREITO AGRÁRIO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	História da Propriedade Territorial Rural no Brasil. Reforma Agrária e Política Agrária. Terras Públicas e Terras Particulares. Posse e Propriedade Rural. Os Institutos do Direito Agrário na Constituição Brasileira de 1988. Incidência do Direito ambiental no Imóvel Rural
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** MATTOS NETO, Antonio José de. **A Posse Agrária e suas Implicações Jurídicas no Brasil.** Belém, CEJUP, 1998. ----------. Et alli. O Direito Agrário em Debate. Porto alegre, Livraria do Advogado, 1998. ----------. Et alli. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo, LTR, 2000. BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário e Legislação Complementar.** Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1996.

	COMPLEMENTAR BENATTI, José Heder, *Posse Agroecológica: um estudo das concepções jurídicas de camponeses agroextrativistas na Amazônia*. Belém : UFPA, Tese de Mestrado, 1996. BORGES, Paulo Tormin, *Institutos Básicos do Direito Agrário,* São Paulo: Saraiva, 1996. FALCÃO, Ismael Marinho, *Direito Agrário Brasileiro: Doutrina, jurisprudência, legislação e prática*, Bauru (SP): EdIPRO, 1995. FERREIRA, Pinto, *Curso de Direito Agrário*, São Paulo: Saraiva, 1998. GISCHKOW, Emílio Alberto Maya, *Princípios de Direito Agrário: desapropriação e reforma agrária*, São Paulo: Saraiva, 1988. LARANJEIRA, Raymundo (ORG), *Direito Agrário Brasileiro*, São Paulo: LTr, 2000. LUZ, Waldemar P. da. Curso de Direito Agrário. Porto Alegre: Sagra Luzzatto. 1996. SOUZA, João Bosco Medeiros. Direito Agrário – Lições Básicas. São Paulo: Saraiva

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DIREITO AMBIENTAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O Direito ao meio ambiente nas constituições brasileiras; Princípios do Direito Ambiental; O sistema e a política nacional de meio ambiente (PNMA e SISNAMA). A lei 6.938/1981; Direito Ambiental Internacional; Convenções internacionais: Estocolmo, Rio 92 e Rio+20, Convenção 169 da OIT; Tutelas jurídicas do meio ambiente. Âmbito administrativo e âmbito judicial. O papel do Ministério Público; Licenciamento Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental; Responsabilidade em matéria ambiental: civil, penal e administrativa; Infrações administrativas e crimes ambientais. Termos de compromisso e ajustamento de conduta – TAC. O Código Florestal; O Sistema Nacional de Unidades de Conservação; A Política Nacional de Recursos Hídricos; A Política Nacional de Resíduos Sólidos.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2017 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018. SILVA, José Afonso da**. Direito ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2013. **COMPLEMENTAR** MILARÉ, Édis; COSTA JÚNIOR, Paulo José da; COSTA, Fernando José da. **Direito penal ambiental**. 2. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2013. SILVA, Romeu Faria Thomé da. **Manual de direito ambiental**. Salvador, BA: Juspodivm, 2018.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**
CARGA HORÁRIA	**60h**
EMENTA	Invisibilidade de povos e comunidades tradicionais nas políticas públicas para a região amazônica entre as décadas de 1950 e 1970. Lutas por reconhecimento social e jurídico: entre o direito à igualdade e o direito à diferença. Conceitos e critérios utilizados para categorizar povos e comunidades tradicionais: auto-afirmação, territorialidade e sustentabilidade. Povos indígenas: colonialismo, assimilacionismo e novos direitos. Comunidades quilombolas: histórico da escravidão negra, sua abolição oficial e acúmulo de dívidas sociais; combate à discriminação, terras de quilombos e direitos culturais. Outras modalidades de terras tradicionalmente ocupadas: posse e uso coletivo da terra e dos recursos naturais. Ambientalismo e socioambientalismo. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Acesso a outros direitos fundamentais. Principais tratados e documentos internacionais.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005. SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007 (documentos de bolso; 1). SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos**

	povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá, 1998. **COMPLEMENTAR** ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias.** Manaus: UEA Edições, 2011. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009. _____. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. CASTRO, Edna e PINTON, Florence (orgs.). F**aces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997. DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 2000

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DIREITO EM SAÚDE**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Políticas públicas no Brasil e sua organização a partir da Constituição Federal de 1988.Fundamentação filosófica, jurídica, política e organizacional do SUS. Princípios do Sistema Único de Saúde. Papel do controle social. Dinâmica do conselho municipal e estadual de saúde. Ética, moral e cidadania. Noções de bioética
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** AGUIAR, Roberto. A. R. de. **Direito, poder e opressão.** São Paulo: Alfa Ômega,1990. REALE, M. Lições preliminares de direito. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. WOLKMER, A. C. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico.** São Paulo: Saraiva, 2009. **COMPLEMENTAR** BRASIL. Lei n.8.080 de 19 de setembro de 1990 e Lei 8082 de 1992. Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990. Seção1, p.18055 - 18059. _____. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; dez 31. _____. Decreto 7508 de 28 de junho de 2011.

	Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2011; jun 29. _____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. IHERING, R. V. A Luta Pelo Direito . Trad. J. Cretella Jr. E Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. KAUFMANN, A. **Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DIREITO TRIBUTÁRIO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	O Direito Tributário e o Sistema Constitucional Tributário; O federalismo fiscal na Constituição de 1988; Fontes de Direito Tributário; Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar: princípios e imunidades; Conceito de tributo, Incidência tributária e Norma Jurídica Tributária (Hipótese de Incidência Tributária); Classificação Jurídica dos Tributos: principais teorias; Normas Gerais em Matéria Tributária (Lei Complementar em Matéria Tributária, Sujeito Ativo, Sujeito Passivo, Responsabilidade Tributária); Obrigação Tributária (Fato Gerador) e Crédito Tributário (Constituição e Lançamento): principais teorias; Tributos Federais; Tributos Estaduais; Tributos Municipais; O código tributário municipal de Santarém-PA.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária.** São Paulo: Malheiros, 2011. CARRAZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Malheiros,2017. CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. **COMPLEMENTAR** COÊLHO, Sacha Calmon Navarro**. Curso de direito tributário brasileiro.** Rio de Janeiro: Forense, 2018. TORRES, Ricardo Lobo**. Curso de direito financeiro e tributário.** 19.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA DIREITOS INDÍGENAS
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	Etnicidade e diversidade cultural. Histórico da proteção aos indígenas no Brasil. O debate sobre o reconhecimento o multiculturalismo e o reconhecimento da diversidade cultural. As normativas internacionais sobre direitos indígenas. Proteção indígena no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Direitos indígenas sobre o território, participação política, saúde, educação e proteção cultural. Questões em debate sobre a questão indígena (mineração, gênero, consulta prévia e pluralismo jurídico).
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009. _____. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Juliana Santilli (Org.) Os direitos indígenas e a Constituição. Porto Alegre: NDI/Sérgio Antonio Fabris, 1993, p. 225-240. SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007 (documentos de bolso; 1). SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O renascer dos povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá, 1998. YRIGOYEN FAJARDO, Raquel Z. (Ed.). Pueblos indígenas: constituciones y reformas en América Latina. Lima: IIDS, 2010.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA ECONOMIA REGIONAL
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	Teoria dos sistemas econômicos e produtivos; estrutura produtiva regional; polos de crescimento; eixos, escalas e contratos de desenvolvimento; arranjos produtivos locais; desenvolvimento local e territorial; políticas públicas; desenvolvimento regional e globalização; desigualdades regionais na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional.** In: BECKER, Dinizar F; WITTMANN, Milton Luiz. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. DINIZ, C. C. (2002). Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. Castro, A. C.(ed.). BNDES - Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: Mauad. **COMPLEMENTAR** ANDRADE, M. C. Nordeste: Polos de Crescimento: São Paulo. Brasiliense. DINIZ, C.C. E CROCCO, M.A.(orgs.); **Economia Regional e Urbana: desenvolvimentos teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. FOXLEY, A.; McPHERSON, M. & O'DONNELL (org). **Desenvolvimento e Política (o pensamento de Albert O. HIRSCHMAN),** Ed. Biblioteca VERTICE, São Paulo. JARA, Carlos. **Planejamento do Desenvolvimento Municipal com participação de diferentes atores sociais.** Cadernos Debates 11. Fundação Konrad Adenauer, 1996. SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI.** Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n.2, p.47-62,1994.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA ECONOMIA RURAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A Agricultura brasileira: estado e agricultura, políticas governamentais. Políticas públicas da agroindústria. Modernização e industrialização da agricultura. Estado e agricultura no Brasil. Do “complexo rural” aos complexos agroindustriais. Delimitação setorial, aspectos teórico-metodológicos e suas implicações sobre o meio rural nacional. Expansão da fronteira agrícola Amazônica
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: Silva, J. G:, STOLCKE, V. (orgs.) **A questão agrária.** São Paulo. Brasiliense. ELIAS, D. **Agronegócio e desigualdades socioespaciais.** Elias, D.,Pequeno, R.(ed.). Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.

	1a. ed. Fortaleza: BNB. MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec: EDUC. **COMPLEMENTAR** SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar. HAGUENAUER, L. *et al*. Os complexos industriais na economia brasileira. (Texto para Discussão). Rio de Janeiro: IEI / UFRJ. 62:1-72 p. LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural. Perspectiva Econômica (**Série Cooperativismo). São Leopoldo. BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC. TONNEAU, J. P. & TEIXEIRA, O. A. **Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural.** Raízes, Vol. 21, nº 2, Campina Grande, jul-dez. 2002

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A problemática racial subjacente à reflexão teórico-metodológica sobre os afrodescendentes. Os debates nos estudos afro-brasileiros. Introdução à geografia e história do continente africano, examinando a diversidade de formas de organização social, política, econômica e cultural, no período anterior à penetração europeia. A instituição da escravidão no contexto do Atlântico Negro. Os sistemas de dominação colonial e as políticas identitárias na contemporaneidade africana pós-colonial.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** UNESCO, **História Geral da África.** Vol. IV. A África do século XII ao século XVI. Coordenador D. T. Niane. São Paulo, Ática, 1988. (Disponível on line) RAMOS, Arthur. A**s culturas negras no novo mundo.** Civilização brasileira, s/a., 1937. BÂ, AMADOU Hampate. A tradição viva. História geral da África, v. 1, p. 181-218, 1982. **COMPLEMENTAR** BELLUCCI, Beluce (Coord.). **Introdução à História da África e da Cultura Afro-brasileira.** Rio de Janeiro: UCAM / CCBB, 2003.

	M´BOKOLO. **África Negra. História e Civilizações,** Tomo I: Salvador, São Paulo: EDUFBA, Casa das Áfricas, 2009. (Disponível Online) M´BOKOLO., África Negra. História e Civilizações, Tomo II: Salvador, São Paulo: EDUFBA, Casa das Áfricas, 2010. (Disponível Online) BELTRAN, Luis. **O Islã, a cultura e a língua árabes na África negra?** Afro-Ásia n. 8-9,1969. (Disponível Online) VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII ao XIX.** São Paulo, Corrupio, 1987

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Paradigmas de análise organizacional; Teorias econômicas das organizações; Teoria Institucional e Neo-Institucional; Capital Social; Perspectivas Críticas em contexto brasileiro; Perspectivas pós-modernas.
BIBLIOGRAFIA	Burell, G. And Morgan, G. (1979) Sociological Paradigms and Organization Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life. Burlington: Ashgate CLEGG, S., HARDY, C. & NORD, W. (1997). Handbook de Estudos Organizacionais – volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Atlas. PAULA, A. P. P. de, Maranhão, C. M. S. D. A., Barreto, R. D. O., & Klechen, C. F. (2010). A tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. Revista de Administração de Empresas, 50, 10–23. VIEIRA, Marcelo; CALDAS, Miguel. **Teoria Crítica e Pós-Modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista.** RAE, v.46, n.1, 2006.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA FUNÇÕES GESTORAS DO SUS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Compreensão sobre a gestão tripartite e participativa do SUS, nos aspectos de quem são os atores envolvidos nessa gestão e quais as responsabilidades destes em quatro grandes grupos de funções: formulação de políticas/planejamento; financiamento; coordenação, regulação, controle e avaliação (do sistema/ redes e dos prestadores públicos ou privados); e prestação direta de serviços de saúde

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** MENDES JÚNIOR, Walter Vieira (org.). **Caderno de funções gestoras e seus instrumentos.**/ Rio de Janeiro, RJ: EAD/ENSP-FIOCRUZ, 2009. 80 p. CEPESC. Manual do(a) Gestor(a) Municipal do SUS: "Diálogos no Cotidiano". CONASEMS, COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ – Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, 2016. 324p. Disponível em: http://www.conasems.org.br/wpcontent/uploads/2017/01/manual_do_gestor_AF01_tela-1.pdf ARTMANN. **O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL NO NÍVEL LOCAL: um instrumento a favor da visão multissetorial**. 2008. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2153.pdf CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. CARVALHO, Yara Maria de. MINAYO, Maria Cecilia de Souza. DRUMOND JUNIOR, Marcos. AKERMAN, Marco. **Tratado de Saúde coletiva.** 2ª edição, 2012. MACHADO, CV. LIMA, LD. BAPTISTA, TW. **Princípios organizativos e instâncias de gestão do SUS**. In: GONDIM, R. GRABOIS, V. Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, 2011. P. 47-74. **COMPLEMENTAR** GIOVANELLA, Ligia. ESCOREL, Sarah. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. NORONHA, José Carvalho. CARVALHO, Antonio Ivo. **Políticas de Saúde no Brasil.** Editora Fiocruz, 2012. MACHADO, Cristiani Vieira. BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. LIMA, Luciana Dias. Políticas de Saúde no Brasil. Editora Fiocruz, 2012. FAVERET, A.C.S.C. BENEVIDES, R.P.S. **Gestão orçamentária e financeira do SUS.** In: GONDIM, R. GRABOIS, V. Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, 2011. P. 381-398.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Introdução à Gestão da Qualidade. Ferramentas de qualidade. Interpretar normas de garantia da qualidade. Auditoria. Certificados de Qualidade.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CARVALHO, M. M.; PALADINI, E. P. (Org.). **Gestão da Qualidade: Teoria e Casos**; 2. ed. São Paulo: Campus, 2012. JURAN, J. M.; GRYNA, Frank M.. Controle da qualidade. São Paulo: Makron, 1991-1993. 9 v. SLACK, N. et al. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2002. PALADINI, Edson P.. **Gestão da qualidade: teoria e prática** . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. **COMPLEMENTAR** SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção** 3a Edição; São Paulo: Atlas, 2009. CORRÊA, Henrique Luiz. **Teoria Geral da Administração: Abordagem Histórica da Gestão de Produção e Operações**; São Paulo: Atlas, 2003. FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de Serviços: Operações, Estratégia e Tecnologia de informação** 2a Edição; Porto Alegre: Bookman, 2000.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceituação e Importância da Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Desempenho, Enfoque e Tendências da Administração de Materiais; Aquisição de Recursos Materiais e Patrimoniais; Gestão de Logística e Gerenciamento de Estoque nas Organizações Públicas.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011. *(Livro Texto)* POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais:** uma abordagem logística. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. **COMPLEMENTAR** CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Administração de Materiais**. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 2009. GONÇALVES, P.S., **Administração de Materiais:** obtendo vantagens competitivas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

	VIANA, João José. **Administração de Materiais:** um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA LIBRAS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Decreto nº 5626/05. Noções básicas de comunicação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. _____. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (LIBRAS). Brasília, 2005. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol.1. **COMPLEMENTAR** HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 2. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. Vol. 3 LOPES, Maura Corcini. Surdez e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. CARVALHO, RositaEdler. Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Concepções de Planejamento e Avaliação nos diferentes enfoques. Conceitos e Contextualização histórica do Planejamento e da Avaliação do Sistema educacional. O Papel do Estado na Organização da Educação: Elaboração, execução, controle e avaliação dos planos Educacionais. O Planejamento escolar e a ação educativa brasileira: suas faces, acompanhamento, avaliação e reformulação. Propostas Institucionais em processo de implantação e implantadas pelas instituições federativas
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** AMORIM, Ana Adelaide Moutinho de; GOMES, Cybele Silva. Didática Para o Ensino Superior: uma proposta em sintonia com a perspectiva de educação para a totalidade. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho,1999. DALMÁS, Angelo. Planejamento Participativo na Escola. Rio de Janeiro: editora Vozes,2014. GALVAO, Juarez B. Escola Una e Múltipla. Santarém: Thiagão editora,1999. GANDIN, DANILO. A Prática do Planejamento Participativo. Rio de Janeiro: editora Vozes,1994. GANDIN, DANILO. Planejamento Como Prática Educativa. São Paulo: edições Loyola,2011. GANDIN, DANILO; CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. Planejamento na sala de aula. Rio de Janeiro: editora Vozes,2012. KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta C; GARCIA, Walter. Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez,1993. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. VEducação Escolar: Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. **COMPLEMENTAR** MENDES, Durmeval Trigueiro. O Planejamento Educacional no Brasil. Rio de Janeiro: Eduerj,2000 MENEGOLLA, Maximiliano; SANT`ANNA, Ilza Martins. Por que Planejar? Como Planejar? Currículo, área e aula. Rio

	de Janeiro: editora Vozes,2012. MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Rio de Janeiro: editora Vozes,2013. SANT`ANNA, Flávia Maria; ENRICONE, Délcia; ANDRÉ, Lenir Cancella; TURRA, Clódia Maria Godoy. Planejamento de Ensino e Avaliação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto,1998. SAVIANI, Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas,SP: Autores associados,2014. VASCONCELOS. Celso dos S. Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad,1995. VIANA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento Participativo na Escola. São Paulo:E.P.U,1996.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Abrange os estudos das interfaces entre política e legislação do setor educacional. Estudo da organização da educação brasileira. Relações entre lei e política educacional de nível federal, estadual e municipal. A educação na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) e no Plano nacional de educação 2014-2024.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como política pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo). LIBANEO, C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. E**ducação escolar: políticas, estrutura e organização.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009. SAVIANI, D. **A nova lei da educação, trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997. **COMPLEMENTAR** BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional. 8 ed. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. Série legislação; n. 102. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e funcionamento do ensino.** São Paulo: Avercamo, 2004.

	BRZEZINSKI, I. (Org). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. BRZEZINSKI, I. (Org) **LDB 1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos.** São Paulo: Cortez, 2014. COLARES, M. L. I. S. **As Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Santarém (1989-2002).** Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp, Campinas, 2005. HOFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. In: **Cadernos Cedes,** ano XXI, no 55, novembro/2001 LIBANEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. NEY, A. Politica educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak editora, 2008. OLIVEIRA, R. P. de (org). P**olítica educacional: impasses e alternativa.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998. SANTOS, C. R. dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação.** São Paulo: Pioneira, 1999. SANTOS, P. S. M. B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos.** São Paulo: Cangage Learning, 2012. SAVIANI, D. **Plano nacional de educação PNE 2014-2024.** Campinas, São Paulo; Autores Associados, 2014. SCHEIBE, L. **Educação Básica no Brasil: expansão e qualidade.** In: Revista retratos da escola. Brasília, v. 8, n. 14, p.101-113, jan/jun, 2014. Disponível em: http//www.esforce.org.br.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DIREITOS HUMANOS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Políticas de ação afirmativa como estratégias de fazer valer os Direitos Humanos de diferentes indivíduos e grupos sociais.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** COMPARATO, Fábio Konder. **Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 7ª Ed. 2011. LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos. Um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arandt.** São Paulo: Cia das Letras, 1ª ed. 7ª Reimp. 2009. PIOVESAN, Flavia. **Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. In: SANTOS, Sales Augusto do (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas

	Américas. Brasilia: SECADI/Ministerio da Educação: UNESCO, 2007, p. 35-45. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf **COMPLEMENTAR** BOBBIO, Norberto. Direitos do homem. In: _____ Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 475-508. BARROZO, Paulo Daflon. A ideia de igualdade e as ações afirmativas. Lua nova, São Paulo, n. 63, p. 103-141, 2004. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a05n63.pdf FERES, João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). **Ação Afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. Disponível: https://app.fearp.usp.br/documentos/arquivos/imprensa/livro_acaoafirmativa_universid/livro_acaoafirmativa_universid.pdf NOVAES, R.R. & KANT DE LIMA, R. **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: EdUFF, 2001. (Disponível on line) LUCIANO, Gersem José dos Santos. O**s indígenas antropólogos: desafios e perspectivas.** Novos debates, Brasília, Vol.2, n.1, janeiro 2015, p. 233-432. Disponível: http://novosdebates.abant.org.br/images/pdf/v2n1.pdf

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, MODELOS DE ASSISTÊNCIA E GESTÃO DA SAÚDE
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Estudo da história da política de saúde no Brasil; institucionalização das práticas; história da organização do sistema de saúde no Brasil; reforma sanitária; comparação de sistemas de saúde; políticas e programas de saúde; organização do subsetor de saúde suplementar e suas estruturas de regulação. Estudo das concepções de saúde e modelos de determinação do processo-saúde-doença-cuidado
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** CAMPOS, G. W. De S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva.** Hucitec, 2007. DEMO, Pedro. Política Social, educação e cidadania. Papirus, 1995. MARCOVITCH, Jacques. A **gestão da Amazônia ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: USP, 1ªed.,

	2011. **COMPLEMENTAR** ANDRADE, L. O. M.; BARRETO I. C. H. C. **SUS Passo A Passo: História, Regulamentação, Financiamento, Políticas Nacionais.** Rio de Janeiro: HUCITEC, 2007 BRASIL. Lei 8080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; set 20. Disponível on line em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.html _____. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; dez 31. Disponível on line em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142_281290 htm CASTRO, Antonio Barros de. **7 [sete] ensaios sobre a economia brasileira.** Rio de Janeiro: Forense -Universitária, 1975–77. OLIVEIRA, José Arimatés. **Gestão de pessoas no setor público seleção e admissão.** Florianópolis: UFSC, 2011.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Recortes teóricos do conceito de diversidade. Dilemas da diversidade: deficiência, raça, gênero, diversidade sexual e geração, Inclusão da perspectiva da diversidade nas políticas públicas de educação no Brasil, Educação do campo, Educação para a diversidade como direito humano, Políticas públicas e ações afirmativas no Brasil.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ARROYO, M. G (org). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ, 2011. COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. Editora Saraiva. São Paulo, 2011. MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problemática do legado africano no quotidiano brasileiro**. Editora Nandyala. Belo Horizonte/MG, 2010. **COMPLEMENTAR**

	ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 9, nº 2, p. 575-585, 2001. MAGALHÃES, A. C. M; SILVA, M. J. A. da. Políticas Públicas em Educação, Ações Afirmativas e Mudanças Sociais: Lutas por Equidade e Cidadania. **In** Revista FIPED, 2013. Disponível em http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TrabalhoComunicacao_oral_idinscrito_97_bbbb4d76c7fc4386502eeabb4a4502c1.pdf Acesso em 14 jun de 2019. MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no Governo Lula. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 137, p.461-87, mai./ago. 2009. NAÇÕES UNIDAS **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_27812.htm Acesso em 14 jun de 2019. NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação. Contra as Mulheres**. 1979. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10233.htm Acesso em 14 jun de 2019. NAÇÕES UNIDAS. Resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/27/L.27/Rev.1 Acesso em 14 jun de 2019. SOUSA, Andreia Lisboa de. Políticas Educacionais de Combate ao Racismo no Ministério da Educação Brasileiro. **In**. MACÊDO, Maurides; CABREIRA, Olga; SANTOS, Jocileya Santana; CARRIJO MELO, Orlinda M. F. (Orgs.)**. Instituições Educativas: histórias (re) construídas.** Goiânia: Editora da PUC-Goiás. 2010. p 31-50.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Os diferentes processos sociais que possibilitaram a constituição dos povos e comui-dades tradicionais. Princípios que orientam as relações que povos e comunidades tradicionais mantém entre si, com o território, com a natureza e com a sociedade envolvente.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres",**

	"Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus, PPGSA-UFAM, 2008. DIEGUES, A. C. O **mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: EDUSP, 1994. HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. **COMPLEMENTAR** ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. "**Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas"**, RBCS. 55 (19): 33-53, 2004. Disponível on line . BARRETO FILHO, Henyo. **Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de uma Noção.** In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de & BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e Identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro, Contra Capa/Laced/CNPq/ FAPERJ/IIEB, 2005. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia**. In: Quilombos e as novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011, p. 15-33. ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Direitos à Floresta e suas Lutas: Seringueiros e suas Lutas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, n55, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA POVOS INDÍGENAS E ESTADO NACIONAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Povos indígenas, colonialidade e transformações. Políticas de homogeneização e diversidade étnico-cultural. Estado e delimitação de Terras Indígenas no Brasil. Projetos de desenvolvimento e as alternativas indígenas. Indígenas em movimento, lutas sociais e resistências.

BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ARAUJO, Ana Valéria e outros. **Povos indígenas e a lei dos "brancos": o direito à diferença**. Brasília: MEC/SECAD, LACED/Museu Nacional-UFRJ, 2006. http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/ColET14_Vias03WEB.pdf GARFIELD, Seth. A**s raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado- Nação na era Vargas.** Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 20, n. 39, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2980.pdf RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. **COMPLEMENTAR** GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008, p. 115-147. Disponível: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=982 LIMA, Antonio Carlos Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Org.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a identificação de Terras Indígenas no Brasil, 1977-202.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. BENGOA, José. ¿**Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina?**. Cuad. antropol. soc., Buenos Aires, n. 29, p. 07-22, jul. 2009. Disponível: http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n29/n29a01.pdf LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível: http://laced.etc.br/site/Trilhas/livros/arquivos/ColET12_Vias01WEB.pdf QUIJANO, Anibal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia.** Revista Novos Rumos, No. 37, Ano 17, 2002. Disponível: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA REGIONALIZAÇÃO E REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	O processo de descentralização e regionalização no Brasil, enfatizando a atual concepção sistêmica das redes de atenção à saúde, em suas diferentes dimensões, com destaque à articulação e integração entre gestão, serviços de saúde e atores coresponsáveis pelo modelo de atenção à saúde universal.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. – Brasília: 76 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) . BRASIL, Ministério da Saúde, 2010. Portaria nº 4279, de 30 de Dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). BRASIL, Presidência da República, 2011. Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. KUSCHNIR, Rosana; CHORNY, Adolfo Horácio. R**edes de atenção à saúde: contextualizando o debate**. Ciênc. & saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.15, n.5, p.2307- 2316, Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttextπd=S141 3- 81232010000500006&lng=en&nrm=iso>. MENDES, Eugênio Vilaça **As redes de atenção à saúde**. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. **COMPLEMENTAR** BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p. KUSCHNIR, Rosana. FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues. **Gestão de Redes de Atenção à Saúde**. Rio de Janeiro, EAD/Ensp, 2014. LIMA, Luciana Dias de et al. D**escentralização e regionalização: dinâmica e condicionantes da implantação do Pacto pela Saúde no Brasil.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 7, p. 1903-1914, Jul 2012.

	Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextπd=S1413- 81232012000700030&lng=en&nrm=iso>. Revista Ciênc. saúde coletiva, vol.22 n.4, Rio de Janeiro, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetocπd=1413-812320170024&lng=pt&nrm=iso<b

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Desigualdade e relações étnico-raciais no Brasil e na América Latina. Raça, etnia e mestiçagem. Identidade nacional e identidades étnico-raciais. Culturas afro-brasileiras, religiões de matriz africana e resistência negra. Discriminação e racismo. Políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e justiça social.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** SANSONE, Lívio. Negritude sem etnidicade: O Local e o Global nas Relações Raciais e na Produção Cultural Negra do Brasil. Salvador, Rio de Janeiro, Edfba e Pallas, 2007. BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4º Ed. Global, São Paulo. 2004. SCHWARCZ, Lilian Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. **COMPLEMENTAR** GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, No. 43, Novembro de 1995, p. 26-44. Disponível: http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/77/20080626_racismo_e_anti_racismo.pdf COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários – etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1), p. 143-158, maio de 2001. PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. Pesqui. Prát. Psicossociais, vol.9, no.2. São João del Rei, p. 257-266, dez. 2014.

	FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas . Salvador: EdUFBA, 2008. Disponível: https://www.dropbox.com/s/kheypri7ngw42mo/pele%20negra%2C%20m%C3%A1scaras%20brancas.pdf?dl=0

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA SOCIEDADES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Panorama etnográfico dos povos indígenas na Amazônia, mostrando as suas cosmologias, sociodiversidade e redes de relações em diversos contextos
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte amazônico**. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2002. GALLOIS, Dominique (Org.). R**edes de relações nas Guianas.** São Paulo: Editora Humanitas FAPESP, 2005. LIMA, Tania Stolze. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva.** São Paulo: UNESP-ISA-NuTI, 2005. **COMPLEMENTAR** BARCELOS NETO, Aristóteles. **Apapaatai. Rituais de máscaras no Alto Xingu**. São Paulo: EDUSP, 2008 CALAVIA, Oscar. **O nome e o tempo dos Yaminawa. Etnologia e história dos Yaminawa do rio Acre**. São Paulo: UNESP-ISA-NuTI, 2006. COELHO DE SOUZA, Marcela. **O traço e o círculo o conceito de parentesco entre os jê e seus antropólogos.** Tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2002. FAUSTO, Carlos. Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001 VILAÇA, Aparecida. **Comendo Como Gente. Formas do Canibalismo Wari' (Pakaa Nova)**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2017 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Amazônia: Etnologia e História indígena**. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1993.

UNIDADE CURRICULAR	OPTATIVA

8º PERÍODO CURRICULAR	SOCIEDADE, ESTADO, TRABALHO E EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	A disciplina propõe uma reflexão sobre os processos educacionais formais e sua relação com a sociedade a partir de suas conexões históricas com a formação e reprodução do Estado e do papel da escola na formação da força de trabalho histórica e economicamente determinada.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1986. SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1988. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1987. ENGUITA, Mariano. **Do Lar a Fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas**. In: ENGUITA, Mariano, A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. RODRIGUES, Rubens L. Processo Civilizatório, espaço público e educação Escolar: contradições no contexto do capitalismo contemporâneo. In: **Revista Libertas**. Juiz de Fora-MG: 2006, v.6, n.1. **COMPLEMENTAR** LOMBARDI, José Claudinei. **Modo de Produção e Educação: notas preliminares**. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate. Londrina: 2009. v.1, n.1, p.43-53. CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura, relações e mediações.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990 CUNHA, Luiz Antônio. U**ma Leitura da Teoria da Escola Capitalista.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE
CARGA HORÁRIA	60 h
EMENTA	História das Políticas Públicas de Saúde. Políticas Sociais e determinantes sociais em saúde. A configuração do Sistema Único de Saúde (SUS): Participação social; Conselho de Saúde; Pacto pela Saúde. Saúde e Ambiente. Políticas

	nacional de saúde integral das populações do campo, floresta e águas. Desafios atuais do trabalho no setor da saúde.
BIBLIOGRAFIA	**Básica** GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S. LOBATO, L. de V. C.; NORONHA, J. C. de; CARVALHO, A. I. de. (Org.) **Política e Sistema de Saúde no Brasil**. Ed. 2, ver. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. (Capítulos: 1; 3-6; 10-12; 25-28; 32;35). PAIM, J. S. **O que é SUS.** (Coleção Temas em Saúde). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009. p.148. **Complementar** BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/20 11/Decreto/D7508.htm>. Acesso em: maio de 2020. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:<https://www.planalto. gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: dez. 2016. BRASIL. **Lei nº 8080**, **de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990. BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto n° 7.508 de 2011**. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 29 de jun. 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>. Acesso em: maio de 2020.

	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas.** Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização Coordenação de Integração Programática. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em<https://conselho.saude.gov.br/webpacto/volumes/03.pdf>. Acesso em maio de 2020. BRASIL. **Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010.** Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html> Acesso em: maio de 2020. FLEURY S, DUVERNEY AM. **Gestão de redes: a estratégia da regionalização na política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007 FLEURY S, OUVERNEY A. **O sistema único de saúde brasileiro: Desafios da gestão em rede**. Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão [online]. 2012, vol.11, n.2-3, pp. 74-83. MCLNTYRE, D; MOONEY, G. **Aspectos Econômicos da Equidade em Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. 348p.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA	**45 h**
EMENTA	Políticas Públicas. Políticas Educacionais. Plano Nacional da Educação. Politicas de Ensino Fundamental. Políticas de Ensino Médio. Políticas de Ensino de Jovens e Adultos. Políticas de Educação do Campo.

BIBLIOGRAFIA	**Básica** BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005 725. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. **Complementar** ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. In. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br GATTI, Bernardete A. formação de professores no Brasil: características e problemas. In. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida. In. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br PEREZ, José Roberto Rus. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? In. **Educ. Soc**., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS AGRÍCOLAS**
CARGA HORÁRIA	**45 h**
EMENTA	Políticas Públicas. Políticas Agrícolas. Política de Crédito Rural. Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Políticas

	agrícolas para a grande produção.
BIBLIOGRAFIA	**Básica** BARROS, G.S.C. Política Agrícola no Brasil: subsídios e investimentos. In GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. IPEA: Brasília, 2010, p. 237 a 258. MUELLER, C. C.. A política agrícola no Brasil – uma visão de longo prazo. **Revista de Política Agrícol**a, Brasília, v. 19, Edição Especial, p. 9-23, jul. 2010. ROMANO. Jorge Osvaldo. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009. **Complementar** COELHO, C. N. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n. 03, p. 3-58, jul-set. 2001. Edição especial. GASQUES, J.G. & CONCEIÇÃO. Financiamento da Agricultura – experiências e propostas In. GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. **Transformações da Agricultura e Políticas Públic**as. Brasília: IPEA, 2001, p. 95-155. GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P.;. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 34-41, 2011. LAMOUNIER, B. **Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão**. IPEA, Brasília, Estudos de Política Agrícola, janeiro de 1994, Estudos de Política Agrícola no 9. MUELLER, C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. Revista de **Política Agrícola, Brasília**, v. 14, n. 2, p. 18-36, abr./jun. 2005.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA TÓPICOS ESPECIAIS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERALISMO NA AMAZÔNIA**
CARGA HORÁRIA	**45 h**
EMENTA	Relações Internacionais e o Desenvolvimento da Amazônia. Papel da Amazônia no cenário global. Federalismo brasileiro. Estudos de Caso
BIBLIOGRAFIA	**Básica** AMIN, M. M. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**, In Revista Crítica de Ciências, no. 107, CES-UC, Coimbra-PT, 2015, disponível em https://journals.openedition.org/rccs/5993.

	NASCIMENTO, Durbens Martins (Org). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA / UFPA, 2008. 244 p. ISBN: 9788571430723. POMAR, Valter. **Brasil, crise internacional e projetos de sociedade**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. **Complementar** ACOSTA, **A. La maldición de la Abundância**. SWISSAID, Ediciones Abya-Yala, Quito, Equador, 2009 KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília : EMBRAPA, Serviço de Produção de Informação : CNPMA, 1994: 182 p. ISBN: 8585007354. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p. ISBN: 9788586848117. Ribeiro, Natalina. **Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas** Serv. Soc. Soc., Scielo. São Paulo, n. 109, p. 45-67, jan./mar. 2012. RODRIGUESA. Waldecy **Amazônia Legal brasileira e o mercado de créditos de carbono: perspectivas para o estado do Tocantins**. 2006.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Democracia representativa. Relação entre representantes e representados. Possibilidades democráticas fora dos cânones ocidentais. Populismo. Ação coletiva. Democracia deliberativa. Partidos Políticos. Representação sem democracia.
BIBLIOGRAFIA	**Básica** DAHL Robert. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora UnB, 2011. DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999. MOUNK, Yascha.. **O Povo Contra a Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SANTOS, B. S. e MENDES, J. M. **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas.** Edições 70, Edições Almedina S.A, Lisboa, Portugal, 2017. **Complementar**

	DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2012. DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam & STOKES, Susan. "Eleições e representação", Lua Nova, 2006, n. 67, p.105-138. SCHUMPETER, Joseph A. 1962. **Capitalism, Socialism and Democracy.** New Yok: Harper Torchbook. URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?. **Lua Nova**, São Paulo , n. 67, p. 191-228, 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 09 June 2020. https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200007.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA GESTÃO DO TURISMO
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceito de Turismo. A Política Nacional de Turismo. Caracterização e Tipologia do turismo. Comportamento e motivação da demanda turística. O turismo como fenômeno social e atividade econômica.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** BRASIL. Ministério do Turismo**. Segmentação do turismo e o mercado.** Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 170p. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf FONTES FILHO, J. R. **Planejamento estratégico da pequena e média empresa: aplicações no setor turístico.** Rio de Janeiro : Publit Soluções Editoriais, 2006. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7C80530126C23DF9832575EE006D05AD/$File/NT00041B4A.pdf NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**: gestão pública aplicada, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade

	pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental, economia do turismo. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. xi, 363 p. NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008. 229p. SANTOS, Mary Nadja Lima. **Políticas públicas de turismo e os investimentos no território do Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013. 314p. ISBN: 9788577912049. **COMPLEMENTAR** ASSIS, G. C.; PEIXOTO, R. C D. O turismo é uma dádiva? Uma "etnografia das trocas" e a oferta da experiência "chamada" Turismo de Base Comunitária em Anã/Santarém/Pará. **Rev. Bras. Pesq. Tur**., São Paulo , v. 13, n. 2, p. 144-160, Aug. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbtur/v13n2/pt_1982-6125-rbtur-13-02-144.pdf BARRETO, E. O.; TAVARES, M. G. C. O Turismo de Base Comunitária em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: O Caso de Anã na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Santarém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.3, ago/out2017, pp.579-611. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6621/4228 SILVA, G. V.; GUIMARAES, J. L. C. A importância do Turismo para o desenvolvimento econômico local: Um estudo em Alter do Chão (Caribe Amazônico), Santarém, Pará, Brasil. **TURyDES - Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local**, v. 12, p. 01-16, 2019. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/turydes/27/turismo-alter-do-chao.html

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	OPTATIVA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	A autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal. A organização dos poderes no município. O planejamento e o controle municipais. Estatuto das Cidades. Plano Diretor. Lei Orgânica Municipal. Gestão Participativa. Transparência. Experiências na gestão pública municipal.

BIBLIOGRAFIA	**Básica:** FISCHER, Tânia (org). **Gestão Contemporânea – Cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. MARICATO, Ermínia. BRASIL, **CIDADES: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001. SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 VAINER, Carlos; ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. BUENO, Laura Machado. CYMBALISTA , Renato**. Planos Diretores Municipais: Novos Conceitos de Planejamento Territorial.** São Paulo: ANNALUME, 2007 **Complementar** ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. REIS, A. B. O.; RODRIGUES, Y.S.(Orgs). **A Luta pelo Direito à Cidade na Amazônia: O Processo de revisão do Plano Diretor de Santarém-PA.** 1ª edição. Santarém: FASE, 2019

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA**
CARGA HORÁRIA	**45 h**
EMENTA	Conceitos de Ética. Legislação vigente sobre Etica no serviço Público. .Processo Administrativo Disciplinar. Importância da conduta Ética na Gestão dos Negócios Públicos e Privados. Perfil do Gestor na verificação e aplicação de Recursos Públicos. Atitudes e Postura Ética. Ética e Corrupção.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ALONSO, Félix Ruiz.**Curso de ética em administração: empresarial e pública** .3.ed. 2006. FREIRE, Elias; MOTTA FILHO, Sylvio Clemente da. **Ética na Administração Pública**. 4ª Edição. Campus, Rio de Janeiro, 2010. MASIP, Vicente. **Ética, caráter e personalidade: consciência individual e compromisso social.** Editora E.P.U., São Paulo. 2002.

	COMPLEMENTAR PAGLIARO, Antonio. **Dos crimes contra a administração pública** 4. ed. 2009. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. _____. Decreto 1.171. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público]. _____. Lei 8.112. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117]. _____. Lei 8.429. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12]. _____. Lei 12.527. Brasília: Senado, 18.11. 2011 [Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal]. _____. Brasília: Planalto. Decreto 7.724, 16.05.2012 [Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Conceitos e teorias relacionados à Inovação e Empreendedorismo Social. O empreendedorismo social e o perfil do empreendedor social. Os ambientes propícios para o desenvolvimento de inovações sociais. Elaboração de projetos sociais e Captação de recursos para projetos sociais
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** ABRANTES, Joselito Santos. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia** / Joselito Santos Abrantes. - Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002. OLIVEIRA FILHO, João Bento de. **Empreendedorismo**. - Belém: Universidade Federal do Pará, Belém. POLLEGATTI, Marco. **Empreendedorismo consciente na Amazônia**. 1.ed. São Paulo: BASA, 2007. **COMPLEMENTAR** ASHOKA Empreendedores Sociais e McKinsey &Company. **Empreendimentos sociais sustentáveis**. São Paulo: Peirópolis, 2001. BARKI, E.; COMINI, G.M.; TORRES, H.G. Orgs. **Negócios de impactos socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de janeiro: FGV Editora, 2019. BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais: uma incursão por**

	ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011. DESS, J. G. **O significado de Empreendedorismo Social.** Tradução: Victor Ferreira. Disponível em: http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees. Acesso: Agosto/2012. FERRARINI, A. V.; HULGÅRD, L. **Inovação social:** rumo a uma mudança experimental na política pública? Ciências Sociais Unisinos, v. 46, n. 3, p. 256-263, 2010. HARTIGAN, P.; ELKINGTON, J. **Empreendedores Sociais**: Um exemplo incomum das pessoas que estão transformando o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. **Tecnologias Sociais**: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n. 105, p. 146-165, 2011. PRAHALAD, C. K. **A Riqueza na Base da Pirâmide**: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2010

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA POLÍTICAS PÚBLICAS E O ORDENAMENTO DA PESCA**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Característica, conceito e contexto histórico da gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros; características dos recursos pesqueiros; possíveis medidas de regulamentação, aspectos institucionais e as dificuldades enfrentadas; conflitos e interesses dos grupos sociais, ambientais e econômicos; A quem cabe fazer a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros; acesso e uso dos recursos pesqueiros; o processo de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros no Brasil; a propriedade dos recursos pesqueiros no Brasil; gestão compartilhada dos recursos pesqueiros; situação dos principais recursos e pescarias; análise do ordenamento dos recursos pesqueiros do Brasil.
BIBLIOGRAFIA	**BÁSICA** Berkes, F. **Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais**. In Vieria, P.F.; Berkes, F.; Seixas, C.S. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências,* p.47-72. Florianópolis, Brasil. Secco/APED. 2005. RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005. 135 p. HAIMOVICI, M. (Org). **Sistemas pesqueiros marinhos e estuarinos do Brasil: caracterização e análise da sustentabilidade.** Rio Grande: Ed. da FURG, 2011. - 104 p.

	COMPLEMENTAR *ISAAC*, V. J.; *BARTHEM*, R. B. **Os *recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira***. *Boletim do. Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 11, n. 2, p. CASTELLO, J. P. Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível?. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**. n. 2. 2007. BRASIL. Portaria Interministerial Nº 42, De 27 De Julho De 2018. *Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie Lutjanus purpureus (pargo).* Secretaria Especial Da Aquicultura E Da Pesca. Presidência Da República. 2018. FIGUEIREDO, L. M. A pesca e o meio ambiente: áreas protegidas para a sustentabilidade pesqueira. *Boletim Científico ESMPU*, Brasília, a. 14 – n. 44, p. 29-47 – jan./jun. 2015.

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDOS SÓLIDOS E ECONOMIA CIRCULAR**
CARGA HORÁRIA	**60 h**
EMENTA	Uma Introdução à Economia Circular; Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Conceito; A Relação da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a Economia Circular; A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS no Contexto da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e da Economia Circular.
BIBLIOGRAFIA	**Básica** BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro R.; FREITAS, Luciana. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos**. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017. BESEN, Gina Rizpah et al. **Gestão da Coleta Seletiva e de Organizações de catadores**: indicadores e índices de sustentabilidade. Fundação Nacional de Saúde (Brasil). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 2017. VIEIRA, Arimar Leal. **Reciclagem e Sociedade**: uma abordagem social da análise do ciclo de vida das latas de alumínio. Belém: EDUFPA, 2006. **Complementar** FOSTER, Allan; ROBERTO, Samanta S.; IGARI, Alexandre T. **Economia Circular e Resíduos Sólidos**: Uma revisão sistemática sobre eficiência ambiental e econômica. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA). Dezembro 2016. Disponível em:

	http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/115.pdf. Acesso em 03 jun 2020. GOUVEIA, N. (2012). Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6), 1503-1510. LEONTIEF, W. (2007). Biblioteca de economia: a economia como processo circular. **Revista econômica contemporânea**. Rio de Janeiro, v.11 (n.1) Jan./Apr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rec/v11n1/a05v11n1.pdf. Acesso em: 03 jun 2020. SAMPAIO, Antonio Carlos F. Os novos princípios e conceitos inovadores da Economia Circular. **Revista Entorno Geográfico**, nº 15: 82-102. Febrero/Junio, 2018 VIVIANE, Jim H. K. Similaridade entre os Conceitos de Economia Circular e Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). **Fórum Internacional de Resíduos Sólidos**, v.11, n.1, 2020. Disponível em: http://institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/view/699. Acesso em 05 jun 2020

UNIDADE CURRICULAR 8º PERÍODO CURRICULAR	**OPTATIVA TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA**
CARGA HORÁRIA	**45 h**
EMENTA	A ser definida pelo docente da disciplina
BIBLIOGRAFIA	A ser definida pelo docente da disciplina

ANEXO II – LISTA DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

1. Ambiente-Saúde
2. Contabilidade de Custos
3. Críticas e Alternativas ao Desenvolvimento
4. Determinantes ambientais e sociais da saúde na Amazônia
5. Direito Agrário
6. Direito Ambiental
7. Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais
8. Direito em Saúde
9. Direito Tributário
10. Direitos Indígenas
11. Economia Regional
12. Economia Rural
13. Estudos Afro-brasileiros
14. Estudos Organizacionais e Sociedade
15. Funções Gestoras do SUS
16. Gestão da Qualidade no Setor Público
17. Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais
18. Libras
19. Planejamento, Gestão e Avaliação Educacional
20. Política e Legislação Educacional
21. Políticas Afirmativas e Direitos Humanos
22. Políticas Públicas de Saúde, modelos de assistência e Gestão da Saúde
23. Políticas Públicas e Diversidade
24. Povos e Comunidades Tradicionais
25. Povos Indígenas e Estado Nacional
26. Regionalização e redes de atenção à saúde
27. Relações étnico-raciais
28. Sociedade Indígena na Amazônia
29. Sociedade, Estado, Trabalho e Educação
30. Políticas Públicas de Saúde
31. Tópicos Especiais em Políticas Públicas de Educação
32. Tópicos Especiais em Políticas Agrícolas
33. Tópicos Especiais em Relações Internacionais e Federalismo na Amazônia
34. Democracia Representativa
35. Gestão do Turismo
36. Gestão Pública Municipal
37. Ética na Gestão Pública
38. Inovação e Empreendedorismo Social

39. Políticas Públicas e o Ordenamento da Pesca
40. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e economia Circular
41. Tópicos Especiais em Gestão Pública Contemporânea

ANEXO III - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA

PORTARIA Nº 144, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pró-Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

José Seixas Lourenço
Reitor - UFOPA
Portaria nº 1069/2009, de 10/11/09

ANEXO IV - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NDE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

PORTARIA Nº 33 / 2020 - ICS (11.01.08)

Nº do Protocolo: 23204.005697/2020-76

Santarém-PA , 09 de junho de 2020.

O **DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA**, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei n. 12.085/2009 c/c Portaria nº 733/GR-UFOPA, 14 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor o **Núcleo Docente Estruturante** do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional do Instituto de Ciências da Sociedade desta Universidade:

I - Évani Larisse dos Santos (Coordenadora do curso);

II - Giselle Alves Silva (Vice-Coordenadora do curso);

III - Raimunda Nonata Monteiro;

IV - Antônia do Socorro Pena da Gama;

V - Edair Canuto da Rocha;

VI - Franciclei Burlamaque Maciel;

VII - Izaura Cristina Nunes Pereira;

VIII - Márcio Junior Benassuly Barros;

IX - Rogério Henrique Almeida;

X - Márcia Janete da Cunha Costa;

XI - Inailde Correa de Almeida.

Art. 2º Considerando as especificidades da plataforma do sistema SAAD - UFOPA, fica destacado que os docentes listados de I a X tiveram seu ingresso nesta comissão a partir de 22/04/2020. A docente XI - Inailde Correa de Almeida teve seu ingresso nessa Comissão a partir de 21/05/2020.

Art. 3º Tornar sem efeito Portarias Eletrônicas **Nº** 18 / 2020 - ICS (11.01.08) e **Nº** 20 / 2020 - ICS (11.01.08).

(Assinado digitalmente em 09/06/2020 16:06)
JARSEN LUIS CASTRO GUIMARAES

ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, no uso de suas atribuições legais, resolve estabelecer a regulamentação para o cumprimento obrigatório da carga horária de Atividades Complementares pelo corpo discente do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, na forma seguinte:

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Atividades Complementares para o Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional estão previstas no Art. 6º § 1º e no Art. 8º do Parecer do CNE/CES Nº 266/2010 de 10/12/2010 que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, como elemento estrutural, na medida em que deverão possibilitar ao discente reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências incluindo a prática de estudos e atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

Art. 2º As Atividades Complementares no Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, atendendo o que determina o Parecer do CNE/CES Nº 266/2010 é elemento estrutural e dentro do Projeto Político Pedagógico passa a ser componente curricular obrigatório para o corpo discente como condição para a integralização da carga horária do Curso e para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

§ 1º O cumprimento das Atividades Complementares deverá obedecer a seguinte distribuição de atividades:

I - Atividades de Ensino;

II – Atividades de Pesquisa

III – Eventos Técnico-Científicos

§ 2º As atividades complementares devem ser cumpridas durante o 6º (sexto) e no 8º (oitavo) semestre, tendo o discente que entregar a documentação necessária para comprovação da carga horária.

Art. 3º A carga horária total de Atividades Complementares no Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é de 120 (cento e vinte) horas, distribuídas da seguinte forma:

I - Atividades de Ensino: máximo de 80 (oitenta) horas

II - Atividades de Pesquisa: máximo de 80 (oitenta) horas

III – Eventos Técnicos-Científicos: máximo de 80 (oitenta) horas

II - DO ENSINO

Art. 4º São caracterizadas como atividades de ensino:

I - Monitoria de ensino

II - Disciplinas de áreas afins a Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (disciplinas optativas de áreas afins e que possam acrescentar o conhecimento na área de Gestão Pública deve ser aproveitada a carga horária de até 60 horas/aula) cursadas na Ufopa.

III - Disciplinas de áreas afins a Gestão Pública e Desenvolvimento Regional cursadas em outras faculdades (disciplinas que possam acrescentar o conhecimento na área de Gestão Pública devem ser aproveitadas a carga horária de até 60 horas/aula)

IV - Cursos e Minicursos na área de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional – até 30h/aula por curso.

V – Cursos de língua estrangeira – 60h/aula por semestre

III - DA PESQUISA

Art. 5º São consideradas atividades de pesquisa:

a) Participação em projeto de pesquisa como bolsista ou voluntário (60 h/aula por semestre)
b) Publicação ou aprovação de artigo científico em anais de Evento Local (20h)
c) Publicação ou aprovação de artigo científico em anais de Evento Regional (25h)
d) Publicação ou aprovação de artigo científico em anais de Evento Nacional (30h)
e) Publicação ou aprovação de artigo científico em anais de Evento Internacional (35h)
f) Publicação ou aprovação de artigo científico em Revista (30h)
g) Apresentação de Artigo Oral ou Banner em Evento Local (15 h)
h) Apresentação de Artigo Oral ou Banner em Evento Regional(20 h)
i) Apresentação de Artigo Oral ou Banner em Evento Nacional (25 h)
j) Apresentação de Artigo Oral ou Banner em Evento Internacional (30 h)

IV - DOS EVENTOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Art. 6º A participação em eventos técnico-científicos na área de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional garante um aproveitamento de até 80 (oitenta) horas/aula, obedecendo as seguintes características:

I - Evento local na condição de ouvinte (10 h/aula).

II - Evento regional na condição de ouvinte (20 h/aula).

III - Evento nacional na condição de ouvinte (25 h/aula).

IV - Evento internacional na condição de ouvinte (30 h/aula).

V - Representação em entidades de classe e órgão colegiados (20 h/aula) respectivamente)

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O registro das atividades complementares deverá ser requerido pelo discente, na Coordenação do Curso e dirigidos ao Professor orientador de atividades complementares com

a apresentação dos documentos comprobatórios de participação nas respectivas atividades ao final do 6º (quarto) ao 8º (oitavo) semestre.

Art. 8º Caso o discente deixe de entregar os comprovantes de Atividades Complementares em qualquer dos semestres ele tem até o término do curso para entregar os documentos acumulados.

Art. 9º Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Art. 10º Este regulamento entrará em vigor a partir do momento que for aprovado pelo Colegiado do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Regimento aprovado em Reunião de Colegiado em 12 de novembro de 2019.

ANEXO VI – REGULAMENTO PARA ENSINO TUTORIAL

O Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, no uso de suas atribuições legais, resolve estabelecer a regulamentação para o Ensino Tutorial do Curso de Ciências Econômicas, na forma seguinte:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1°. Uma atividade curricular só poderá ser ofertada excepcionalmente em Regime de Tutorial se não existirem condições de fazê-lo no regime regular.
Parágrafo único. Os Estágios, por serem atividades curriculares de natureza prática, não poderão ser ofertadas em regime tutorial.

Art. 2°. O Colegiado de Curso ofertará atividade curricular no Regime de Tutoria, em função da demanda detectada, observados os dispositivos legais e regimentais.
Parágrafo único. Só poderá matricular-se na atividade curricular em regime de tutoria o estudante que comprove ter cursado, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da carga horária total do seu Curso.

Art. 3°. A matrícula, no presente regime, só será aprovada mediante Parecer favorável e circunstanciado do Colegiado do Curso, após o que, deverá ser encaminhado à subunidade responsável pela atividade curricular para que seja designado o Professor Tutor.

Art. 4°. O estudante matriculado na forma da presente Resolução submeter-se-á às exigências emanadas da subunidade e do Professor Tutor, segundo as determinações legais e pedagógicas do curso.
Parágrafo único. O estudante só poderá cursar até 2 (duas) atividades curriculares neste regime, podendo matricular-se uma única vez em cada uma delas.

Art. 5°. O regime de tutoria a que se refere esta Resolução requer orientações presenciais com o mínimo de 20% (vinte por cento) da carga horária total da atividade ofertada.
Parágrafo Único . A carga horária mínima de orientação presencial da atividade deverá ser registrada no Plano Individual de Trabalho do professor, desde que não ultrapasse o limite de 1 (uma) Atividade Curricular por semestre

II - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 6º Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
Art. 7º Este regulamento entrará em vigor a partir do momento que será aprovado pelo Colegiado do Curso.

Regimento aprovado em Reunião de Colegiado em em 12 de novembro de 2019.

ANEXO VII – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, no uso de suas atribuições legais, resolve estabelecer a regulamentação para o Ensino Tutorial do Curso de Ciências Econômicas, na forma seguinte:

I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades dos Trabalhos Monográficos (Monografia) do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Ufopa, componente do Projeto Pedagógico do Curso, obrigatório para a outorga de grau, conforme Art. 6º § 1º e Art. 9º do Parecer do CNE/CES Nº 266/2010 de 10/12/2010 que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) resultará de uma pesquisa individual orientada, elaborada sob a forma de monografia, dentre três opções: 1) revisão bibliográfica, 2) trabalho teórico-aplicado; e, 3) estudo de caso.

Art. 3º O discente terá na grade curricular do curso as disciplinas TCC I, com carga horária de 60 (sessenta) horas, a ser ministrada por um docente no 7º (sétimo) semestre do curso e TCC II, com carga horária de 60 (sessenta) horas, sob a responsabilidade de um docente orientador, a ser ministrada no 8º (oitavo) semestre do curso.
Parágrafo Único – A disciplina TCC I configura-se a etapa metodológica onde o objetivo é a elaboração e apresentação do Projeto Monográfico e TCC II configura-se a etapa de orientação de elaboração da Monografia.

Art. 4º O discente deverá efetivar a defesa da Monografia ao final do 8º (oitavo) semestre do curso, para uma Banca Examinadora.

II - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 5º A Monografia (trabalho escrito) e a Defesa serão obrigatórias para a obtenção do Grau de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, sendo requisito obrigatório para a obtenção do Diploma.

Art. 6º As monografias deverão ser apresentadas de acordo com as normas técnicas a serem definidas pela Ufopa e/ou Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

III – DO PROCESSO MONOGRÁFICO

Art. 7º O discente iniciará suas atividades monográficas no 7º (sétimo semestre) do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional com a disciplina TCC I que terá um caráter metodológico onde o resultado final é a Elaboração do Projeto Monografia.

Art. 8º O Projeto de Monografia habilitará o discente a próxima etapa onde o mesmo se matriculará na disciplina TCC II e terá a supervisão de um orientador, escolhido de comum acordo entre ambos ou indicado pelo colegiado, observando a disponibilidade de professores habilitados.
Parágrafo Único – A matrícula em TCC II fica condicionada a entrega do Projeto de Monografia aprovado na disciplina anterior no ato da matrícula.
Art. 9º A Monografia deverá ser desenvolvida individualmente.

IV - DA ORIENTAÇÃO
Art. 10º O orientador deverá ser portador do grau de especialista, mestre ou doutor, e deverá fazer parte do quadro de docentes da Ufopa efetivos.
§ 1o – Será considerado do quadro da Ufopa os docentes que efetivamente vem ministrando disciplinas no curso e/ou fazem parte do Núcleo Estruturante mesmo que sejam de outros Institutos da Ufopa;
§ 2o – Cada orientador poderá orientar, simultaneamente, no máximo cinco discentes, com Carga Horária semanal de 1 (uma) hora por orientando, estabelecida na Normativa da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa;
§ 3o – Na necessidade de um orientador ter que orientar mais de cinco discentes, o mesmo não poderá ultrapassar a Carga Horária de 10 (dez) horas semanais;

Art. 11º O Colegiado do Programa poderá homologar a indicação de co-orientador, em casos específicos, quando solicitado e justificado pelo orientador.
Parágrafo Único – Docentes do próprio curso ou da IES, colaboradores e pesquisadores de outras instituições científicas, portadores do grau de mestre ou doutor, poderão funcionar como coorientadores, mediante aprovação pelo Colegiado do curso.

Art. 12º Compete ao orientador:
a) Acompanhar a execução da monografia em todas as suas etapas;
b) Organizar um Cronograma com seu orientando visando otimizar o tempo para analisar os dados referentes à sua pesquisa e o acompanhamento da efetiva execução das pesquisas/elaboração do trabalho;
c) Realizar orientações pertinentes a método, metodologias e padrões de formatação exigidos que estejam sempre em consonância com as Normas Técnicas definidas pela ABNT e/ou as Normas definidas pelo Colegiado do curso.
d) Diagnosticar problemas e dificuldades que, por qualquer motivo, estejam interferindo no desempenho do estudante, e orientá-lo na busca de soluções;

e) Manter o Colegiado informado sobre as atividades desenvolvidas pelo orientando, bem como solicitar providências que se fizerem necessárias ao atendimento do discente na sua vida acadêmica;
f) Cientificar imediatamente a coordenação do curso sobre problemas porventura existentes no andamento da vida acadêmica do orientando.

Art. 13º O Colegiado do curso poderá autorizar a substituição do Orientador a pedido do Orientando ou do próprio Orientador, e com a aceitação do provável novo orientador, através de requerimento formal dirigido à coordenação do curso, com as devidas justificativas.
Parágrafo Único: O prazo para efetivar tal solicitação não poderá passar de 60 (sessenta) dias antes da data de protocolo da Monografia.
V - DA COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E DE JULGAMENTO

Art. 14º A defesa da monografia será requerida pelo candidato com a anuência de seu orientador, a Secretaria do curso, dentro dos prazos definidos em calendário do Curso.
Parágrafo Único – O aluno deverá entregar três cópias da Monografia a Secretaria do curso para que sejam encaminhadas aos membros da Banca Examinadora.

Art. 15º A monografia será julgada por uma Banca Examinadora indicada ao Colegiado do curso pelo Orientador e composta por especialistas de reconhecida competência na área tema da Monografia, com título de especialista, mestre ou doutor.
§ 1º A Banca Examinadora deverá ser composta por três membros incluindo o orientador.
§ 2º Os Membros da Banca, afora o orientador deverão ser um Professor do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e outro Professor que poderá ser tanto do Instituto de Ciências da Sociedade - ICS, quanto de outro Instituto ou de outras Instituições de Ensino Superior, mediante justificativa e aprovação prévia no Colegiado do curso.

Art. 16º A Monografia será avaliada com base na apresentação do Trabalho Final, a partir dos seguintes itens: Trabalho Escrito e Defesa Oral.
§ 1º Do Trabalho Escrito serão avaliados os seguintes quesitos: clareza e objetividade do texto; correção gramatical do texto; relevância do tema; e, adequação às normas de elaboração de trabalhos acadêmicos;
§ 2º Da Defesa Oral serão avaliados os seguintes quesitos: clareza e objetividade na exposição; sequência lógica da apresentação; utilização de material visual e de apoio à exposição, postura oral e corporal; segurança em relação ao tema; tempo de apresentação que deverá ficar entre 25 a 30 minutos; respostas dadas às arguições.

Art. 17º Caberá ao Colegiado do Programa elaborar um formulário padrão para definir a distribuição de pontuação e a forma de cálculo, em consonância com o Artigo 16, para efeito de composição da nota final do discente que será preenchido pelos membros da banca no

momento da defesa.

VI - DA APROVAÇÃO OU REPROVAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 18º O julgamento da monografia será feito em sessão pública, previamente agendada em calendário do programa, na qual o discente terá 25 a 30 minutos para apresentar o trabalho, e cada examinador terá 15 minutos para análise, arguição e debate com o candidato sobre a apresentação e o tema do trabalho.

Art. 19º Após sua aprovação, o aluno terá 30 dias, a contar da data da defesa, para entregar a versão definitiva da monografia, sendo dois exemplares para a Coordenação do Programa que fará o registro e o encaminhará à Biblioteca Central da Ufopa para o cadastro nacional. Todos os concluintes devem entregar uma cópia da sua monografia em CD em formato PDF à Coordenação do curso para que a mesma seja divulgada na rede mundial através da página do curso.

§ 1o – As correções para a versão definitiva da monografia são de responsabilidade do aluno, devendo ter a aprovação do orientador.

§ 2o – O discente só terá o seu processo de homologação da graduação iniciado após a entrega da versão final da Monografia.

Art. 20º A Monografia será considerada aprovada pela média aritmética simples dos examinadores.

§ 1o – Será considerado aprovado o discente que obtiver nota igual ou superior 6,0 (seis).

§ 2o – Em caso de reprovação por um ou mais examinadores poderá ser concedida, por recomendação da banca, uma segunda oportunidade ao discente que, no período máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de defesa, deverá submeter ao Colegiado do Programa a nova versão para julgamento.

§ 3o – Em caso da não entrega da nova versão à Secretaria do curso no prazo estabelecido ou em caso de reprovação nesta segunda chance, o discente terá que refazer a disciplina.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Art. 22º Este regulamento entrará em vigor a partir do momento que for aprovado pelo Colegiado do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Regimento aprovado em Reunião de Colegiado em 12 de novembro de 2019.

ANEXO VIII - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO NDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA Nº 13/2019

DA REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REALIZADA NO DIA DOZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

No décimo segundo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala trezentos e dezesseis, Unidade Amazônia/Ufopa, em Santarém-Pará, reuniram-se os seguintes membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional: Antônia do Socorro Pena da Gama, Ana Beatriz Oliveira Reis, Franciclei Burlamaque Maciel, Giselle Alves Silva, Vice-Coordenadora do curso, Márcio Júnior Benassuly Barros e Évani Larisse dos Santos, Coordenadora do curso. **Pauta da reunião: 1) Informes; 2) Atividades Integradoras; 3) Aprovação do PPC (Projeto Pedagógico do Curso); 4) O que houver.** A Profa. Évani presidiu a reunião, seguindo os pontos de pauta: **1) Informes:** Não houve. **2) Atividades Integradoras (período 2019/2):** Quanto às atividades Integradoras das turmas GP2018 e GP2019, a profa. Socorro sugeriu que fosse feito um roteiro para a atividade a ser realizada na orla da cidade e fosse convidado um historiador para participar. Em relação às atividades integradoras das turmas GP2017, o prof. Márcio informou que já estão encaminhadas. **3) Aprovação do PPC (Projeto Pedagógico do Curso):** A coordenação do curso expôs o PPC que já havia sido encaminhado por e-mail para os membros do NDE analisarem e a profa. Giselle falou que ainda haviam pendências quanto à inclusão do artigo científico como nova modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, pois, segundo o Regimento de graduação da Ufopa, deve ser permitido mais de uma modalidade de TCC. Após discussões, ficou definido que o TCC poderá ser no formato de monografia ou de artigo acadêmico. Ainda sobre TCC, a profa. Franciclei fez a observação sobre a necessidade de o NDE revisar os critérios da ficha de avaliação de TCC. Outra questão a definir era a permanência das linhas de pesquisa do curso: Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Decidiu-se que as referidas linhas serão extintas do PPC e serão ofertadas disciplinas optativas. Em seguida, o NDE aprovou o novo PPC de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Nada mais havendo a tratar, às dez horas e quarenta e cinco minutos, a reunião foi encerrada e eu, Adriana Cristina Lopes Rêgo, Assistente em Administração do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, lavrei a presente ata para ser assinada pelos participantes.

PARTICIPANTES	CARGO	ASSINATURA/ JUSTIFICATIVA DE FALTA
1. ANA BEATRIZ OLIVEIRA REIS	Professor	
2. ANTÔNIA DO SOCORRO PENA DA GAMA	Professor	
3. EDAIR CANUTO DA ROCHA	Professor	férias/saúde
4. EVANI LARISSE DOS SANTOS	Professor	
5. FRANCICLEI BURLAMAQUE MACIEL	Professor	
6. GISELLE ALVES SILVA	Professor	
7. IZAURA CRISTINA NUNES P. COSTA	Professor	férias
8. MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS	Professor	
9. ROGÉRIO HENRIQUE ALMEIDA	Professor	não justificado

ANEXO IX - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA Nº 09/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REALIZADA NO DIA DOZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

No décimo segundo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na sala trezentos e dezesseis, na Unidade Amazônia/UFOPA, em Santarém-Pará, reuniram-se os seguintes membros do Colegiado do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional: Antônia do Socorro Pena da Gama, Ana Beatriz Oliveira Reis, Francielei Burlamaque Maciel, Giselle Alves Silva, Vice-Coordenadora do curso, Márcio Júnior Benassuly Barros e Évani Larisse dos Santos, Coordenadora do curso, e Adriana Cristina Lopes Rêgo, Técnica Administrativa. **Pauta da reunião: 1) Informes; 2) Calendário de defesas de TCC; 3) Semana Pedagógica do curso; 4) Representação discente do curso; 5) Pedido de prorrogação de afastamento da Profa Márcia; 6) Aprovação do PPC (Projeto Pedagógico do Curso); 7) O que houver.** A Profa. Évani presidiu a reunião, seguindo os pontos de pauta: **1) Informes:** A coordenadora do curso informou sobre a possibilidade do curso de Gestão Pública integrar o programa Forma Pará e que para isso será necessário o PPC do curso atualizado. **2) Calendário de defesas de TCC:** A profa. Évani falou sobre a possibilidade de adiarem a Semana de defesa de TCC, marcada para o período de 16/12/2019 a 19/12/2019 e a entrega do TCC para a banca até dia 10/12/2019, no entanto, devido a recesso e férias, a maioria dos professores presentes não concordou com o adiamento. Assim, permaneceu a data já programada. **3) Semana Pedagógica do curso:** A próxima Semana Pedagógica do curso ocorrerá no período de 04/03/2019 a 06/03/2019. **4) Representação discente do curso:** Foram convidados pela coordenadora do curso os alunos Fabiana Letícia Costa de Sousa e Filipe de Alcântara Furtado, representantes da organização do processo eleitoral do Centro Acadêmico do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/Ufopa, cujo eleito será também representante no colegiado do curso. Eles falaram sobre o andamento do referido processo, o qual está na fase de inscrições de chapas. A coordenação do curso informou que providenciará a portaria da respectiva comissão eleitoral: Presidente: Gabriel Castro; 1º Titular: Maria Helena; 2º Titular: Jéssica Sousa; 1º Suplente: Bianca Lopes; 2º Suplente: Poliana Nunes; 3º Suplente: Arminio Costa Neto. Os professores parabenizaram os alunos pela iniciativa de eleger um representante do curso. Em seguida, os discentes disseram que querem realizar uma programação para os calouros do curso no próximo semestre, a profa. Évani os convidou para apresentarem na próxima reunião de colegiado (03/12/2019) a proposta de programação. **5) Pedido de prorrogação de afastamento da Profa Márcia Janete Costa:** A profa. Évani leu o pedido da profa. Márcia Janete Costa, no qual ela solicita prorrogação do prazo para retorno as atividades por mais 135 (cento e trinta e cinco) dias (90 dias de prorrogação do afastamento para doutorado e mais 45 dias de férias) a contar de 20/01/2020. A Profa. Socorro Pena apresentou uma proposta para que a coordenação conversasse com a Profa. Márcia para sugerir que a mesma não entrasse com o pedido de prorrogação de prazo e retorne às atividades no curso no tempo estabelecido na sua portaria (20/01/2020), para não impedir a liberação dos colegas que solicitarão afastamento para o doutorado a partir de março/2020. Os professores ressaltaram que a professora terá flexibilidade até início do período letivo e a possibilidade de alocação de carga horária pela PROPPIT para prosseguimento da elaboração de tese do doutorado. A proposta foi acatada por unanimidade. **6) Aprovação do PPC (Projeto Pedagógico do Curso):** O colegiado aprovou o novo PPC de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e cinquenta minutos, a reunião foi encerrada e eu, Adriana Cristina Lopes Rêgo, Assistente em Administração do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, lavrei a presente ata para ser assinada pelos participantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA Nº 09/2019

PARTICIPANTES	CARGO	ASSINATURA/ JUSTIFICATIVA DE FALTA
1. ANA BEATRIZ OLIVEIRA REIS	Professor	
2. ANTÔNIA DO SOCORRO PENA DA GAMA	Professor	
3. EDAIR CANUTO DA ROCHA	Professor	*Licença saúde*
4. EVANI LARISSE DOS SANTOS	Professor	
5. FRANCICLEI BURLAMAQUE MACIEL	Professor	
6. GISELLE ALVES SILVA	Professor	
7. IZAURA CRISTINA NUNES P. COSTA	Professor	*Férias*
8. MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS	Professor	
9. ROGÉRIO HENRIQUE ALMEIDA	Professor	*Falta justificada*
10. ADRIANA CRISTINA LOPES RÊGO	Técnica	
11. RODRIGO DE ÁVILA FEITOSA	Discente	*Falta*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CONSEPE

ANEXO X - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO CONSELHO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE - ICS

A T A Nº 012/2019 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO ICS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA, REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

No quinto dia do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na Unidade Amazônia, sala 303, Campus de Santarém, município do Estado do Pará, reuniram-se sob a direção do professor Jarsen Luis Castro Guimarães; os Conselheiros do ICS: Évani Larisse dos Santos, Gabriela Prestes Carneiro, Ana Maria Silva Sarmento, Gabriel da Silva Corrêa Greyce Warleny Cruz de Souza, Manuel Benjamin Monteiro Liberal Sousa, Amadeu Farias Cavalcante Junior; e teve como Pauta: **I – Aprovação das justificativas de ausência dos conselheiros.** O professor Jarsen leu as justificativas dos conselheiros que informaram previamente sua ausência; os conselheiros aprovaram todas as justificativas de ausência. **II – Aprovação da Ata nº 11 da Reunião Ordinária do Conselho - ICS de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezenove.** Os conselheiros deliberaram e aprovaram unanimemente a ata em epígrafe. **III – Informes: Relatório de Gestão:** O servidor Benjamin comunicou que a entrega do relatório de gestão deve ser entregue a secretaria executiva até 19/12. **Reunião Proges/ICS:** A professora Ana Maria informou que houve uma reunião entre o ICS e a PROGES para se tratar sobre o fluxo procedimental sobre fatos, alguns tipificados como crimes de racismo, ocorridos com minorias dentro da universidade. O professor Nirson nessa reunião apresentou uma proposta de padronizar o fluxo procedimental das demandas nesse tema, que começaria pela ouvidoria, ali se faria a triagem dos casos em que fosse possível adotar a prática restaurativa, onde se teria a prevenção do conflito da responsabilização e quando fosse impossível a resolução dentro da universidade aí sim se faria a judicialização. O NPJ/ICS se colocou a disposição para orientações e esclarecimentos jurídicos referentes a esses fatos. **Ofício nº 17/2019** do Grupo Coimbra para manifestação de interesse instituto em aderir ao Programa Nexo Global ASCUN-GCUB: o professor Jarsen falou que encaminhou essa solicitação para consulta entre os programas do Instituto, mas alertou que caso sejam encaminhados alunos para este programa, o recurso poderá sair das coordenações. **Confraternização:** o professor Jarsen informou da possibilidade de realizar a confraternização do ICS no dia 20/12. Jogos do ICS: O professor Jarsen informou que foi exarado o diploma de quem participou dos jogos com 30h. **IV – Processo 23204.14672/2019-20 sobre Aprovação do novo PPC do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.** A professora Evani apresentou o PPC, explicando as adequações pelas quais o documento passou. O professor Jarsen apresentou a solicitação e demandou apreciação do conselho, após deliberação o conselho aprovou unanimemente a solicitação. **V - Processo 23204.14610/2019-18 de afastamento para doutorado Helena Moreira Schiel para UFAM, doutorado em Antropologia Social.** O professor Jarsen apresentou a solicitação e demandou apreciação do conselho, após deliberação o conselho aprovou unanimemente a solicitação. **VI - Processo 23204.011654/2019-96 - Memorando nº 057/2019-CTEC/ICS referente ao ad referendum para cadastro do projeto de extensão "Projeto de Formação de Gestores do Oeste do Pará (PROGEPA): Trajetória, Experiência e Desafios da Gestão Pública" a ser coordenado pelo Prof. Márcio Júnior Benassuly Barros.** O professor Jarsen apresentou a solicitação e demandou apreciação do conselho, após deliberação, o parecer da direção do ICS foi aprovado por unanimidade, referendando o documento Memorando nº 057/2019-CTEC/ICS. **VII -**